



Prestação de Contas

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2025



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina



Gestão prestadora de contas

1º de janeiro à 10 de agosto de 2025

Reitor

Maurício Gariba Júnior

Diretora Executiva

Andréa Martins Andujar

Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional

Sabrina Moro Villela Pacheco

Pró-reitor de Administração

Aloisio da Silva Junior

Pró-reitor de Ensino

Adriano Larentes da Silva

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Flavia Maia Moreira

Pró-reitor de Extensão e Relações Externas

Valter Vander de Oliveira

Gestão apresentadora de contas

11 de agosto à 31 de dezembro de 2025

Reitor

Zízimo Moreira Filho¹

Diretora Executiva

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Diego Albino Martins

Pró-reitora de Administração

Vanessa dos Santos Grandó

Pró-reitora de Ensino

Eliana Bär

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Tiago Semprebom

Pró-reitor de Extensão e Relações Externas

Maick da Silveira Viana

¹ DECRETO DE 6 DE AGOSTO DE 2025 - Publicado em: 07/08/2025 | Edição: 148 | Seção: 2 | Página: 1



Coordenação e Organização de Conteúdo

Diretoria de Gestão do Conhecimento

José Roberto Machado

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional

Deizi Paula Giusti Consoni

Felipe Gustavo de Andrade

Mariana Feminella Veiga Sampietro

Silvio Aparecido da Silva

Arthur da Cunha Lemes Maciel (Estagiário)

Este relatório integra a Prestação de Contas institucional. Para assegurar transparência e amplo acesso às informações, todos os documentos que compõem a Prestação de Contas — incluindo Relatório de Gestão, demonstrações contábeis, notas explicativas, rol de responsáveis e demais peças obrigatórias — estão disponíveis ao público no endereço eletrônico:

<https://www.ifsc.edu.br/en/relatorio-de-gestao>

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as Demonstrações Contábeis do exercício, acompanhadas de suas respectivas Notas Explicativas. O leitor encontrará as informações contábeis elaboradas em conformidade com as normas aplicáveis ao setor público, evidenciando a situação orçamentária, financeira e patrimonial da instituição, bem como os critérios, premissas e práticas adotados na sua elaboração.

SUMÁRIO

.: BALANÇO FINANCEIRO ANUAL :.....	5
.: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANUAL :.....	7
.: BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL :.....	11
.: DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ANUAL :.....	15
.: DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ANUAL :.....	18
.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 1º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	22
.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 2º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	65
.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 3º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	106
.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 4º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	153



.: BALANÇO FINANCEIRO ANUAL :.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION 26/02/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	936.993,64	1.571.616,81	Despesas Orçamentárias	916.962.021,02	790.425.231,01
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	811.050.309,31	684.166.160,81
Recursos Vinculados	943.411,18	1.692.936,53	Recursos Vinculados	105.911.711,71	106.259.070,20
Educação	2.158,45	484,54	Educação	2.752.032,51	8.727.262,59
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	807.301,46
Fundos, Órgãos e Programas	941.252,73	1.692.451,99	Previdência Social (RPPS)	100.653.423,99	92.756.496,43
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.417,54	-121.319,72	Fundos, Órgãos e Programas	2.506.255,21	3.968.009,72
Transferências Financeiras Recebidas	898.377.823,50	790.014.835,73	Transferências Financeiras Concedidas	810.060,06	1.560.914,20
Resultantes da Execução Orçamentária	843.553.454,52	726.768.047,75	Resultantes da Execução Orçamentária	234.159,76	524.459,01
Repasse Recebido	843.553.454,52	726.768.047,75	Repasse Concedido	234.159,76	203.021,84
Independentes da Execução Orçamentária	54.824.368,98	63.246.787,98	Repasse Devolvido	-	321.437,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	29.960.911,87	39.848.833,34	Independentes da Execução Orçamentária	575.900,30	1.036.455,19
Demais Transferências Recebidas	-	482,10	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.984,06	39.423,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.863.457,11	23.397.472,54	Demais Transferências Concedidas	-	49.800,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	573.916,24	947.231,61
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	139.337.266,75	119.834.766,27	Pagamentos Extraorçamentários	114.407.358,76	115.284.205,26
Inscrição de Restos a Pagar Processados	109.148.611,18	82.447.180,42	Pagamento de Restos a Pagar Processados	82.694.508,25	78.810.577,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	28.494.217,76	35.420.813,96	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	30.603.236,91	35.593.234,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.105.932,60	1.012.947,02	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.109.613,60	876.256,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	588.505,21	953.824,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	4.137,29
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.863,72	-	Valores Compensados	-	4.137,29
Arrecadação de Outra Unidade	566.462,43	946.747,07			
Valores para Compensação	4.137,29	-			
Demais Recebimentos	16.041,77	7.077,80			
Saldo do Exercício Anterior	65.919.625,68	61.768.757,34	Saldo para o Exercício Seguinte	72.392.269,73	65.919.625,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.919.625,68	61.768.757,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.392.269,73	65.919.625,68
TOTAL	1.104.571.709,57	973.189.976,15	TOTAL	1.104.571.709,57	973.189.976,15



.: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANUAL .:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 26/02/2026	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	755.752,00	755.752,00	936.993,64	181.241,64
 Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
 Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
 Receita Patrimonial	123.252,00	123.252,00	4.715,85	-118.536,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	123.252,00	123.252,00	4.715,85	-118.536,15
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
 Receita Agropecuária	-	-	-	-
 Receita Industrial	-	-	-	-
 Receita de Serviços	632.500,00	632.500,00	481.248,52	-151.251,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	632.500,00	632.500,00	481.248,52	-151.251,48
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
 Transferências Correntes	-	-	-	-
 Outras Receitas Correntes	-	-	451.029,27	451.029,27
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	451.029,27	451.029,27
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
 Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
 Alienação de Bens	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Móveis	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
 Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
 Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2026 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	1.236.380,00	1.236.380,00	936.993,64	-299.386,36
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.236.380,00	1.236.380,00	936.993,64	-299.386,36
DÉFICIT			916.025.027,38	916.025.027,38
TOTAL	1.236.380,00	1.236.380,00	916.962.021,02	915.725.641,02
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	123.165.866,00	-	-123.165.866,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	123.165.866,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	784.502.089,00	903.479.110,00	906.043.643,48	885.360.796,34	776.258.839,37	-2.564.533,48
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	770.595.917,00	769.277.774,74	769.277.774,74	665.958.690,08	1.318.142,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	132.883.193,00	136.765.868,74	116.083.021,60	110.300.149,29	-3.882.675,74
DESPESAS DE CAPITAL	3.934.168,00	8.123.013,00	10.918.377,54	3.107.006,92	3.060.352,71	-2.795.364,54
Investimentos	3.934.168,00	8.123.013,00	10.918.377,54	3.107.006,92	3.060.352,71	-2.795.364,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	788.436.257,00	911.602.123,00	916.962.021,02	888.467.803,26	779.319.192,08	-5.359.898,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	788.436.257,00	911.602.123,00	916.962.021,02	888.467.803,26	779.319.192,08	-5.359.898,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	788.436.257,00	911.602.123,00	916.962.021,02	888.467.803,26	779.319.192,08	-5.359.898,02

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,08	20.498.132,77	18.095.470,42	18.071.667,19	3.342.629,94	3.528.492,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	300,18	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.444.657,08	20.497.832,59	18.095.470,42	18.071.667,19	3.342.329,76	3.528.492,72
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.922.681,19	12.664.173,60	12.531.569,72	221.872,02	3.822.715,27
Investimentos	1.653.475,82	14.922.681,19	12.664.173,60	12.531.569,72	221.872,02	3.822.715,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.098.132,90	35.420.813,96	30.759.644,02	30.603.236,91	3.564.501,96	7.351.207,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	150.747,94	82.560.160,53	82.519.816,20	-	191.092,27
Pessoal e Encargos Sociais	-	75.793.124,44	75.793.124,44	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	150.747,94	6.767.036,09	6.726.691,76	-	191.092,27
DESPESAS DE CAPITAL	15.556,93	209.823,06	174.692,05	-	50.687,94
Investimentos	15.556,93	209.823,06	174.692,05	-	50.687,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	166.304,87	82.769.983,59	82.694.508,25	-	241.780,21

.: BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL .:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION 26/02/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	86.653.833,79	78.574.010,63	PASSIVO CIRCULANTE	181.913.464,04	157.195.285,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	72.392.269,73	65.919.625,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	73.174.527,22	55.501.041,91
Créditos a Curto Prazo	13.067.981,25	10.667.036,35	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.382.485,25	1.800.611,37
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	206,06	252,08
Demais Créditos e Valores	13.067.981,25	10.667.036,35	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	13.067.981,25	10.667.036,35	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	107.356.097,66	99.893.232,08
Estoques a Curto Prazo	1.191.476,98	1.931.566,68			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.105,83	55.781,92			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.992.583,39	800.554.328,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.160.042,00	1.160.042,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	267.271,59	227.421,81	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.160.042,00	1.160.042,00
Créditos a Longo Prazo	267.271,59	227.421,81	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	267.271,59	227.421,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	267.271,59	227.421,81	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	183.073.506,04	158.355.327,29
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	2.113.552,78	2.113.552,78
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	120.176.529,34	70.475.550,72
Imobilizado	685.168.642,26	794.941.060,87	Resultados Acumulados	472.282.829,02	648.183.908,73
Bens Móveis	235.264.928,16	223.408.148,89	Resultado do Exercício	-167.713.602,44	-3.891.659,39
Bens Móveis	235.265.203,18	223.408.423,91	Resultados de Exercícios Anteriores	648.183.908,73	652.162.640,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-275,02	-275,02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.187.477,27	-87.072,41
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	449.903.714,10	571.532.911,98	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	594.572.911,14	720.773.012,23
Bens Imóveis	453.080.604,46	574.049.778,47			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.176.890,36	-2.516.866,49			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	5.556.669,54	5.385.846,21			
Softwares	5.556.669,54	5.385.846,21			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 26/02/2026	PAGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Softwares	5.562.960,54	5.392.137,21			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-6.291,00	-6.291,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	777.646.417,18	879.128.339,52	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	777.646.417,18	879.128.339,52

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	72.392.269,73	65.923.762,97	PASSIVO FINANCEIRO	145.396.234,28	124.609.680,45
ATIVO PERMANENTE	705.254.147,45	813.204.576,55	PASSIVO PERMANENTE	73.341.501,40	75.244.107,00
			SALDO PATRIMONIAL	558.908.681,50	679.274.552,07

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	33.642.000,05	39.666.926,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	139.282.561,22	106.924.080,19
Atos Potenciais Ativos	33.642.000,05	39.666.926,14	Atos Potenciais Passivos	139.282.561,22	106.924.080,19
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	33.642.000,05	39.666.926,14	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	2.454,84	177.996,08
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	139.280.106,38	106.746.084,11
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	33.642.000,05	39.666.926,14	TOTAL	139.282.561,22	106.924.080,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-71.226.407,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2026 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Vinculados	-1.777.556,84
Educação	-1.995.912,57
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.900,25
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	523.232,06
Fundos, Órgãos e Programas	-309.776,58
TOTAL	-73.003.964,55



.: DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ANUAL :.



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.239.258,53	19.617.558,01
INGRESSOS OPERACIONAIS	901.007.391,23	793.553.224,43
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	4.715,85	5.796,06
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	481.248,52	1.125.863,66
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	451.029,27	439.957,09
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	900.070.397,59	791.981.607,62
Ingressos Extraorçamentários	1.105.932,60	1.012.947,02
Transferências Financeiras Recebidas	898.377.823,50	790.014.835,73
Arrecadação de Outra Unidade	566.462,43	946.747,07
Valores para Compensação	4.137,29	-
Demais Recebimentos	16.041,77	7.077,80
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-878.768.132,70	-773.935.666,42
Pessoal e Demais Despesas	-782.300.144,83	-682.815.835,53
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-202.724,33	-323.943,14
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-669.750,95	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-108.245.430,14	-94.702.110,42
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-672.975.541,53	-587.467.690,25
Cultura	-99.999,05	-200.000,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 26/02/2026	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-108.562,55	-122.091,72
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.863,72	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-94.548.314,21	-88.678.523,18
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-94.548.314,21	-88.678.523,18
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.919.673,66	-2.441.307,71
Dispêndios Extraorçamentários	-1.109.613,60	-876.256,22
Transferências Financeiras Concedidas	-810.060,06	-1.560.914,20
Valores Compensados	-	-4.137,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.766.614,48	-15.466.689,67
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-15.766.614,48	-15.466.689,67
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.609.890,37	-14.988.441,33
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-156.724,11	-478.248,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.472.644,05	4.150.868,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	65.919.625,68	61.768.757,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	72.392.269,73	65.919.625,68

.: DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ANUAL .:



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	919.793.700,86	802.243.278,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	487.792,52	1.131.708,78
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	487.792,52	1.131.708,78
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	904.253.583,52	794.506.576,39
Transferências Intragovernamentais	898.386.075,98	790.014.835,73
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.867.507,54	4.491.740,66
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14.030.393,73	5.218.154,11
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	230.077,28	175.719,26
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.800.316,45	5.042.434,85
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.021.931,09	1.386.839,16
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.021.931,09	1.386.839,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.087.507.303,30	806.134.937,83
Pessoal e Encargos	692.220.725,02	589.917.235,35
Remuneração a Pessoal	542.206.904,71	459.238.720,33
Encargos Patronais	108.124.514,60	92.567.088,27
Benefícios a Pessoal	40.843.679,10	37.009.034,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.045.626,61	1.102.392,66
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	113.116.581,64	100.171.625,16
Aposentadorias e Reformas	96.892.431,22	84.414.721,05
Pensões	11.149.032,27	10.590.902,85
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.075.118,15	5.166.001,26
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	67.349.718,80	63.843.041,48
Uso de Material de Consumo	5.744.198,82	7.266.896,60
Serviços	60.938.958,98	55.826.746,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	666.561,00	749.398,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	140.265,69	42.120,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	133.998,15	42.071,36
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.267,54	49,06
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	180.600.674,33	13.479.089,48
Transferências Intragovernamentais	810.060,06	1.557.973,69
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	179.790.614,27	11.921.115,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.765.572,70	16.615.115,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	64.144,23	209.339,77
Incorporação de Passivos	12.263.542,84	16.281.902,06



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	437.885,63	123.874,00
Tributárias	387.886,64	413.399,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	244.297,77	228.936,61
Contribuições	143.588,87	184.463,19
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.925.878,48	21.653.310,31
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	18.852.386,93	20.675.439,76
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.073.491,55	977.870,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-167.713.602,44	-3.891.659,39

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024

..: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 1º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA - IFSC**

RELATÓRIO CONTÁBIL

1º TRIMESTRE 2025

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESTRIÇÃO

ÓRGÃO 26438 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)


Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas do primeiro trimestre de 2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de março de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo imobilizado da entidade está superavaliado devido ao não reconhecimento da depreciação dos bens móveis da instituição.
2. As variações patrimoniais diminutivas (VPD's) estão subavaliadas. Esse fato decorre da ausência de registros decorrente da depreciação mensal dos bens móveis que não estão sendo registradas no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 30 de abril de 2025.

Documento assinado digitalmente
 PAULA DE SOUZA MICHELON
Data: 18/03/2026 13:17:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

UG/Gestão 158516/26438

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 158516 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CAT/IFSC
ORGÃO SUPERIOR 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 17/04/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	46.590.716,85	78.574.010,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.863.564,16	65.919.625,68
Créditos a Curto Prazo	996.496,50	10.667.036,35
Demais Créditos e Valores	996.496,50	10.667.036,35
Demais Créditos e Valores	996.496,50	10.667.036,35
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoque	1.699.844,71	1.931.566,68
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	30.811,48	55.781,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE	808.769.475,67	800.554.328,89
Ativo Realizável a Longo Prazo	228.569,31	227.421,81
Créditos a Longo Prazo	228.569,31	227.421,81
Demais Créditos e Valores	228.569,31	227.421,81
Demais Créditos e Valores	228.569,31	227.421,81
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	803.050.583,63	794.941.060,87
Bens Móveis	228.900.560,57	223.408.148,89
Bens Móveis	228.900.835,59	223.408.423,91
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-275,02	-275,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-

Bens Imóveis	574.150.023,06	571.532.911,98
Bens Imóveis	576.825.360,61	574.049.778,47
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.675.337,55	-2.516.866,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	5.490.322,73	5.385.846,21
Softwares	5.490.322,73	5.385.846,21
Softwares	5.496.613,73	5.392.137,21
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-6.291,00	-6.291,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Patrimônio Cultural	-	-
Patrimônio Cultural	-	-
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	855.360.192,52	879.128.339,52

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE	148.313.675,13	157.195.285,29
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	52.162.189,25	55.501.041,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.054.628,88	1.800.611,37
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3,50	252,08
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	91.096.705,65	99.893.232,08
PASSIVO NAO CIRCULANTE	1.160.042,00	1.160.042,00
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.160.042,00	1.160.042,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	149.473.717,13	158.355.327,29

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	2.113.552,78	2.113.552,78
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	70.475.550,72	70.475.550,72
Resultados Acumulados	633.297.371,89	648.183.908,73
Resultado do Exercício	-6.704.431,02	-3.891.659,39
Resultados de Exercícios Anteriores	648.183.908,73	652.162.640,53
Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.182.105,82	-87.072,41
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	705.886.475,39	720.773.012,23
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	855.360.192,52	879.128.339,52

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	43.863.564,16	65.923.762,97
ATIVO PERMANENTE	811.496.628,36	813.204.576,55

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
PASSIVO FINANCEIRO	370.932.740,47	124.609.680,45
PASSIVO PERMANENTE	82.742.010,65	75.244.107,00
SALDO PATRIMONIAL	401.685.441,40	679.274.552,07

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	38.915.251,60	39.666.926,14
Atos Potenciais Ativos	38.915.251,60	39.666.926,14
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	38.915.251,60	39.666.926,14
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	38.915.251,60	39.666.926,14

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	116.270.229,77	106.924.080,19
Atos Potenciais Passivos	116.270.229,77	106.924.080,19
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	177.996,08	177.996,08
Obrigações Contratuais	116.092.233,69	106.746.084,11
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	116.270.229,77	106.924.080,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS
Recursos Ordinários
Recursos Vinculados
Educação
Seguridade Social (Exceto Previdência)
Previdência Social (RPPS)
Dívida Pública
Fundos, Órgãos e Programas
TOTAL

SUPRAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

-284.740.720,56
-42.328.455,75
-3.967.075,12
4.900,25
-37.921.041,77
-855.230,32
409.991,21
-327.069.176,31

Balanco Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2638 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 24/04/2015	PÁGINA 2
VALORES EM LINHA DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Restituição das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	75.593,35	75.593,35
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	75.593,35	75.593,35
DEFICIT	-	-	446.292.232,10	446.292.232,10
TOTAL	-	-	446.267.838,45	446.267.838,45
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Supraavít Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Anecação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	732.315.040,00	732.315.040,00	445.585.713,24	165.895.023,91	104.185.036,07	286.729.326,76
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	655.294.374,00	404.482.620,00	147.861.482,81	91.974.627,48	256.831.754,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.020.666,00	77.020.666,00	41.103.093,24	17.943.541,10	12.210.408,59	35.897.572,76
DESPESAS DE CAPITAL	480.628,00	480.628,00	782.113,21	4.778,51	736,00	-301.485,21
Investimentos	480.628,00	480.628,00	782.113,21	4.778,51	736,00	-301.485,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	732.795.668,00	732.795.668,00	446.367.826,45	165.899.802,42	104.185.772,07	286.427.841,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	732.795.668,00	732.795.668,00	446.367.826,45	165.899.802,42	104.185.772,07	286.427.841,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26038 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AJTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2025	PERÍODO	1º TRIMESTRE (DECIADDD)
EMISSÃO	24/04/2025	PÁGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	732.795.668,00	732.795.668,00	446.367.826,45	165.899.860,42	104.195.772,07	286.427.841,25

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,00	20.496.132,77	11.552.037,18	11.235.827,21	9.651,33	13.697.311,21
Personal e Encargos Sociais	-	399,18	-	-	-	399,18
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.444.657,00	20.497.832,59	11.552.037,18	11.235.827,21	9.651,33	13.697.011,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.622.491,19	5.893.339,85	1.961.536,99	421,74	14.614.196,20
Investimentos	1.653.475,82	14.622.491,19	5.893.339,85	1.961.536,99	421,74	14.614.196,20
Invenções Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.098.132,82	35.118.623,96	17.445.377,03	13.197.364,20	10.073,07	28.311.507,59

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	150.747,84	82.589.160,53	82.516.922,03	-	193.866,44
Personal e Encargos Sociais	-	75.793.124,44	75.793.124,44	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	150.747,84	6.796.036,09	6.723.797,59	-	193.866,44
DESPESAS DE CAPITAL	15.556,83	208.823,06	174.682,05	-	30.487,94
Investimentos	15.556,83	208.823,06	174.682,05	-	30.487,94
Invenções Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	166.304,67	82.797.983,59	82.691.614,08	-	244.674,38

Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158516 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATIFISC
ÓRGÃO SUPERIOR	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA

EXERCÍCIO	2025	PERÍODO	1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS)
EMISSÃO	14/04/2025	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2025	2024		2025	2024
Receitas Orçamentárias	75.593,35	47.197,18	Despesas Orçamentárias	446.367.826,45	438.921.758,28
Ordinárias	-	-	Ordinárias	384.822.543,05	375.546.823,30
Vinculadas	76.626,60	168.467,64	Vinculadas	61.845.283,40	63.374.934,96
Educação	2.158,45	156,98	Educação	564.735,36	362.434,96
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	60.411.040,00	63.012.500,00
Fundos, Órgãos e Programas	73.868,15	168.310,66	Fundos, Órgãos e Programas	569.508,04	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-433,25	-121.270,66			
Transferências Financeiras Recebidas	177.900.690,59	181.138.014,19	Transferências Financeiras Concedidas	126.072,73	163.930,87
Resultantes da Execução Orçamentária	140.565.589,59	141.038.274,91	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasso Recebido	140.565.589,59	141.038.274,91	Independentes da Execução Orçamentária	126.072,73	163.930,87
Independentes da Execução Orçamentária	37.335.101,00	40.099.739,28	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	5.730,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.019.847,77	17.448.694,46	Movimento de Saldos Patrimoniais	126.072,73	158.200,72
Demais Transferências Recebidas	-	209,80	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.315.253,23	22.650.835,02	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	342.610.216,00	332.083.026,43	Pagamentos Extraorçamentários	96.148.662,28	94.860.377,34
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	61.624.030,35	48.925.488,66	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	82.691.614,08	78.731.755,57
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	280.558.024,03	282.657.746,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.197.366,20	15.955.071,03
Depósitos Restitíveis e Valores Vinculados	260.337,05	293.006,12	Depósitos Restitíveis e Valores Vinculados	256.366,44	173.550,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários	167.824,57	206.785,31	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	3.315,56
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	40.225,97	49.741,57	Demais Pagamentos	3.315,56	-
Arrecadação da Outra Unidade	123.461,61	158.043,74			
Valores para Compensação	4.137,29	-			
Saldo do Exercício Anterior	65.919.625,68	61.768.757,34	Saldo para o Exercício Seguinte	43.863.564,16	41.090.928,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.919.625,68	61.768.757,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.863.564,16	41.090.928,67
TOTAL	586.506.125,62	575.036.995,14	TOTAL	586.506.125,62	575.036.995,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS)

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158516 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CAT/IFSC
ÓRGÃO SUPERIOR	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA

EMISSÃO	PÁGINA
14/04/2025	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	75.593,35	47.197,18	Despesas Orçamentárias	446.367.826,45	438.921.758,26
Ordinárias	-	-	Ordinárias	384.822.543,05	375.546.823,30
Vinculadas	76.026,60	168.467,84	Vinculadas	61.545.283,40	63.374.934,96
Educação	2.158,45	156,98	Educação	564.735,36	362.434,96
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	60.411.040,00	63.012.500,00
Fundos, Órgãos e Programas	73.868,15	168.310,86	Fundos, Órgãos e Programas	569.508,04	-
(4) Deduções da Receita Orçamentária	-433,25	-121.270,06			
Transferências Financeiras Recebidas	177.900.690,59	181.138.014,19	Transferências Financeiras Concedidas	126.072,73	163.930,87
Resultantes da Execução Orçamentária	140.565.589,59	141.038.274,91	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasso Recebido	140.565.589,59	141.038.274,91	Independentes da Execução Orçamentária	126.072,73	163.930,87
Independentes da Execução Orçamentária	37.335.101,00	40.099.739,28	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	5.730,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.019.847,77	17.448.694,46	Movimento de Saldos Patrimoniais	126.072,73	158.200,72
Demais Transferências Recebidas	-	209,80	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.315.253,23	22.650.835,02	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Reccebimentos Extraorçamentários	342.610.216,00	332.083.026,43	Pagamentos Extraorçamentários	96.148.662,28	94.860.377,34
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	61.824.030,35	48.925.488,66	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	82.691.614,08	78.731.755,57
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	280.558.024,03	282.657.746,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.197.366,20	15.955.071,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	260.337,05	293.006,12	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	256.366,44	173.550,74
Outros Reccebimentos Extraorçamentários	167.824,57	206.785,31	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.315,56	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	40.225,67	48.741,57	Demais Pagamentos	3.315,56	-
Arrecadação de Outra Unidade	123.461,61	158.043,74			
Valores para Compensação	4.137,29	-			
Saldo do Exercício Anterior	65.919.625,68	61.768.757,34	Saldo para o Exercício Seguinte	43.063.564,16	41.090.920,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.919.625,68	61.768.757,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.063.564,16	41.090.920,67
TOTAL	586.506.125,62	575.036.995,14	TOTAL	586.506.125,62	575.036.995,14

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158516 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CAT/IFSC
ÓRGÃO SUPERIOR	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA

EMISSÃO	PÁGINA
14/04/2025	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	185.255.302,92	181.831.761,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.324,58	750,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.324,58	750,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	180.558.155,20	181.626.516,11
Transferências Intergovernamentais	177.900.690,59	181.138.014,19
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.657.464,61	488.501,92
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.497.659,51	4,29
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.497.659,51	4,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	198.163,63	204.490,92
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158816 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATIFSC
ORGAO SUPERIOR	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS)
EMISSAO 14/04/2025	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	198.163,63	204.490,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	191.946.377,23	188.048.679,83
Pessoal e Encargos	146.127.645,96	139.334.265,63
Remuneração a Pessoal	114.858.785,40	111.801.777,46
Encargos Patronais	21.159.321,34	20.676.331,18
Benefícios a Pessoal	9.930.881,69	8.816.491,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	180.657,43	239.665,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.754.643,87	24.565.525,49
Aposentadorias e Reformas	21.676.573,95	20.823.872,50
Pensões	2.687.590,81	2.699.135,09
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.390.479,11	1.042.517,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.327.076,48	15.460.403,09
Uso de Material de Consumo	1.190.932,88	2.671.605,70
Serviços	13.977.672,54	12.603.794,82
Depreciação, Amortização e Exaustão	158.471,06	185.002,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.988,85	9.100,94
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	10.555,60	9.100,94
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	433,25	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	125.251,00	923.566,11
Transferências Intragovernamentais	125.251,00	163.930,87
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	759.635,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.244.661,22	4.100.292,48
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	420,08	184.892,75
Incorporação de Passivos	1.041.480,02	3.915.399,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158816 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATIFSC
ORGAO SUPERIOR	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS)
EMISSAO 14/04/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	202.761,12	-
Tributárias	186.807,06	178.735,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	161.136,82	137.654,79
Contribuições	25.670,24	41.080,25
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.169.302,89	3.476.791,05
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	2.770.957,47	3.353.495,68
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	398.345,42	123.295,37
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-6.691.074,31	-6.216.918,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024

Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS)
EMISSÃO 14/04/2025	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158516 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CAT/IFSC
ORGAO SUPERIOR	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA

	2025	2024
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-786,56	-943,05
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	40.225,67	48.741,57
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-13.625.487,40	-19.850.755,13
Intragovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-13.625.487,40	-19.850.755,13
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-385.754,73	-337.481,61
Dispêndios Extraorçamentários	-256.366,44	-173.550,74
Transferências Financeiras Concedidas	-126.072,73	-163.930,87
Demais Pagamentos	-3.315,56	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.136.967,04	-3.711.205,74
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.136.967,04	-3.711.205,74
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.050.303,95	-3.603.217,74
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-86.663,09	-107.988,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-22.856.061,52	-26.677.828,87
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	65.919.625,88	61.768.757,24
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	43.063.564,36	35.090.928,37

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação criada através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFSC é composto por uma reitoria, 21 campus e 1 campus avançado distribuídos pelo território catarinense. As demonstrações Contábeis Consolidadas do IFSC compreendem essas unidades.

Os campus do IFSC são dotados de autonomia administrativa e oferta própria de cursos. A instituição possui uma única Unidade Gestora que é gerenciada pela Reitoria. A Reitoria, localizada em Florianópolis, está incumbida da administração, coordenação, planejamento e supervisão de todas as atividades da autarquia, conforme diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico da instituição. Informações adicionais a respeito da estrutura organizacional do IFSC podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do endereço: www.ifsc.edu.br.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSC, usualmente conhecidas por Balanço Geral, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)²; as instruções descritas na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP referenciadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O Balanço Geral tem o propósito de apresentar aos usuários e à sociedade os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do IFSC. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os ativos e passivos do IFSC;
2. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada do IFSC;
3. Balanço Financeiro (BF) – evidencia o fluxo financeiro do IFSC;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia o resultado patrimonial do IFSC;
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – evidencia as entradas e saídas de caixa do IFSC.

3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, subordinada ao Ministério da Economia.

A Lei Orçamentária Anual – LOA versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, e compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

No que diz respeito à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um salutar destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se destacar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Nesse grupo de ajustes está o reconhecimento de passivo de exercícios anteriores. Segundo o art. 37 da Lei nº 4.320/64, as despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem de arrecadação de receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em outras palavras, pode-se descrever execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou na Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está vinculada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária. (<https://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-e-financeira/>)

Por isso, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos

públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossário/>)

Restos a Pagar

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Então, os Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nesse momento são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFSC, como também em demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras - a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa - incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques - compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados

pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

f) *Ativo Realizável a Longo Prazo* - compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

g) *Ajuste para perdas da dívida ativa* - os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial. De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) *Imobilizado* - o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No IFSC, o cálculo e registro não foram iniciados. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) *Intangíveis* - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

j) *Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet* - a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos Circulantes e Não Circulantes - as obrigações do IFSC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Orçamentário; Financeiro; e patrimonial.

a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial - BP

O BP é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Nesse item serão apresentadas as informações relevantes ocorridas no primeiro trimestre de 2025 em comparação ao exercício de 2024.

4.1 Caixa e equivalente de caixa

Trata-se do valor disponível para saque na Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil – BACEN, a qual registrou uma redução de 33,46% em relação ao saldo existente em 31/12/2024. A Tabela 1 apresenta os valores de caixa e equivalente de caixa referente ao primeiro trimestre de 2025 e 31/12/2024.

Tabela 1 - Caixa e equivalente de caixa - Composição

(Em Reais)

Caixa e Equivalente de Caixa	31/03/2025	31/12/2024	Análise Horizontal
Limite de Saque com Vinculação de Pcto. - OFSS	7.544.791,91	7.750.587,88	-2,65%
Limite de Saque c/vinc. Pagto - Ordem Pagto - OFSS	36.296.156,93	58.146.422,48	-37,57%
Garantias	22.615,32	22.615,32	0,00%
TOTAL	43.863.564,16	65.919.625,68	-33,46%

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Os valores apresentados na Tabela 1 representam recursos disponíveis para uso ou que se encontram pendentes da autorização do ordenador de despesa e gestor financeiro para serem executados (geração da Ordem Bancária – OB). A Tabela contempla ainda valores referentes à depósitos de garantias contratuais. Para os valores de limites de saque com vinculação de pagamento percebeu-se um valor substancial disponível nos dois períodos. Os valores apresentados à título de Limite de Saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento OFSS são recursos destinados à folha de pagamento. O valor expressivo nessa conta decorre do recebimento de recursos financeiros no último dia útil de cada mês, desse modo, as ordens bancárias destinadas ao pagamento da folha dos servidores são geradas apenas no dia seguinte, assim, no ato de encerramento dos períodos analisados a conta caixa e equivalente possuía saldo financeiro para honrar com os compromissos relacionados à folha de pagamento de pessoal. Em relação à conta denominada Garantias não houve alterações no saldo dessa nos períodos analisados. Por fim, destaca-se que a redução na conta caixa e equivalentes de 33,46% decorre, principalmente, da redução no valor das obrigações provenientes da folha de pagamento

4.2 Créditos a curto prazo

Essa conta é composta por valores decorrentes de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a exemplo, os adiantamentos concedidos a pessoal, adiantamentos concedidos à supridos, depósitos judiciais, valores a receber provenientes de devolução de despesa e adiantamentos relacionados à Termos de Execução Descentralizada (TED). A Tabela a seguir apresenta a composição da conta.

Tabela 2 – Créditos a curto prazo – composição

(Em Reais)

Créditos a curto prazo	31/03/2025	31/12/2024	Análise Horizontal
13º Salário (Adiantamento)	0,00	7.989.206,68	-100,00%
Adiantamentos concedidos a pessoal (Salários e ordenados)	143.465,44	1.874.837,53	-92,34%
Depósitos Judiciais	1.575,92	1.575,92	0,00%
Valores a receber por devolução de despesa	5.632,59	5.632,59	0,00%
Auxílios natalidade pagos a recuperar	0,00	4.137,29	-100,00%
Adiantamentos TED	791.646,34	791.646,34	0,00%
Adiantamento Concedido Suprimento de Fundos	54.176,21	0,00	100,00%
TOTAL	996.496,50	10.728.400,77	-91,00%

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Os valores de adiantamentos concedidos a pessoal estão relacionados à folha de pagamento, a exemplo, o décimo terceiro, férias e terço constitucional de férias, esses adiantamentos tiveram um decréscimo de 91,00% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao período anterior. O decréscimo evidenciado justifica-se pelo fato da concentração desses adiantamentos serem contabilizados na folha de competência dezembro de 2024 justificando, assim, o saldo vultoso apresentado

nessa conta em 31/12/2024. Verificou-se ainda na comparação dos períodos analisados um acréscimo de 100% nos valores que compõem os adiantamentos concedidos aos supridos da instituição, pois em 31/12/2024 não havia recursos contabilizados nessa conta. Adicionalmente, a conta de créditos a curto prazo contempla valores de adiantamento de Termos de Execução Descentralizada, contudo, não houve alteração de saldo envolvendo esses adiantamentos. Em relação à conta auxílio natalidade pagos a recuperar destaca-se a redução de 100% no saldo dessa conta devido a regularizações contábeis realizadas no primeiro trimestre de 2025.

4.3 Estoques

Os valores apresentados na conta de estoques se referem a mercadorias que se destinam ao consumo interno das unidades, empregados na prestação de serviços de ensino e de suporte às atividades de ensino, bem como das atividades-meio. Assim, em 31/03/2025 o estoque do IFSC contemplava valores na conta materiais de consumo. Em comparação com 31/12/2024 o estoque da instituição teve uma redução de 12%. A Tabela a seguir apresenta a composição da conta materiais de consumo com ênfase nos saldos das contas-correntes mais expressivas.

Tabela 3 – Materiais de Consumo – Por Conta-Corrente

(Em Reais)

Conta Corrente	31/03/2025	Análise Vertical
Material de expediente	661.500,56	38,91%
Material de Tecnologia da Informação	235.129,75	13,83%
Outros Materiais de Consumo	224.550,49	13,21%
Material elétrico e eletrônico	129.353,96	7,61%
Material para copa e cozinha	104.573,31	6,15%
Demais contas	344.736,34	20,28%
TOTAL	1.699.844,71	100,00%

Fonte: SIAFI (2025).

Em 31/03/2025 a maior parte do estoque de material de consumo do IFSC estava concentrada em material de expediente representando 38,91% do total de material destinado ao consumo. Na sequência encontra-se a conta corrente que contempla materiais destinados à tecnologia da informação com 13,83%, outros materiais de consumo com 13,21%, material elétrico e eletrônico com 7,61% e material de copa e cozinha representando 6,15% do total do estoque da instituição. Destaca-se que há registros de materiais de consumo em outras contas correntes com valores expressivos menores que ao serem contabilizados representam 20,28% do total de material de consumo registrado no estoque do IFSC. Em relação à conta outros Materiais de Consumo, que apresentou saldo expressivo no primeiro trimestre de 2025, os valores registrados nessa conta decorrem de processo de reclassificação de bens advindo de reaproveitamento para aulas didáticas relativas a bens em desfazimento. Esse saldo passará por processo de regularização contábil no decorrer do exercício de 2025.

4.4 Imobilizado

O imobilizado do IFSC é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial desses bens ocorre com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, segundo a legislação, estes itens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em 31/03/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$ 803.050.583,63 relacionados ao imobilizado total (descontada a depreciação/amortização/exaustão acumulada), o que representa 93,88% do total do Ativo, sendo que destes 26,76%, se referem a bens móveis e 67,44% a bens imóveis. Portanto, como pode ser observado pela Composição, houve um aumento no valor total do imobilizado de 3,46% se comparado ao imobilizado do trimestre anterior (dezembro/2024), que foi de R\$ 794.941.060,87.

Essa variação se deu especialmente por conta da variação da conta bens imóveis, que aumentou 0,48% em relação ao último trimestre de 2024 e que representou 67,44% do ativo do primeiro trimestre de 2025. Outra conta expressiva foi a de bens móveis, que apresentou uma variação horizontal de 2,46% em relação a dezembro/2024, compondo 26,76% do total do ativo do primeiro trimestre do exercício corrente.

Tabela 4 – Composição do Imobilizado

(Em Reais)

Imobilizado	31/03/2025	31/12/2024	Análise Horizontal
-------------	------------	------------	--------------------

Bens Móveis	228.900.560,57	223.408.148,89	2,46%
(+) Valor Bruto Contábil	228.900.835,59	223.408.423,91	2,46%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(275,02)	(275,02)	0,00%
Bens Imóveis	574.150.023,06	571.532.911,98	0,46%
(+) Valor Bruto Contábil	576.825.360,61	574.049.778,47	0,48%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(2.675.337,55)	(2.516.866,49)	6,30%
Total	803.050.583,63	794.941.060,87	1,02%

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

No primeiro trimestre de 2025 continuou-se a não ser executado a depreciação dos bens móveis da instituição. Esse fato decorre da ausência de Sistema de Gestão Patrimonial que viabilize cálculo e registro nos sistemas de controle patrimonial.

Entretanto, a depreciação dos bens imóveis sofreu alteração com aumento de 6,30% se comparado março/2025 em relação a dezembro/2024. Esta rubrica será mais bem detalhada quanto à alteração na seção específica.

4.4.1 Bens Móveis

Em 31/03/2025, os bens móveis do IFSC totalizavam R\$ 228.900.560,57 (descontada a depreciação acumulada), um aumento de 2,46% nesse período em comparação com 31/12/2024. Como pode ser observado, o grupo de bens de informática registrou o maior um aumento, de 3,81%, se comparado ao último trimestre de 2024. Também se percebe destaque para o grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas com aumento de 2,84% no mesmo período.

Ainda em relação aos bens móveis destaca-se que não ocorreram alterações nos valores da conta depreciação/amortização acumulada devido à ausência de registros, conforme detalhado na Tabela 5

Tabela 5 – Composição dos Bens Móveis

(Em Reais)

Bens Móveis	31/03/2025	31/12/2024	Análise Horizontal
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	87.582.423,25	85.167.579,67	2,84%
Bens de Informática	70.613.151,32	68.018.481,03	3,81%
Móveis e Utensílios	40.970.730,99	40.753.563,62	0,53%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	20.266.383,66	20.026.406,76	1,20%
Veículos	9.184.829,34	9.173.015,01	0,13%
Bens Móveis em Almoxarifado	9.147,20	0,00	100,00%
Demais Bens Móveis	274.169,83	269.377,82	1,78%
Depreciação /Amortização Acumulada	(275,02)	(275,02)	0,00%
Total	228.900.560,57	223.408.148,89	2,46%

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Sem considerar a depreciação/amortização acumulada, os bens móveis registrados no IFSC com maior volume são as máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas que representam com 38,26%, seguido dos bens de informática, representando 30,85% e de móveis e utensílios, com 17,90%.

Considerando alterações no decorrer do trimestre, observa-se por meio da Tabela 5 que a conta de bens móveis com maior alteração foi bens de informática (3,81%) e a com menor evolução foi a de veículos, com 0,13%.

Neste ranking não consideramos o valor constante na conta Bens Móveis em Almoxarifado, uma vez que essa conta é recente, tendo vigência a partir de 18/02/2025, em que houve alteração no registro de bens móveis no SIAFI, uma vez que, para atender à IN nº 205/88, independentemente de onde o material será destinado, o registro de entrada do material será sempre no Almoxarifado. Então, o valor de “Bens Móveis em Almoxarifado”, relativamente à conta contábil 123110801 se refere a registro de bens no SIAFI, sem a correspondente classificação para a conta contábil adequada. Esse montante foi regularizado no mês seguinte ao findo do primeiro trimestre.

4.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFSC somavam um montante líquido total, em 31/03/2025, de R\$ 574.150.023,06, sendo que os bens de uso especial, ou seja, aqueles registrados no sistema gerencial de controle dos bens imóveis - SPIUnet, correspondem à maior proporção deste valor, correspondendo a 76,35% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão neste período. Embora seja representativo dentro do grupo, observa-se que não houve alteração deste grupo de imóveis.

Os Bens Dominicais, entretanto, sofreram uma bastante representativa, de 68,90%, e se deve pela aquisição de um terreno para o Campus São Lourenço do Oeste, ocorrida no mês de fevereiro/2025 no valor de R\$ 2.269.000,00,, que servirá para a construção do Campus do IFSC naquele município.

Os bens imóveis compreendem ainda imóveis em andamento, que representaram quase 19% do montante total de imóveis. Entre os períodos analisados, o valor desta conta aumentou em 0,47%, decorrente da execução de algumas poucas obras nos Campus da Instituição. Cabe destacar também que essa conta precisa de uma conciliação mais atenta no sentido de identificar se há algum valor que precisa ser reclassificado para o imóvel pronto.

Tabela 6 – Composição dos Bens Imóveis

(Em Reais)

Bens Imóveis	31/03/2025	31/12/2024	Análise Horizontal
Bens de Uso Especial	438.338.166,44	438.338.166,44	0,00%
Bens Dominicais	5.562.000,00	3.293.000,00	68,90%
Bens Imóveis em Andamento	108.888.441,17	108.381.859,03	0,47%[A1]
Instalações	24.036.753,00	24.036.753,00	0,00%[A2]
Deprec./Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.675.337,55)	(2.516.866,49)	6,30%
Total	574.150.023,06	571.532.911,98	0,46%

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

4.4.3 Depreciação acumulada

No primeiro trimestre de 2025 o IFSC não realizou registro de depreciação dos bens móveis. A Instituição faz uso de dois sistemas de controle patrimonial dos bens móveis, e a Contabilidade já realizou reunião com a gestão no sentido de salientar a importância de haver uma estruturação interna para a implantação do SIADS. Por meio da adoção do SIADS será possível efetuar os registros de depreciação, amortização e reavaliação dos bens móveis. A ausência da depreciação compromete a fidedignidade das Variações Patrimoniais Diminutivas (Tabela 20), e por consequência, do Resultado Patrimonial.

A depreciação dos bens imóveis é realizada com base nas informações advindas do sistema SPIUnet, e é registrada diretamente pela STN. E, neste período, o IFSC providenciou uma atualização que se apresentava pendente e necessária de alguns imóveis no SPIUNET. A depreciação dos bens imóveis no primeiro trimestre de 2025 totalizou R\$ 158.471,06.

4.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 31/03/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$ 5.490.322,73 relacionados a intangível. Deste valor, a maior parte compreende softwares com vida útil definida (89,96%), entretanto, a evolução na conta foi de apenas 1,59% entre o final do último trimestre de 2024 e o final do primeiro de 2025.

Por outro lado, a conta de softwares com vida útil indefinida atualmente compreende apenas 10,15% do total de intangíveis, mas, apresentou uma evolução mais significativa, de 16% entre os períodos analisados. Assim, observa-se aquisições mais expressivas em softwares com vida útil indefinida no primeiro trimestre de 2025.

Tabela 7 – Composição dos Intangíveis

(Em Reais)

Intangíveis	31/03/2025	31/12/2024
Software com Vida Útil Definida	4.939.180,93	4.862.069,41[A3]
Software com Vida Útil Indefinida	557.432,80	530.067,80
Amortização Acumulada	(6.291,00)	(6.291,00)

TOTAL	5.490.322,73	5.385.846,21

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Outro aspecto a ser relatado é referente a amortização acumulada, em que se observa a ausência de qualquer registro no primeiro trimestre de 2025 em decorrência de que os sistemas de controle patrimoniais atuais não apresentam essa funcionalidade; e, portanto, não ocorreram registros contábeis decorrentes de amortização de bens intangíveis no período.

4.6 Obrigações

Os saldos a seguir representam os valores correspondentes ao passivo circulante do IFSC e se resumem às obrigações com a folha de pagamento, fornecedores e credores nacionais a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo e demais obrigações. A tabela 8 apresenta a composição das obrigações do IFSC.

Tabela 8 – Composição das Obrigações (Passivo Circulante)

(Em Reais)

Obrigações	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	52.162.189,25	55.501.041,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85[A4]
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.054.628,88	1.800.611,37
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3,50	252,08
Demais Obrigações a Curto Prazo	91.096.705,65	99.893.232,08
Total	148.313.675,13	157.195.285,29

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

As obrigações a curto prazo do IFSC mais representativas são as demais obrigações contemplando a maior parte do Passivo Circulante (PC) em ambos os períodos analisados. No primeiro trimestre de 2025 representou 61,42% do total do PC e ao final de 2024 representava 63,55% do total.

O segundo item mais expressivo dentro do Passivo Circulante consiste nas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar, representando pouco mais de 35% em ambos os períodos analisados. Este valor refere-se especialmente ao montante de salários, remunerações e benefícios, também com remuneração de férias, além do que, a execução dos passivos trabalhistas, previdenciárias e de assistência ocorre sempre no início de cada mês, mas são contabilizadas no final do mês anterior, justificando assim, os saldos a pagar ao final de cada mês.

Outro item expressivo nessa composição de obrigações de curto prazo compreende o montante devido a fornecedores e contas de curto prazo – no fim do primeiro trimestre de 2025 compreendia 3,41% do total do PC; um aumento de 180% quando comparado ao último trimestre do exercício de 2024. Assim, percebe-se uma alta taxa de valores pendentes a fornecedores no início deste ano, originados especialmente de pagamento de restos a pagar, já que a LOA foi aprovada na segunda quinzena de março/2025.

4.6.1 Fornecedores e Credores

Em 31/03/2025, o IFSC apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.563.219,52 relacionados com fornecedores e contas a pagar representando um aumento expressivo de quase 342% se comparado ao saldo de 31/12/2023. Esse aumento denota uma quantidade expressiva de execução junto a fornecedores e prestadores de serviços. A seguir, apresenta-se a tabela com o detalhamento dos valores em curto prazo e fornecedores nacionais.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

(Em Reais)

	31/03/2025	31/12/2024
Curto Prazo – Fornecedores/Credores - Nacionais	5.052.232,42	1.800.535,68
Curto Prazo – Fornecedores/Credores – Intra OFSS	276,06	75,69
Curto Prazo – Fornecedores/Credores – Inter Municipais	2.120,40	252,08
Total	5.054.628,88	1.800.611,37

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Conforme pode ser observado por meio da Tabela 9 percebe-se que 100% do saldo apresentado se refere a obrigações a curto prazo e de fornecedores

nacionais. Uma parcela inexpressiva se refere a credores Intra-Siafi, ou seja, órgão público da administração federal, neste caso, referente à Empresa Brasil de Comunicação (instituição responsável por publicação legal); e os municipais, se refere a recolhimento pendente de ISS ou taxa junto à administração municipal de alguns Campus do IFSC.

Ainda em relação aos fornecedores destaca-se que grande parte são empresas que firmaram contratos de prestação de serviços continuados com a instituição. A tabela 10 contempla os fornecedores do IFSC com valores mais expressivos a receber em 31/03/2025.

Os primeiro e segundo Fornecedores/Credores apresentam valores muito expressivos na composição do total, compreendendo 44,89% e 18,60%, respectivamente. A empresa GLR Administradora de Bens Próprios Ltda foi referente a aquisição do terreno para o Campus São Lourenço do Oeste, registrado no SIAFI em fevereiro/2025, já destacado na Tabela 8, quando tratado dos principais credores neste período.

O segundo credor expressivo do período se refere a fornecimento na aquisição de bens móveis de informática para diversos campus, inclusive que possuem contrato de seguro vinculados a essas aquisições (seguro válido por 90 dias a partir da aquisição).

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

(Em Reais)

Fornecedores/Credores	31/03/2025
G L R ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA	R\$ 2.269.000,00
E.R. SOLUCOES INFORMATICA LTDA	R\$ 940.312,04
CELESC DISTRIBUICAO S.A	R\$ 277.634,45
METALURGICA ASCURRA LTDA	R\$ 168.049,10
EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIARIOS LTDA.	R\$ 167.000,00 [A6]
DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	R\$ 126.219,21
ATL SERVICOS ESPECIALIZADOS DE CONSTRUCAO E MANUTENCAO	R\$ 113.256,03

MJA&A EDIFICACOES LTDA	R\$	105.908,00
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	R\$	92.762,24
DEMAIS FORNECEDORES	R\$	794.487,81
Total	R\$	5.054.628,88

Fonte: SIAFI (2025).

Cabe destacar outros credores nessa sequência, como Celesc Distribuição S.A. e EDM Empresa Distribuidora de Mobiliários Ltda, que se mantiveram nesse ranking ao menos desde o fim do último trimestre do exercício de 2024.

4.7 Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais do IFSC representam 77,67% do Passivo Exigível Total do fim do primeiro trimestre de 2025, um aumento de mais de 10% em relação ao final do trimestre anterior.

Dentro deste total, o valor referente a Serviços é o mais expressivo, correspondendo a 83,06% do total das Obrigações Contratuais em 31/03/2025, seguido do item Fornecimento de Bens, que equivale a 15,38% deste mesmo montante.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição

(Em Reais)

Obrigações Contratuais	31/03/2025	31/12/2024
Alugueis	R\$ 1.281.584,25	R\$ 1.004.743,71
Fornecimento de Bens	R\$ 17.859.501,13	R\$ 13.513.734,84
Seguros	R\$ 527.380,33	R\$ 529.458,73
Serviços	R\$ 96.423.767,98	R\$ 91.698.146,83
Total	R\$ 116.092.233,69	R\$ 106.746.084,11

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Observa-se por meio da Tabela 11 que as categorias de obrigações contratuais se repetem quando comparadas entre os trimestres avaliados, entretanto, as maiores evoluções verificadas entre os mesmos períodos foram nos itens Fornecimento de Bens, com aumento de 32,15% e Alugueis com acréscimo de 27,55% no primeiro trimestre de 2025 quando comparado ao último trimestre de 2024. Verifica-se, no entanto, uma redução no item relativo a Seguro, reduzindo 0,39 pontos percentuais entre os períodos analisados.

4.8 Precatórios

Em 31/03/2025 o IFSC possuía o valor de R\$ 1.160.042,00 no Passivo a Longo Prazo e este valor se refere na sua totalidade a precatório, abrangido pela conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Longo Prazo – mesma situação verificada em dezembro/2024.

Tabela 12 – Valor de precatórios – Composição de Passivo de Longo Prazo

(Em Reais)

	31/03/2025	31/12/2023
Passivo Não Circulante	1.160.042	1.160.042
Precatórios de Pessoal	1.160.042	1.160.042
Total	1.160.042	1.160.042

Fonte: SIAFI (2025,2024).

Este valor se refere a precatórios de pessoal e advém de saldo registrado no exercício de 2003 decorrente de cancelamento de RP inscritos em 2001, bem como de exercícios anteriores, não pagos até 31/12/2002 (instrução conforme Decreto 4526/2002).

4.9 Provisões

Em 31/03/2025 o IFSC não possui nenhum valor registrado a título de provisões de curto ou de longo prazo.

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

O Balanço Orçamentário (BO) é uma demonstração contábil que registra tanto as receitas previstas e efetivamente arrecadadas quanto as despesas autorizadas e realizadas. Abaixo, apresentamos as informações significativas relativas ao primeiro trimestre de 2025.

As receitas efetivamente realizadas totalizaram R\$75.593,35, enquanto as despesas empenhadas, incluindo as correntes e de capital, alcançaram R\$446.367.826,45, conforme pode ser observado nos totais de Despesas Orçamentárias. Esse cenário resultou em um déficit orçamentário de R\$446.292.233,10, conforme pode ser observado na tabela a seguir. Em relação às receitas realizadas [vide Tabela 17 \(Total de Ingressos\) e Tabela 21 \(Fluxo de caixa das atividades operacionais\)](#).

Tabela 13 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica

(Em Reais)

Balanço Orçamentário	Realizadas
Receitas Correntes	75.593,35
Receitas de Capital	-
Total das Receitas	75.593,35
Despesas Correntes Empenhadas	445.585.713,24
Despesas de Capital Empenhadas	782.113,21
Total das Despesas	446.367.826,45
Superávit/(Déficit)	(446.292.233,10)

Fonte: SIAFI (2025).

Essa disparidade se justifica porque a coluna das Receitas Realizadas inclui apenas os valores das receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, excluindo os créditos orçamentários recebidos que correspondem às despesas previstas na Dotação Atualizada.

No que diz respeito às despesas empenhadas, a maior parte está concentrada em despesas de pessoal e encargos sociais, que representam 90,61%

do total. Por outro lado, as despesas de capital compõem apenas 0,18% do total das despesas empenhadas.

Tabela 14 – Despesas Empenhadas no Primeiro Trimestre de 2025

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Análise Horizontal
Despesas Correntes	732.315.040,00	732.315.040,00	445.585.713,24	60,85%
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	655.294.374,00	404.462.620,00	61,72%
Outras Despesas Correntes	77.020.666,00	77.020.666,00	41.123.093,24	53,39%
Despesas De Capital	480.628,00	480.628,00	782.113,21	162,73%
Investimentos	480.628,00	480.628,00	782.113,21	162,73%
Total	732.795.668,00	732.795.668,00	446.367.826,45	60,91%

Fonte: SIAFI (2025).

As despesas empenhadas no primeiro trimestre para Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$404.462.620,00, representam 61,72% da dotação atualizada. Esse percentual elevado reflete a natureza essencial e obrigatória destes gastos.

O grupo das Outras Despesas Correntes inclui despesas não obrigatórias destinadas ao funcionamento da instituição. No primeiro trimestre, foram empenhados recursos no valor de R\$41.123.093,24, que correspondem a 53,39% da dotação atualizada. A menor proporção de despesas empenhadas nesta categoria sugere a possibilidade de ajustes orçamentários ao longo do ano, conforme as necessidades operacionais emergirem.

As despesas de capital empenhadas no primeiro trimestre somaram R\$782.113,21, sendo R\$386.156,51 provenientes de repasses extraorçamentários (Termo de Execução Descentralizada) e R\$395.956,70 correspondentes a valores empenhados da dotação atualizada, cujo montante representa 82,38% da dotação anual prevista.

5.1 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar são despesas que foram regularmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Eles são classificados em duas categorias: Restos a Pagar não Processados (RPNP), que correspondem a despesas ainda a serem liquidadas ou em processo de liquidação; e Restos a

Pagar Processados (RPP), que se referem a despesas já liquidadas. A seguir, o quadro detalha a execução dos RPNP no primeiro trimestre do ano de 2025.

Tabela 15 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,08	20.498.132,77	11.952.037,18	11.235.827,21	9.651,33	13.697.311,31
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	-	300,18
Outras Despesas Correntes	4.444.657,08	20.497.832,59	11.952.037,18	11.235.827,21	9.651,33	13.697.011,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.922.681,19	5.893.339,95	1.961.538,99	421,74	14.614.196,28
Investimentos	1.653.475,82	14.922.681,19	5.893.339,95	1.961.538,99	421,74	14.614.196,28
TOTAL	6.098.132,90	35.420.813,96	17.845.377,13	13.197.366,20	10.073,07	28.311.507,59

Fonte: SIAFI (2025).

No encerramento do primeiro trimestre de 2025, o IFSC apresentou um total de R\$35.420.813,96 em restos a pagar não processados inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, além de R\$6.098.132,90 inscritos em exercícios anteriores. Desse montante total de R\$41.518.946,86, foram liquidados R\$17.845.377,13, o que representa 42,97% dos valores inscritos.

Dentre as despesas correntes, observa-se que a maior parte dos valores inscritos refere-se a outras despesas correntes, com R\$20.497.832,59 inscritos ao final de 2024 e R\$4.444.657,08 de exercícios anteriores. Foram liquidados R\$11.952.037,18 e pagos R\$11.235.827,21, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente 93,01% dos valores liquidados, sinalizando bom desempenho na regularização desses compromissos.

Em relação às despesas de capital, destaca-se um total inscrito de R\$14.922.681,19 no fim de 2024, acrescido de R\$1.653.475,82 de exercícios anteriores. Desse montante, R\$5.893.339,95 foram liquidados, mas apenas R\$1.961.538,99 foram pagos, evidenciando um menor grau de execução financeira. Isso pode estar associado à natureza dessas despesas, que geralmente demandam maior tramitação processual.

O saldo remanescente de R\$ 28.311.507,59 evidencia a necessidade de atenção na execução dos restos a pagar ao longo do exercício. Abaixo são detalhados os quarenta maiores saldos dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados:

Tabela 16 - Empenhos Inscritos em Restos a Pagar não Processados

(Em Reais)

Empenho	Elemento Despesa	Conta Contábil	Restos a Pagar Não Processados a Liquidar
2024NE00412799	51	OBRAS E INSTALACOES	4.001.350,99
2020NE80791991	51	OBRAS E INSTALACOES	892.918,56
2024NE00417991	51	OBRAS E INSTALACOES	500.000,00
2024NE00410641	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	443.049,29
2024NE00419399	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	421.200,00
2024NE00414191	51	OBRAS E INSTALACOES	330.712,96
2023NE00253501	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	301.217,81
2024NE00415841	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	291.900,00
2024NE00356516	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	260.921,46
2024NE00369516	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	249.463,66
2024NE00111748	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	229.462,91
2024NE00407735	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	217.769,99
2023NE00518301	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	203.313,72
2023NE00343216	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	190.642,61
2024NE00417292	51	OBRAS E INSTALACOES	187.480,74
2024NE00374416	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	180.630,10
2024NE00372016	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	173.334,99
2023NE00572616	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	172.038,16
2024NE00379701	35	SERVICOS DE CONSULTORIA	172.000,00
2024NE00416580	51	OBRAS E INSTALACOES	163.356,68
2024NE00319941	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	155.185,00
2024NE00369716	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	150.000,00
2024NE00368116	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	136.820,27

2024NE00276141	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	130.470,00
2024NE00388824	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	121.951,00
2023NE00584291	51	OBRAS E INSTALACOES	118.979,65
2024NE00418699	51	OBRAS E INSTALACOES	117.751,43
2024NE00065543	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	114.006,69
2024NE00369041	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	113.074,00
2024NE00318616	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	107.000,00
2024NE00406341	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	106.200,00
2023NE00584316	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	106.131,35
2023NE00116080	51	OBRAS E INSTALACOES	105.228,82
2023NE00577016	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	104.750,03
2024NE00077302	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	104.536,28
2023NE00346416	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	101.161,16
2024NE00381641	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.250,00
2024NE00419512	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	97.529,85
2024NE00363541	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.549,58
2023NE00347016	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	95.501,95

Fonte: SIAFI (2025).

A maior parte dos empenhos da Tabela 16 se refere a serviços em execução. Justifica-se a permanência de saldo dos empenhos de Obras e Instalações consoante as obras ainda não estarem concluídas. Os empenhos de equipamentos e material permanente, aguardam entrega.

Salienta-se o empenho 2020NE80791991 que diz respeito à construção da quadra poliesportiva do Campus Canoinhas. No decorrer da execução contratual houve uma divergência entre o IFSC e a Contratada que culminou na judicialização da questão.

As obrigações inscritas em RPNP do IFSC revelam um conjunto de empenhos de elevado valor, que somados representam uma proporção significativa dos compromissos pendentes do exercício anterior.

6. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Tabelas 17 e 18 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no primeiro trimestre de 2025.

Tabela 17 – Total dos Ingressos

(Em Reais)

INGRESSOS	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receitas Orçamentárias	75.593,35	47.197,18	60,16	0,012
Transferências Financ.	177.900.690,59	181.138.014,19	-1,81	30,33
Recebimentos Extra-Orc.	342.610.216,00	332.083.026,43	3,17	58,41
Saldo do Exercício	65.919.625,68	61.768.757,34	6,72	11,23
TOTAL	586.506.125,62	575.036.995,14	1,99	100

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Tabela 18 – Total dos Dispêndios

(Em Reais)

DISPÊNDIOS	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Despesas Orçamentárias	446.367.826,45	438.921.758,26	1,70	76,10
Transferências	126.072,73	163.930,87	-30,02	0,02

Financ.				
Pagamentos Extra-Orça	96.148.662,28	94.860.377,34	-1,35	16,39
Saldo para o Exercício	43.863.564,16	41.090.928,67	6,70	7,47
TOTAL	586.506.125,62	575.036.995,14	1,99	100,00

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Com relação aos ingressos, no primeiro trimestre de 2025, observa-se que para as receitas orçamentárias houve um decréscimo de 60,16 % em relação ao mesmo período de 2024. As receitas orçamentárias correspondem a 0,012% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras recebidas houve um decréscimo de 1,81% em relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras recebidas correspondem a 30,33% do total dos ingressos.

Os ingressos tratam de recursos de repasses recebidos e destinados aos pagamentos de restos a pagar.

Com relação aos ingressos, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que para os recebimentos extra-orçamentários houve um acréscimo de 3,17% em relação ao mesmo período de 2024. Os recebimentos extra-orçamentários correspondem a 58,41% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que para o saldo do exercício houve um acréscimo de 6,72% em relação ao mesmo período de 2024. O saldo do exercício corresponde a 11,23% do total dos ingressos.

Com relação aos dispêndios, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que para as despesas orçamentárias houve um acréscimo de 1,70% em relação ao mesmo período de 2024. As despesas orçamentárias correspondem a 76,10% do total dos dispêndios. Os dispêndios tratam-se de despesas, basicamente, relativas à seguridade social, previdência social e manutenção das atividades de educação.

Com relação aos dispêndios, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras houve um decréscimo de 30,02% em relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras correspondem a 0,02% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que para os pagamentos extra-orçamentários houve um decréscimo de 1,35% em relação ao mesmo período de 2024. Os pagamentos extra-orçamentários correspondem a 16,39% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no primeiro trimestre de 2025, verifica-se que quanto ao saldo para o exercício houve um acréscimo de 6,70% em relação ao mesmo período de 2024. Os saldos para o exercício correspondem a 7,47% do total dos dispêndios.

Ao analisar a evolução dos totais dos ingressos do primeiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 1,99%. Já, ao analisar os dispêndios do primeiro trimestre de 2025 em relação ao ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 1,99%.

O resultado financeiro do período pode ser obtido mediante a aplicação de 2 métodos. O primeiro, pela soma dos ingressos, exceto caixa, deduzindo-se os dispêndios, exceto caixa. O segundo método consiste na dedução do saldo de caixa para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Para o final do quarto trimestre de 2024 foi identificado um resultado de aproximadamente R\$ 4 milhões.

7. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas

(Em Reais)

VPA	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito	1.324,58	750,00	76,61	-
Transferência e delegações recebidas	180.558.155,20	181.626.516,11	-0,59	97,46
Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de de Passivos	4.497.659,51	4,29	-	2,43
Outras variações patrimoniais aumentativas	198.163,63	204.490,92	-3,19	0,11
Totais	185.255.302,92	181.831.761,32	1,88	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, as Transferências e Delegações Recebidas no primeiro trimestre de 2025 corresponderam a 97,46% do total do grupo e um decréscimo de 0,59%, seguido pela conta Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de passivos no montante que representa um percentual de aproximadamente 2,43% do grupo, sendo que o somatório dos dois representam aproximadamente 99,89%. Outras variações patrimoniais aumentativas representam 0,11% do grupo e um decréscimo de 3,19% em relação ao período de 2024.

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas

(Em Reais)

VPD	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Pessoal e encargos	146.127.645,86	139.334.265,63	4,87	76,13
Benefícios previdenciários e assistenciais	25.754.643,87	24.565.525,49	4,84	13,42
Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.327.076,48	15.460.403,09	-0,86	7,99
Variações patrimoniais diminutivas Financeiras	10.988,85	9.100,94	20,74	0,01
Transferência e delegações concedidas	125.251,00	923.566,11	-86,44	0,07
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	1.244.661,22	4.100.292,48	-69,64	0,65
Tributárias	186.807,06	178.735,04	4,51	0,10
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.169.302,89	3.476.791,05	-8,84	1,65
Totais	191.946.377,23	188.048.679,83	2,07	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas variações Patrimoniais Diminutivas, os itens Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais correspondem a maior relevância no primeiro trimestre de 2025, representando um percentual de 76,13% de todas as variações patrimoniais diminutivas e um acréscimo de 4,87% em relação ao mesmo período de 2024. Benefícios previdenciários e assistenciais correspondem a 13,42% do total do grupo e um acréscimo de 4,84% em relação ao período de 2024. Outra conta representativa é Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo que representa 7,99% do total do grupo e sofreu um decréscimo de 0,86% em relação ao ano de 2024.

Quanto a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos esta conta representa 1,65% do grupo e um decréscimo de 8,84% em relação ao mesmo período de 2024.

8. Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

O fluxo de caixa é dividido em 3 partes: fluxo das atividades operacionais, fluxo das atividades de investimento e fluxo das atividades de financiamento.

Sendo que 100% dos ingressos do fluxo de caixa foram efetuados através do fluxo de caixa das atividades operacionais, já na parte de desembolsos observa-se que 98,93% ocorreram nas atividades operacionais e 1,06% nas atividades de investimento.

No fluxo de caixa das atividades operacionais, a receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas pertencente a Outros Ingressos Operacionais, com aproximadamente R\$178 milhões que representaram 99,74% dos ingressos das atividades operacionais e um decréscimo de 1,81% em relação ao mesmo período do ano de 2024.

Tabela 21 – Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

INGRESSOS	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receita Patrimonial	902,67	750,00	20,35	0,00051
Receita de Serviços	227,92	0,00	-	0,00013
Outras Receitas Derivadas e Originárias	74.462,73	46.447,15	60,31	0,042
Outros ingressos operacionais	178.288.626,54	181.589.064,05	-1,85	99,96
Ingressos extraorçamentários	260.337,05	293.006,12	-12,50	0,15
Transferencias financeiras recebidas	177.900.690,59	181.138.014,19	-1,80	99,74
Arrecadação de outra unidade	123.461,61	158.043,74	28,00	0,07
Valores para	4.137,29	-	-	0,00

Compensação				
Totais	178.364.219,86	181.636.261,20		100,00

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Na parte de desembolsos, a maior parte, aprox. R\$ 184 milhões, verifica-se vinculada à rubrica Pessoal e Demais Despesas quanto ao item educação, que corresponde a 81,52% do total, com aumento de 3,2% em relação ao mesmo período de 2024. Em segundo lugar o item relativo a Previdência Social, de aprox. 22 milhões, corresponde a 11,30% do total e um acréscimo de 3,6% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 22 - Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Pessoal e demais despesas	184.272.072,24	178.414.647,42	3,2	92,93
Segurança Pública	248.550,95	-	-	11,30
Previdência Social	22.410.773,01	21.623.697,69	3,63	81,52
Educação	161.652.187,39	156.638.748,25	3,2	0,00
Encargos especiais	786,56	943,05	-19,89	0,02
Ordens Bancárias não sacadas	40.225,67	48.741,57	-21,17	6,87
Transferências Concedidas	13.625.487,40	19.850.755,13	-45,68	6,87
Intragovernamentais	13.625.487,40	19.850.755,13	-45,68	0,19
Outros Desembolsos Operacionais	385.754,73	337.481,61	14,30	0,12
Dispendios Extra-orçamentário	256.366,44	173.550,74	47,71	0,06
Transferencias Financeiras Concedidas	126.072,73	163.930,87	-30,02	100
Demais Pagamentos	3.315,56	-		
Totais	198.288.626,54	198.602.884,16		100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. Não houve receita neste grupo e a despesa mais representativa foi a Aquisição de Ativo não Circulante, com

aproximadamente R\$ 2,0 milhões que representa 95,94% do total e um acréscimo de 81,00% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 23 – Fluxo de caixa das atividades de investimento

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	31/03/2025	31/03/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.050.303,95	3.603.217,74	75,74	95,94
Outros Desembolsos e Investimentos	86.663,09	107.988,00	24,6	4,06
Totais	2.136.967,04	3.711.205,74		100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Os desembolsos nas atividades de investimento são compostos por aquisições de ativo não circulante.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. No primeiro trimestre de 2025 não houve ingressos, tão pouco desembolsos no âmbito do IFSC.

.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 2º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA - IFSC**

RELATÓRIO CONTÁBIL

2º TRIMESTRE 2025

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESTRIÇÃO

ÓRGÃO 26438 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)


Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas do segundo trimestre de 2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de março de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo imobilizado da entidade está superavaliado devido ao não reconhecimento da depreciação dos bens móveis da instituição.
2. As variações patrimoniais diminutivas (VPD's) estão subavaliadas. Esse fato decorre da ausência de registros decorrente da depreciação mensal dos bens móveis que não estão sendo registradas no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 31 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 PAULA DE SOUZA MICHELON
Data: 18/03/2026 13:21:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paula de Souza Michelin

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

UG/Gestão 158516/26438

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2025	PERÍODO	2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/07/2025	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	65.920.393,83	78.574.010,63	PASSIVO CIRCULANTE	180.807.277,11	157.195.285,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.378.058,33	65.919.625,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	75.770.094,73	55.501.041,91
Créditos a Curto Prazo	1.112.623,93	10.667.036,35	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Demais Créditos e Valores	1.112.623,93	10.667.036,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.412.526,87	1.800.611,37
Demais Créditos e Valores	1.112.623,93	10.667.036,35	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	401,77	252,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.413.359,92	1.931.566,68	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	102.624.105,89	99.893.232,08
VPDs Pagas Antecipadamente	16.351,65	55.781,92			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	808.780.592,52	800.554.328,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.160.042,00	1.160.042,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	228.569,31	227.421,81	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.160.042,00	1.160.042,00
Créditos a Longo Prazo	228.569,31	227.421,81	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	228.569,31	227.421,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	228.569,31	227.421,81	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	181.967.319,11	158.355.327,29
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm	-	-			
Imobilizado	803.043.930,48	794.941.060,87			
Bens Móveis	231.391.984,59	223.408.148,89	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Bens Móveis	231.392.259,61	223.408.423,91	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-275,02	-275,02	Reservas de Capital	2.113.552,78	2.113.552,78
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Imóveis	571.651.945,89	571.532.911,98	Reservas de Lucros	70.475.550,72	70.475.550,72
Bens Imóveis	574.493.339,81	574.049.778,47	Demais Reservas	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.841.393,92	-2.516.866,49	Resultados Acumulados	620.144.563,74	648.183.908,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Resultado do Exercício	-19.834.622,01	-3.891.659,39
Intangível	5.508.092,73	5.385.846,21	Resultados de Exercícios Anteriores	648.183.908,73	652.162.640,53
Softwares	5.508.092,73	5.385.846,21	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.204.722,98	-8.072,41
Softwares	5.514.383,73	5.392.137,21	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-6.291,00	-6.291,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	692.733.667,24	720.773.012,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2025	PERÍODO	2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/07/2025	PÁGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	874.700.986,35	879.128.339,52	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	874.700.986,35	879.128.339,52

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	63.378.058,33	65.923.762,97	PASSIVO FINANCEIRO	182.781.879,02	124.609.680,45
ATIVO PERMANENTE	811.322.928,02	813.204.576,55	PASSIVO PERMANENTE	88.547.040,31	75.244.107,00
			SALDO PATRIMONIAL	603.371.967,02	679.274.552,07

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2025	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	33.935.471,11	39.666.926,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	127.430.492,95	106.924.080,19
Atos Potenciais Ativos	33.935.471,11	39.666.926,14	Atos Potenciais Passivos	127.430.492,95	106.924.080,19
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	33.935.471,11	39.666.926,14	Obrigações Convidadas e Outros Instrumentos C	177.996,08	177.996,08
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	127.252.496,87	106.746.084,11
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	33.935.471,11	39.666.926,14	TOTAL	127.430.492,95	106.924.080,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-111.090.067,59
Recursos Vinculados			-8.313.853,10
Educação			-2.618.363,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 28/07/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Seguridade Social (Exceto Previdência)			4.900,25
Previdência Social (RPPS)			-6.497.292,00
Dívida Pública			-300.523,22
Fundos, Órgãos e Programas			1.097.425,55
TOTAL			-119.403.920,69

Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 31/07/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	755.752,00	755.752,00	309.064,86	-386.687,14
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	123.252,00	123.252,00	1.953,12	-121.298,88
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	123.252,00	123.252,00	1.953,12	-121.298,88
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	632.500,00	632.500,00	119.072,92	-513.427,08
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	632.500,00	632.500,00	119.072,92	-513.427,08
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	246.036,82	246.036,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Rescisões e Resarcimentos	-	-	-	-
Bônus, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	246.036,82	246.036,82
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Móveis	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2025	PERÍODO	2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	31/07/2025	PÁGINA	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.236.380,00	1.236.380,00	369.064,86	-867.315,14
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.236.380,00	1.236.380,00	369.064,86	-867.315,14
DEFICIT	-	-	475.584.237,19	475.584.237,19
TOTAL	1.236.380,00	1.236.380,00	475.953.302,05	474.716.922,05
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	77.601.043,00	-	-77.601.043,00
Supervel Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Amortização	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	77.601.043,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	784.502.089,00	860.375.353,00	474.056.998,30	402.279.584,37	309.831.913,40	386.318.354,70
Pessoal e Encargos Sociais	855.294.374,00	728.081.978,00	408.557.620,00	354.212.179,44	269.475.846,81	319.524.396,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	132.293.377,00	65.499.378,30	48.067.404,93	40.356.066,59	66.793.998,70
DESPESAS DE CAPITAL	3.934.168,00	5.061.947,00	1.896.303,75	133.873,67	130.402,85	3.785.643,25
Investimentos	3.934.168,00	5.061.947,00	1.896.303,75	133.873,67	130.402,85	3.785.643,25
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	788.436.257,00	866.037.300,00	475.953.302,05	402.413.458,04	309.962.316,25	390.083.997,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	788.436.257,00	866.037.300,00	475.953.302,05	402.413.458,04	309.962.316,25	390.083.997,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2025	PERÍODO	2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	31/07/2025	PÁGINA	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	788.436.257,00	866.037.300,00	475.953.302,05	402.413.458,04	309.962.316,25	390.083.997,95

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,00	20.498.132,77	15.495.001,25	15.233.992,91	938.244,27	8.770.552,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	-	300,18
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.444.657,00	20.497.832,59	15.495.001,25	15.233.992,91	938.244,27	8.770.252,49
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.922.681,19	9.208.990,07	8.974.949,78	30.301,23	7.570.906,00
Investimentos	1.653.475,82	14.922.681,19	9.208.990,07	8.974.949,78	30.301,23	7.570.906,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.098.132,82	35.420.813,96	24.703.991,32	24.208.942,69	968.545,50	16.341.458,67

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	150.747,84	82.560.160,53	82.517.051,18	-	193.857,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	75.793.124,44	75.793.124,44	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	150.747,84	6.767.036,09	6.723.926,74	-	193.857,29
DESPESAS DE CAPITAL	15.556,93	209.623,06	174.692,05	-	50.687,94
Investimentos	15.556,93	209.623,06	174.692,05	-	50.687,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	166.304,77	82.769.783,59	82.691.743,23	-	244.545,23

Balanco Financeiro



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025 PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 31/07/2025 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	369.064,86	191.469,20	Despesas Orçamentárias	475.953.302,05	478.610.877,00
Ordinárias	-	-	Ordinárias	414.281.254,94	414.722.672,50
Vinculadas	369.648,11	312.739,86	Vinculadas	61.672.047,11	63.888.204,50
Educação	2.158,45	156,98	Educação	1.084.807,14	725.704,50
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	60.411.040,00	63.162.500,00
Fundos, Órgãos e Programas	367.489,66	312.582,88	Fundos, Órgãos e Programas	176.199,97	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-583,25	-121.270,66			
Transferências Financeiras Recebidas	413.898.919,00	377.499.292,25	Transferências Financeiras Concedidas	249.924,66	1.081.574,85
Resultantes da Execução Orçamentária	365.790.100,68	323.373.540,03	Resultantes da Execução Orçamentária	5.654,40	321.437,17
Repasse Recebido	365.790.100,68	323.373.540,03	Repasse Concedido	5.654,40	-
Independentes da Execução Orçamentária	48.118.818,32	54.125.752,22	Repasse Devolvido	-	321.437,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	23.424.574,29	30.919.728,14	Independentes da Execução Orçamentária	244.270,26	760.137,68
Demais Transferências Recebidas	-	209,80	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	53.782,12
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.694.244,04	23.205.814,28	Movimento de Saldos Patrimoniais	244.270,26	708.355,56
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	166.857.451,93	201.105.831,45	Pagamentos Extraorçamentários	107.463.776,43	107.911.382,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	92.451.141,79	62.982.016,48	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	82.691.743,23	78.757.840,41
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	73.539.844,01	136.839.995,66	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.208.942,69	28.744.726,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	562.998,51	539.644,58	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	563.090,51	408.815,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários	303.467,62	744.174,73	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	54.773,40	37.976,15			
Arrecadação de Outra Unidade	240.608,69	706.198,58			
Valores para Compensação	4.137,29	-			
Demais Recebimentos	3.948,16	-			
Saldo do Exercício Anterior	65.919.625,68	61.768.757,34	Saldo para o Exercício Seguinte	63.378.058,33	52.961.515,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.919.625,68	61.768.757,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.378.058,33	52.961.515,89
TOTAL	647.045.061,47	640.565.350,24	TOTAL	647.045.061,47	640.565.350,24

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 31/07/2025	PAGINA 1
--------------------	----------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	422.631.591,82	379.259.970,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	121.670,21	99.872,46
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	121.670,21	99.872,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	416.682.896,29	378.117.763,44
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	413.898.919,00	377.499.292,25
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	416.682.896,29	378.117.763,44
Transferências Intragovernamentais	413.898.919,00	377.499.292,25
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.783.977,29	618.471,19
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos	5.338.588,53	244.539,65
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.338.588,53	244.539,65
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	488.436,59	797.795,32
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 31/07/2025	PAGINA 2
--------------------	----------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	488.436,59	797.795,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	442.466.213,63	386.685.703,20
Pessoal e Encargos	333.417.562,13	284.325.164,47
Remuneração a Pessoal	264.329.305,26	224.857.769,34
Encargos Patronais	48.719.806,95	42.103.373,36
Benefícios a Pessoal	19.914.860,42	16.896.432,30
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	453.589,50	467.589,47
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	56.606.775,08	49.485.392,35
Aposentadorias e Reformas	48.441.828,81	41.772.482,53
Pensões	5.547.469,89	5.378.395,66
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - ALTA RQUA	EMISSÃO 31/07/2025	PÁGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.738.477,33	2.225.858,06
INGRESSOS	415.079.676,51	378.936.604,61
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.953,12	3.229,96
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	119.072,92	96.642,50
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	248.038,82	91.596,74
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	414.710.611,65	378.745.135,41
Ingressos Extraorçamentários	562.998,51	539.644,58
Transferências Financeiras Recebidas	413.898.919,00	377.499.292,25
Arrecadação de Outra Unidade	240.608,69	706.198,58
Valores para Compensação	4.137,29	-
Demais Recebimentos	3.948,16	-
DESEMBOLSOS	-408.341.199,18	-376.710.746,55
Pessoal e Demais Despesas	-369.601.972,21	-334.830.144,65
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-196.769,29
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-517.550,95	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-48.862.667,80	-43.497.466,74
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-320.171.023,74	-290.890.821,76
Cultura	-	-200.000,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - ALTA RQUA	EMISSÃO 31/07/2025	PÁGINA 2
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2025	2024
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-105.503,20	-83.063,01
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	54.773,48	37.976,15
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-37.926.211,80	-40.390.211,77
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação criada através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFSC é composto por uma reitoria, 21 campus e 1 campus avançado distribuídos pelo território catarinense. As demonstrações Contábeis Consolidadas do IFSC compreendem essas unidades.

Os campus do IFSC são dotados de autonomia administrativa e oferta própria de cursos. A instituição possui uma única Unidade Gestora que é gerenciada pela Reitoria. A Reitoria, localizada em Florianópolis, está incumbida da administração, coordenação, planejamento e supervisão de todas as atividades da autarquia, conforme diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico da instituição. Informações adicionais a respeito da estrutura organizacional do IFSC podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do endereço: www.ifsc.edu.br.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSC, usualmente conhecidas por Balanço Geral, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)²; as instruções descritas na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP referenciadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O Balanço Geral tem o propósito de apresentar aos usuários e à sociedade os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do IFSC. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os ativos e passivos do IFSC;
2. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada do IFSC;
3. Balanço Financeiro (BF) – evidencia o fluxo financeiro do IFSC;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia o resultado patrimonial do IFSC;
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – evidencia as entradas e saídas de caixa do IFSC.

3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, subordinada ao Ministério da Economia.

A Lei Orçamentária Anual – LOA versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, e compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

No que diz respeito à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um salutar destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se destacar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Nesse grupo de ajustes está o reconhecimento de passivo de exercícios anteriores. Segundo o art. 37 da Lei nº 4.320/64, as despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem de arrecadação de receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em outras palavras, pode-se descrever execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou na Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está vinculada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária. (<https://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-e-financeira/>)

Por isso, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos

públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossário/>)

Restos a Pagar

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Então, os Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nesse momento são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFSC, como também em demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras - a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa - incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques - compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados

pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

f) *Ativo Realizável a Longo Prazo* - compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

g) *Ajuste para perdas da dívida ativa* - os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial. De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) *Imobilizado* - o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No IFSC, o cálculo e registro não foram iniciados. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) *Intangíveis* - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

j) *Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet* - a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos Circulantes e Não Circulantes - as obrigações do IFSC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Orçamentário; Financeiro; e patrimonial.

a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial - BP

O BP é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Nesse item serão apresentadas as informações relevantes ocorridas no segundo trimestre de 2025 em comparação ao primeiro trimestre do mesmo exercício.

4.1 Caixa e equivalente de caixa

Trata-se do valor disponível para saque na Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil – BACEN, a qual registrou um aumento de 44,49% em relação ao saldo existente em 31/03/2025. A Tabela 1 apresenta os valores de caixa e equivalente de caixa referente aos dois primeiros trimestres de 2025.

Tabela 1 - Caixa e equivalente de caixa – Composição (Em Reais)

Caixa e Equivalente de Caixa	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Limite de Saque com Vinculação de Pcto. - OFSS	5.630.261,84	7.544.791,91	(25,38)
Limite de Saque c/vinc. Pagto - Ordem Pagto - OFSS	57.725.181,17	36.296.156,93	59,04
Garantias	22.615,32	22.615,32	0,00
TOTAL	63.378.058,33	43.863.564,16	44,49

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Os dados constantes na Tabela 1 correspondem a recursos financeiros disponíveis para utilização imediata ou ainda sujeitos à autorização do ordenador de despesa e do gestor financeiro para execução, por meio da emissão de Ordem Bancária (OB). A tabela também inclui montantes referentes a depósitos de garantias contratuais. Observa-se, ainda, que os limites de saque vinculados a pagamentos apresentaram valores expressivos em ambos os períodos analisados.

Os valores apresentados à título de Limite de Saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento OFSS são recursos destinados à folha de pagamento. O valor expressivo nessa conta decorre do recebimento de recursos financeiros no último dia útil de cada mês, desse modo, as ordens bancárias destinadas ao pagamento da folha dos servidores são geradas apenas no dia seguinte, assim, no ato de encerramento dos períodos analisados a conta caixa e equivalente possuía saldo financeiro para honrar com os compromissos relacionados à folha de pagamento de pessoal. Esse item correspondeu expressivamente a mais de 91% do total no segundo trimestre de 2025.

Em relação à conta denominada Garantias não houve alterações no saldo dessa nos períodos analisados.

4.2 Créditos a curto prazo

Essa conta é composta por valores decorrentes de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a exemplo, os adiantamentos concedidos a pessoal, adiantamentos concedidos à supridos, depósitos judiciais, valores a receber provenientes de devolução de despesa e adiantamentos relacionados à Termos de Execução Descentralizada (TED). A Tabela a seguir apresenta a composição da conta.

Tabela 2 – Créditos a curto prazo – composição

(Em Reais)

Créditos a curto prazo	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Adiantamentos concedidos a pessoal (Salários e ordenados)	236.049,20	143.465,44	64,52
Depósitos Judiciais	1.575,92	1.575,92	0,00
Valores a receber por devolução de despesa	5.632,59	5.632,59	0,00
Adiantamentos TED	791.646,34	791.646,34	0,00
Adiantamento Concedido Suprimento de Fundos	77.719,88	54.176,21	43,46
TOTAL	1.112.623,93	996.496,50	11,65

Fonte: SIAFI (2025).

Observa-se aumento expressivo nos itens que sofreram alteração. O item Adiantamentos Concedidos a Pessoal registrou um aumento significativo de R\$ 92.583,76, passando de R\$ 143.465,44 no final de março para R\$ 236.049,20 em junho, o que corresponde a uma elevação de 64,52% como pode ser observado na tabela.

Já o item Adiantamento Concedido por Suprimento de Fundos apresentou uma expansão de 43,46%, com aumento de R\$ 23.543,67. Esse acréscimo pode estar relacionado ao aumento na realização de despesas descentralizadas ou operacionais, que são geralmente atendidas por meio de suprimentos de fundos, como no caso de pequenas aquisições ou contratação de serviços de pagamento imediato.

Os itens de Depósitos judiciais e valores a receber por devolução de despesa mantiveram-se estáveis no decorrer dos dois trimestres analisados.

4.3 Estoques

Os valores apresentados na conta de estoques se referem a mercadorias que se destinam ao consumo interno das unidades, empregados na prestação de serviços de ensino e de suporte às atividades de ensino, bem como das atividades-meio. Assim, em 30/06/2025 o estoque do IFSC contemplava valores na conta materiais de consumo totalizou R\$ 1.413.359,92, uma redução expressiva de 16,85% se comparado ao primeiro trimestre do ano.

Percebe-se redução em quase todos os itens mais expressivos em termos monetários, com pequeno aumento em Material de Tecnologia da Informação e Material de Copa e Cozinha. A Tabela a seguir apresenta a composição da conta materiais de consumo com ênfase nos saldos das contas-correntes mais expressivas.

Tabela 3 – Materiais de Consumo – Por Conta-Corrente (Em Reais)

Conta Corrente	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Material de expediente	595.254,08	661.500,56	(10,01)
Material de Tecnologia da Informação	239.236,34	235.129,75	1,75
Material elétrico e eletrônico	125.825,42	129.353,96	(2,73)
Material para copa e cozinha	109.496,44	104.573,31	4,71
Demais contas	343.547,64	344.736,34	(0,34)
Outros Materiais de Consumo	18,00	224.550,49	(99,99)
TOTAL	1.413.359,92	1.699.844,71	(16,85)

Fonte: SIAFI (2025).

Destaca-se, ainda, a conta 'Outros Materiais de Consumo', que ao final do primeiro trimestre apresentava saldo expressivo. Esse montante teve origem em valores remanescentes do exercício anterior, decorrentes de um processo de reclassificação contábil relacionado ao reaproveitamento de bens em processo de desfazimento, destinados a atividades didáticas. Durante o segundo trimestre, esse saldo passou por regularização contábil, e, considerando sua relevância em relação

ao total, foi o principal fator responsável pela redução superior a 15% no saldo global.

Por fim, ressalta-se que os quatro itens destacados representam, em conjunto, mais de 75% do total registrado no trimestre. Observa-se, ainda, que esses itens mantiveram sua relevância proporcional em relação ao total, assim como verificado ao final do primeiro trimestre de 2025.

4.4 Imobilizado

O imobilizado do IFSC é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial desses bens ocorre com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, segundo a legislação, estes itens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em 31/03/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$ 803.050.583,63 relacionados ao imobilizado total (descontada a depreciação/amortização/exaustão acumulada), o que representa 93,88% do total do Ativo, sendo que destes 26,76%, se referem a bens móveis e 67,44% a bens imóveis. Portanto, como pode ser observado pela Composição, houve um aumento no valor total do imobilizado de 3,46% se comparado ao imobilizado do trimestre anterior (dezembro/2024), que foi de R\$ 794.941.060,87.

Essa variação se deu especialmente por conta da variação da conta bens imóveis, que aumentou 0,48% em relação ao último trimestre de 2024 e que representou 67,44% do ativo do primeiro trimestre de 2025. Outra conta expressiva foi a de bens móveis, que apresentou uma variação horizontal de 2,46% em relação a dezembro/2024, compondo 26,76% do total do ativo do primeiro trimestre do exercício corrente.

Tabela 4 – Composição do Imobilizado

(Em Reais)

Imobilizado	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Bens Móveis	231.391.984,59	228.900.560,57	1,09
(+) Valor Bruto Contábil	231.392.259,61	228.900.835,59	1,09%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(275,02)	(275,02)	0,00%
Bens Imóveis	571.651.945,89	574.150.023,06	(0,44)

(+) Valor Bruto Contábil	574.493.339,81	576.825.360,61	(0,40)
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(2.841.393,92)	(2.675.337,55)	6,21
Total	803.043.930,48	803.050.583,63	0,00

Fonte: SIAFI (2025).

No primeiro trimestre de 2025 continuou-se a não ser executado a depreciação dos bens móveis da instituição. Esse fato decorre da ausência de Sistema de Gestão Patrimonial que viabilize cálculo e registro nos sistemas de controle patrimonial.

Apenas a depreciação dos bens imóveis sofreu alteração com aumento de 6,21% no segundo trimestre de 2025. Esta rubrica será mais bem detalhada quanto à alteração na seção específica.

4.4.1 Bens Móveis

Em 30/06/2025, os bens móveis do IFSC totalizavam R\$ 231.391.984,59 (descontada a depreciação acumulada), um pequeno aumento de 1,09% nesse período em comparação ao trimestre anterior. Como pode ser observado, o grupo de bens de informática registrou a maior elevação, ainda que pequena, de 2,10%. Também se percebe destaque para o grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas com aumento de 0,78% no mesmo período.

Ainda em relação aos bens móveis destaca-se que não ocorreram alterações nos valores da conta depreciação/amortização acumulada devido à ausência de registros, conforme detalhado na Tabela 5

Tabela 5 – Composição dos Bens Móveis

(Em Reais)

Bens Móveis	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	88.269.611,53	87.582.423,25	0,78
Bens de Informática	72.094.284,22	70.613.151,32	2,10

Móveis e Utensílios	41.156.288,41	40.970.730,99	0,45
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	20.410.160,44	20.266.383,66	0,71
Veículos	9.184.829,33	9.184.829,34	0,00
Bens Móveis em Almoarifado	0,00	9.147,20	-
Demais Bens Móveis	277.085,68	274.169,83	1,06
Depreciação /Amortização Acumulada	(275,02)	(275,02)	0,00
Total	231.391.984,59	228.900.560,57	1,09

Fonte: SIAFI (2025).

Assim, observa-se que os bens móveis registrados no IFSC com maior volume continuam as contas que compreendem (i) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas que representam com 38,15%, (ii) seguido dos Bens de Informática, representando 31,16% e (iii) Móveis e Utensílios, com 17,78%.

Neste ranking não consideramos o valor constante na conta Bens Móveis em Almoarifado, uma vez que essa conta é recente, tendo vigência a partir de 18/02/2025, em que houve alteração no registro de bens móveis no SIAFI, uma vez que, para atender à IN nº 205/88, independentemente de onde o material será destinado, o registro de entrada do material será sempre no Almoarifado. Então, o valor de “Bens Móveis em Almoarifado”, relativamente à conta contábil 123110801 se refere a registro de bens no SIAFI, sem a correspondente classificação para a conta contábil adequada. Esse montante foi regularizado no mês seguinte ao findo do primeiro trimestre. E o ponto positivo é que se observa que não havia saldo nesta conta no último trimestre analisado.

4.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFSC somavam um montante líquido total, em 30/06/2025, de R\$ 571.651.945,89, sendo que os bens de uso especial, ou seja, aqueles registrados no sistema gerencial de controle dos bens imóveis - SPIUnet, correspondem à maior proporção deste valor, correspondendo a 76,09% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão neste período.

Os bens imóveis compreendem Bens Dominicais que não sofreu alteração no período analisado; e Bens Móveis em Andamento, que apresentou um pequeno

aumento de 0,85% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Cabe destacar que esta conta continua precisando de análise para fins de constar um saldo fidedigno, que contenham apenas as obras que ainda estão em curso na instituição.

Tabela 6 – Composição dos Bens Imóveis Reais)

(Em

Bens Imóveis	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Bens de Uso Especial	435.085.118,63	438.338.166,44	(0,74)
Bens Dominicais	5.562.000,00	5.562.000,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	109.809.468,18	108.888.441,17	0,85
Instalações	24.036.753,00	24.036.753,00	0,00
Deprec./Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.841.393,92)	(2.675.337,55)	6,21
Total	571.651.945,89	574.150.023,06	(0,44)

Fonte: SIAFI (2025).

4.4.3 Depreciação acumulada

A instituição não realiza registro de depreciação dos bens móveis. Atualmente, são utilizados dois sistemas de controle patrimonial dos bens móveis, e a Contabilidade já realizou reunião com a gestão no sentido de salientar a importância de haver uma estruturação interna para a implantação do SIADS. Por meio da adoção do SIADS será possível efetuar os registros de depreciação, amortização e reavaliação dos bens móveis.

A depreciação dos bens imóveis é realizada com base nas informações advindas do sistema SPIUnet, e é registrada diretamente pela STN. O valor total registrado nesta conta foi de R\$ 166.056,37 no segundo trimestre de 2025.

4.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da

respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 30/06/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$ 5.508.092,73 relacionados a intangível. Deste valor, a maior parte compreende softwares com vida útil definida (89,68%), entretanto, a evolução na conta foi de apenas 0,01% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2025.

Por outro lado, a conta de softwares com vida útil indefinida atualmente compreende 10,4% do total de intangíveis, mas, apresentou uma evolução mais significativa, de 3,14% entre os períodos analisados. Assim, observa-se aquisições mais expressivas em softwares com vida útil indefinida.

Tabela 7 – Composição dos Intangíveis (Em Reais)

Intangíveis	30/06/2025	31/03/2025	Análise Horizontal %
Software com Vida Útil Definida	4.939.450,93	4.939.180,93	0,01
Software com Vida Útil Indefinida	574.932,80	557.432,80	3,14
Amortização Acumulada	(6.291,00)	(6.291,00)	0,00
TOTAL	5.508.092,73	5.490.322,73	0,32

Fonte: SIAFI (2025).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à amortização acumulada, para a qual se mantém, ao longo de 2025, a ausência de registros contábeis. Tal situação decorre da limitação dos sistemas de controle patrimonial atualmente utilizados, os quais não possuem funcionalidade para o reconhecimento da amortização de bens intangíveis. Em razão disso, não foram efetuados lançamentos contábeis relacionados a esse tipo de despesa no período analisado.

4.6 Obrigações

Os saldos a seguir representam os valores correspondentes ao passivo circulante do IFSC e se resumem às obrigações com a folha de pagamento, fornecedores e credores nacionais a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo e demais obrigações. A tabela 8 apresenta a composição das obrigações do IFSC.

Tabela 8 – Composição das Obrigações (Passivo Circulante) (Em Reais)

Obrigações	30/06/2025	31/03/2025
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	75.770.094,73	52.162.189,25
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.412.526,87	5.054.628,88
Taxa de Fiscalização de Poder de Polícia	411,77	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	3,50
Demais Obrigações a Curto Prazo	102.624.105,89	91.096.705,65
Total	180.807.277,11	148.313.675,13

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

As obrigações a curto prazo do IFSC mais representativas são as Demais Obrigações contemplando a maior parte do Passivo Circulante (PC) em ambos os períodos analisados. No segundo trimestre de 2025 representou 56,77% do total do PC e ao final do primeiro 61,42% do total.

O segundo item mais expressivo dentro do Passivo Circulante consiste nas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar, representando quase 42% em 30/06/2025 e pouco mais de 35% no primeiro trimestre analisados. Este valor refere-se especialmente ao montante de salários, remunerações e benefícios, também com remuneração de férias, além do que, a execução dos passivos trabalhistas, previdenciárias e de assistência ocorre sempre no início de cada mês, mas são contabilizadas no final do mês anterior, justificando assim, os saldos a pagar ao final de cada mês.

Outro item expressivo nessa composição de obrigações de curto prazo compreende o montante devido a fornecedores e contas de curto prazo, que apresentou uma redução de 52,29%, conforme melhor detalhado a seguir. Essa redução também pode ser explicada especialmente em decorrência da aprovação da LOA apenas na segunda quinzena de março/2025, o que originou um montante de compromissos pagos.

4.6.1 Fornecedores e Credores

Em 30/06/2025, o IFSC apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.412.526,87 relacionados com fornecedores e contas a pagar representando uma redução de mais de 52% quando comparado ao saldo de 31/03/2025. Essa redução demonstra o compromisso cumprido junto a fornecedores. A seguir, apresenta-se a tabela com o detalhamento dos valores em curto prazo e fornecedores nacionais.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

(Em Reais)

	30/06/2025	31/03/2025
Curto Prazo – Fornecedores/Credores - Nacionais	2.406.722,04	5.052.232,42
Curto Prazo – Fornecedores/Credores – Intra OFSS	0,00	276,06
Curto Prazo – Fornecedores/Credores – Inter Municipais	5.804,83	2.120,40
Total	2.412.526,87	5.054.628,88

Fonte: SIAFI (2025).

Conforme pode ser observado por meio da Tabela 9 percebe-se quase 100% do saldo apresentado se refere a obrigações a curto prazo e de fornecedores nacionais (99,76%).

Observa-se um pagamento de pendência que havia a credores Intra-Siafi, ou seja, órgão público da administração federal, neste caso, referente à Empresa Brasil de Comunicação (instituição responsável por publicação legal). Já os valores referente a recolhimento pendente de ISS ou taxa junto à administração municipal de alguns Campus do IFSC aumentou em 0,24% no segundo trimestre de 2025.

Ainda em relação aos fornecedores destaca-se que grande parte são empresas que firmaram contratos de prestação de serviços continuados com a instituição. A tabela 10 contempla os fornecedores do IFSC com valores mais expressivos a receber em 30/06/2025.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

(Em Reais)

Fornecedores/Credores	30/06/2025
------------------------------	-------------------

MARIA CLARA RESTAURANTE E CAFE LTDA	367.290,00
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	265.992,84
CELESC DISTRIBUICAO S.A	174.084,57
EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIARIOS LTDA.	167.000,00
ATL SERVICOS ESPECIALIZADOS DE CONSTRUCAO E MANUTENCAO	134.809,02
LUA TUR TURISMO LTDA	118.709,71
DATEN TECNOLOGIA LTDA	102.811,35
INVIOSAT SEGURANCA LTDA FALIDO	88.683,42
SARMENTO CONCURSOS LTDA	82.833,66
DEMAIS FORNECEDORES	910.312,30
Total	2.412.526,87

Fonte: SIAFI (2025).

Observa-se que os dois primeiros credores são os mais expressivos dentre todos os demais valores, correspondendo a 15,22% e 11,03% respectivamente nesta ordem.

4.7 Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais do IFSC apresentaram um aumento de 9,61% considerando o valor total do segundo trimestre em relação ao primeiro do exercício de 2025. Essa evolução se deve unicamente ao item Serviços contratados, uma vez que foi o único que apresentou aumento considerado a análise no mesmo período.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição

(Em Reais)

Obrigações Contratuais	30/06/2025	31/03/2025
------------------------	------------	------------

Alugueis	1.156.055,74	1.281.584,25
Fornecimento de Bens	17.418.961,74	17.859.501,13
Seguros	526.855,05	527.380,33
Serviços	108.150.624,34	96.423.767,98
Total	127.252.496,87	116.092.233,69

Fonte: SIAFI (2025).

Observa-se também por meio da Tabela 11 que todos os demais itens apresentaram redução comparando os dois trimestres. O item Alugueis foi o que apresentou maior baixa, de 9,79%, seguido por Fornecimento de Bens com 2,47 e por fim, redução de 0,10% no item Seguros.

Por fim, nos dois trimestres analisados, o item Serviços se apresentou mais expressivo, compõe quase 85% do total das Obrigações Contratuais em junho/2025, tendo evoluído com aumento de 12,16% se comparado ao valor do primeiro trimestre analisado.

4.8 Precatórios

Em 30/06/2025 o IFSC possuía o valor de R\$ 1.160.042,00 no Passivo a Longo Prazo e este valor se refere na sua totalidade a precatório, abrangido pela conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Longo Prazo – mesma situação verificada em março/2025.

Tabela 12 – Valor de precatórios – Composição de Passivo de Longo Prazo

(Em Reais)

	30/06/2025	31/03/2025
Passivo Não Circulante	1.160.042	1.160.042
Precatórios de Pessoal	1.160.042	1.160.042
Total	1.160.042	1.160.042

Fonte: SIAFI (2025).

Este valor se refere a precatórios de pessoal e advém de saldo registrado no exercício de 2003 decorrente de cancelamento de RP inscritos em 2001, bem como de exercícios anteriores, não pagos até 31/12/2002 (instrução conforme Decreto 4526/2002).

4.9 Provisões

Em 31/03/2025 o IFSC não possui nenhum valor registrado a título de provisões de curto ou de longo prazo.

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

O Balanço Orçamentário (BO) é uma demonstração contábil que registra tanto as receitas previstas e efetivamente arrecadadas quanto as despesas autorizadas e realizadas. Abaixo, apresentamos as informações significativas relativas ao segundo trimestre de 2025.

As receitas efetivamente realizadas totalizaram R\$369.064,86 (29,85% do previsto), enquanto as despesas empenhadas, incluindo as correntes e de capital, alcançaram R\$475.953.302,05 (54,96% da dotação), conforme pode ser observado nos totais de Despesas Orçamentárias. Esse cenário resultou em um déficit orçamentário de R\$475.584.237,19, conforme pode ser observado na tabela a seguir. Em relação às receitas realizadas **vide Tabela 17 (Total de Ingressos) e Tabela 21 (Fluxo de caixa das atividades operacionais)**.

Tabela 13 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica

(Em Reais)

Balanço Orçamentário	Realizadas
Receitas Correntes	369.064,86
Receitas de Capital	-
Total das Receitas	369.064,86
Despesas Correntes Empenhadas	474.056.998,30
Despesas de Capital Empenhadas	1.896.303,75
Total das Despesas	475.953.302,05

Superávit/(Déficit)	(475.584.237,19)
----------------------------	-------------------------

Fonte: SIAFI (2025).

Essa disparidade se justifica porque a coluna das Receitas Realizadas inclui apenas os valores das receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, excluindo os créditos orçamentários recebidos que correspondem às despesas previstas na Dotação Atualizada.

No que diz respeito às despesas empenhadas, a maior parte está concentrada em despesas de pessoal e encargos sociais, que representam 85,84% do total. Por outro lado, as despesas de capital compõem apenas 0,40% do total das despesas empenhadas.

Tabela 14 – Despesas Empenhadas até o Segundo Trimestre de 2025

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Análise Horizontal
Despesas Correntes	784.502.089,00	860.375.353,00	474.056.998,30	55,10%
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	728.081.976,00	408.557.620,00	56,11%
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	132.293.377,00	65.499.378,30	49,51%
Despesas De Capital	3.934.168,00	5.661.947,00	1.896.303,75	33,49%
Investimentos	3.934.168,00	5.661.947,00	1.896.303,75	33,49%
Total	788.436.257,00	866.037.300,00	475.953.302,05	54,96%

Fonte: SIAFI (2025).

As despesas empenhadas no primeiro trimestre para Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$408.557.620,00, representam 56,11% da dotação atualizada. Esse percentual elevado reflete a natureza essencial e obrigatória destes gastos.

O grupo das Outras Despesas Correntes inclui despesas não obrigatórias destinadas ao funcionamento da instituição. Até o segundo trimestre, foram empenhados recursos no valor de R\$65.499.378,30, que correspondem a 49,51% da dotação atualizada. A menor proporção de despesas empenhadas nesta categoria sugere a possibilidade de ajustes orçamentários ao longo do ano, conforme as necessidades operacionais emergirem. As despesas de capital empenhadas até o segundo trimestre somaram R\$1.896.303,75, cujo montante representa 33,49% da dotação anual prevista.

5.1 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar são despesas que foram regularmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Eles são classificados em duas categorias: Restos a Pagar não Processados (RPNP), que correspondem a despesas ainda a serem liquidadas ou em processo de liquidação; e Restos a Pagar Processados (RPP), que se referem a despesas já liquidadas. A seguir, o quadro detalha a execução dos RPNP até o segundo trimestre do ano de 2025.

Tabela 15 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,08	20.498.132,77	15.495.001,25	15.233.992,91	938.244,27	8.770.552,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	-	300,18
Outras Despesas Correntes	4.444.657,08	20.497.832,59	15.495.001,25	15.233.992,91	938.244,27	8.770.252,49
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.922.681,19	9.208.950,07	8.974.949,78	30.301,23	7.570.906,00
Investimentos	1.653.475,82	14.922.681,19	9.208.950,07	8.974.949,78	30.301,23	7.570.906,00
TOTAL	6.098.132,90	35.420.813,96	24.703.951,32	24.208.942,69	968.545,50	16.341.458,67

Fonte: SIAFI (2025).

No encerramento do segundo trimestre de 2025, o IFSC apresentou um total de R\$35.420.813,96 em restos a pagar não processados inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, além de R\$6.098.132,90 inscritos em exercícios anteriores. Desse montante total de R\$41.518.946,86, foram liquidados R\$24.703.951,32, o que representa 59,50% dos valores inscritos.

Dentre as despesas correntes, observa-se que a maior parte dos valores inscritos refere-se a outras despesas correntes, com R\$20.497.832,59 inscritos ao final de 2024 e R\$4.444.657,08 de exercícios anteriores. Foram liquidados R\$15.495.001,25 e pagos R\$15.233.992,91, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente 98,32% dos valores liquidados, sinalizando bom desempenho na regularização desses compromissos.

Em relação às despesas de capital, destaca-se um total inscrito de R\$14.922.681,19 no fim de 2024, acrescido de R\$1.653.475,82 de exercícios anteriores. Desse montante, R\$9.208.950,07 foram liquidados e R\$8.974.949,78 foram pagos, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente

94,46% dos valores liquidados, evidenciando um bom grau de execução financeira. O saldo remanescente de R\$16.341.458,67 evidencia a necessidade de atenção na execução dos restos a pagar ao longo do exercício.

6. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Tabelas 17 e 18 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no segundo trimestre de 2025.

Tabela 17 – Total dos Ingressos

(Em Reais)

INGRESSOS	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receitas Orçamentárias	369.064,86	191.469,20	92,75	0,06
Transferências Financ.	413.898.919,00	377.499.292,25	9,64	63,97
Recebimentos Extra-Orc.	166.857.451,93	201.105.831,45	(17,03)	25,79
Saldo do Exercício	65.919.625,68	61.768.757,34	6,72	10,19
TOTAL	647.045.061,47	640.565.350,24	1,01	100

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Os ingressos tratam de recursos de repasses recebidos e destinados aos pagamentos de restos a pagar.

Com relação aos ingressos, no segundo trimestre de 2025, observa-se que para as receitas orçamentárias houve um acréscimo de 92,75% em relação ao mesmo período de 2024. As receitas orçamentárias correspondem a 0,06% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras recebidas houve um acréscimo de 9,64% em relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras recebidas correspondem a 63,97% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que para os recebimentos extra-orçamentários houve um decréscimo de 17,03% em relação ao mesmo período de 2024. Os recebimentos extra-orçamentários correspondem a 25,79% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que para o saldo do exercício houve um acréscimo de 6,72% em relação ao mesmo período de 2024. O saldo do exercício corresponde 10,19% do total dos ingressos.

Tabela 18 – Total dos Dispêndios

(Em Reais)

DISPÊNDIOS	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Despesas Orçamentárias	475.953.302,05	478.610.877,00	(0,56)	73,56
Transferências Financ.	249.924,66	1.081.574,85	(76,89)	0,04
Pagamentos	107.463.776,43	107.911.382,50	(0,41)	16,61

Extra-Orça				
Saldo para o Exercício	63.378.058,33	52.961.515,89	19,67	9,79
TOTAL	647.045.061,47	640.565.350,24	1,01	100,00

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Os dispêndios tratam-se de despesas, basicamente, relativas à seguridade social, previdência social e manutenção das atividades de educação.

Com relação aos dispêndios, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que para as despesas orçamentárias houve um decréscimo de 0,56% em relação ao mesmo período de 2024. As despesas orçamentárias correspondem a 73,56% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras houve um decréscimo de 76,89% em relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras correspondem a 0,04% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que para os pagamentos extra-orçamentários houve um decréscimo de 0,41% em relação ao mesmo período de 2024. Os pagamentos extra-orçamentários correspondem a 16,61% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no segundo trimestre de 2025, verifica-se que quanto ao saldo para o exercício houve um acréscimo de 19,67% em relação ao mesmo período de 2024. Os saldos para o exercício correspondem a 9,79% do total dos dispêndios.

Ao analisar a evolução dos totais dos ingressos do segundo trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 1,01%. Já, ao analisar os dispêndios do primeiro trimestre de 2025 em relação ao ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 1,01%.

O resultado financeiro do período pode ser obtido mediante a aplicação de 2 métodos. O primeiro, pela soma dos ingressos, exceto caixa, deduzindo-se os dispêndios, exceto caixa. O segundo método consiste na dedução do saldo de

caixa para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Para o final do quarto trimestre de 2024 foi identificado um resultado de aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

7. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas

(Em Reais)

VPA	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito	121.670,21	99.872,46	21,83	0,03
Transferência e delegações recebidas	416.682.896,29	378.117.763,44	10,20	98,59
Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de de Passivos	5.338.588,53	244.539,65	2.083,12	1,26
Outras variações patrimoniais aumentativas	488.436,59	797.795,32	(38,78)	0,12
Totais	422.631.591,62	379.259.970,87	11,44	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, a Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito no segundo trimestre tiveram um acréscimo de 21,83 em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,03% do total da VPA.

Com relação as Transferências e Delegações Recebidas no segundo trimestre de 2025 no segundo trimestre tiveram um acréscimo de 10,20% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 98,59% da VPA.

Com relação a Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos no segundo trimestre de 2025 no segundo trimestre tiveram um acréscimo de 2.083,12% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,26% da VPA.

Com relação a Outras Variações Patrimoniais no segundo trimestre de 2025 no segundo trimestre tiveram um decréscimo de 38,78% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,12% da VPA.

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas

(Em Reais)

VPD	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Pessoal e encargos	333.417.562,13	284.325.164,47	17,27	75,36
Benefícios previdenciários e assistenciais	56.606.775,08	49.485.392,35	14,39	12,79
Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	32.032.406,88	30.482.102,68	5,20	7,25
Variações patrimoniais diminutivas Financeiras	34.620,43	14.395,99	140,49	0,01

Transferência e delegações concedidas	3.543.334,98	1.841.210,09	92,45	0,80
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	7.515.969,79	11.495.667,92	(34,62)	1,70
Tributárias	231.928,47	239.700,38	(3,24)	0,05
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.047.385,11	8.802.069,32	2,79	2,04
Totais	442.466.213,63	386.685.703,20	14,43	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas variações Patrimoniais Diminutivas, Pessoal e Encargos no segundo trimestre tiveram um acréscimo de 17,27% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 75,36% do total da VPD.

Com relação ao Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no segundo trimestre tiveram um acréscimo de 14,39% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 12,79% do total da VPD.

Com relação ao Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, no segundo trimestre, tiveram um acréscimo de 5,20% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 7,25% do total da VPD.

Com relação as Variações patrimoniais diminutivas Financeiras, no segundo trimestre, tiveram um acréscimo de 140,49% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,01% do total da VPD.

Com relação à Transferência e Delegações Concedidas, no segundo trimestre, tiveram um acréscimo 92,45% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,80% do total da VPD.

Com relação a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no segundo trimestre, tiveram um decréscimo de 34,62% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,70% do total da VPD.

Com relação a Tributárias, no segundo trimestre, tiveram um decréscimo de 3,24% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,05% do total da VPD.

Com relação as Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: no segundo trimestre, tiveram um acréscimo de 2,79% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 2,04% do total da VPD.

8. Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

O fluxo de caixa é dividido em 3 partes: fluxo das atividades operacionais, fluxo das atividades de investimento e fluxo das atividades de financiamento.

Sendo que 100% dos ingressos do fluxo de caixa foram efetuados através do fluxo de caixa das atividades operacionais, já na parte de desembolsos observa-se que 97,78% ocorreram nas atividades operacionais e 2,22% nas atividades de investimento.

No fluxo de caixa das atividades operacionais, a receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas pertencente a Outros Ingressos Operacionais, com aproximadamente R\$413 milhões que representaram 99,72% dos ingressos das atividades operacionais e um acréscimo de 9,64% em relação ao mesmo período do ano de 2024.

Tabela 21 – Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

INGRESSOS	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receita Patrimonial	1.953,12	3.229,96	(39,53)	-
Receita de Serviços	119.072,92	96.642,50	23,21	0,03

Outras Receitas Derivadas e Originárias	248.038,82	91.596,74	170,79	0,06
Ingressos extraorçamentários	562.998,51	539.644,58	4,33	0,14
Transferências financeiras recebidas	413.898.919,00	377.499.292,25	9,64	99,72
Arrecadação de outra unidade	240.608,69	706.198,58	(65,93)	0,06
Valores para Compensação	4.137,29	-	-	-
Demais Recebimentos	3.948,16	-	-	-
Totais	415.079.676,51	378.936.604,61	9,54	100,00

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Na parte de desembolsos, a maior parte, aprox. R\$ 369 milhões, verifica-se vinculada à rubrica Pessoal e Demais Despesas quanto ao item educação, que corresponde a 90,51% do total, com aumento de 10,38% em relação ao mesmo período de 2024. Em segundo lugar o item relativo à Educação, de aprox. 320 milhões, corresponde a 78,41% do total e um acréscimo de 10,07% em relação ao mesmo período de 2024. Em terceiro lugar, Previdência Social, com aprox. 48 milhões, correspondendo a 11,97% do total e um acréscimo de 12,33% em relação ao mesmo período de 2024. Em quarto lugar, destaca-se Transferências Concedidas – Intragovernamentais, com aprox. 37 milhões, correspondendo a 9,29% do total e um decréscimo de 6,10% em relação ao mesmo período de 2024

Tabela 22 - Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
-------------	------------	------------	--------------------	------------------

Pessoal e demais despesas	369.601.972,21	334.830.144,65	10,38	90,51
Administração	-	196.769,29	-	-
Segurança Pública	517.550,95	-	-	0,13
Previdência Social	48.862.667,80	43.497.466,74	12,33	11,97
Educação	320.171.023,74	290.890.821,76	10,07	78,41
Cultura	-	200.000,00	-	-
Encargos especiais	105.503,20	83.063,01	27,02	0,03
Ordens Bancárias não sacadas	54.773,48	37.976,15	44,23	0,01
Transferências Concedidas - Intragovernamentais	37.926.211,80	40.390.211,77	(6,10)	9,29
Outros Desembolsos Operacionais	813.015,17	1.490.390,13	(45,45)	0,20
Dispendios Extra-orçamentário	563.090,51	408.815,28	37,74	0,14
Transferências Financeiras Concedidas	249.924,66	1.081.574,85	(76,89)	0,06
Totais	408.341.199,18	376.710.746,55	8,40	100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. Não houve receita neste grupo e a despesa mais representativa foi a Aquisição de Ativo não Circulante, com aproximadamente R\$ 9,0 milhões que representa 98,80% do total e um decréscimo de 14,51% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 23 – Fluxo de caixa das atividades de investimento

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	30/06/2025	30/06/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Aquisição de Ativo Não Circulante	9.169.097,11	10.725.801,32	(14,51)	98,80
Outros Desembolsos e Investimentos	110.947,57	307.298,19	(63,90)	1,20
Totais	9.280.044,68	11.033.099,51	18,89	100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Os desembolsos nas atividades de investimento são compostos por aquisições de ativo não circulante.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. No primeiro trimestre de 2025 não houve ingressos, tão pouco desembolsos no âmbito do IFSC.

.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 3º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA - IFSC**

RELATÓRIO CONTÁBIL

3º TRIMESTRE 2025

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESTRIÇÃO

ÓRGÃO 26438 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)


Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas do terceiro trimestre de 2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 30 de outubro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo imobilizado da entidade está superavaliado devido ao não reconhecimento da depreciação dos bens móveis da instituição.
2. As variações patrimoniais diminutivas (VPD's) estão subavaliadas. Esse fato decorre da ausência de registros decorrente da depreciação mensal dos bens móveis que não estão sendo registradas no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 31 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 DANIEL ELIAS BECKER
Data: 18/03/2026 14:25:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Daniel Elias Becker

Contador Responsável

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

UG/Gestão 158516/26438



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 29/10/2025	PÁGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Vinculados	-15.370.164,54
Educação	-1.512.948,31
Seguridade Social (Exeto Previdência)	4.900,25
Previdência Social (RPPS)	-15.180.801,24
Dívida Pública	-238.651,00
Fundos, Órgãos e Programas	1.561.336,66
TOTAL	-175.587.180,69

Balanco Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA - 28438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMISSÃO
31/03/2025

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	755.752,00	755.752,00	835.820,55	80.068,55
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas do Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	123.252,00	123.252,00	3.068,70	-120.183,30
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	123.252,00	123.252,00	3.068,70	-120.183,30
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demas Rec. Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	632.500,00	632.500,00	481.248,52	-151.251,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	632.500,00	632.500,00	481.248,52	-151.251,48
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	351.503,33	351.503,33
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	351.503,33	351.503,33
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demas Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Móveis	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empreendimentos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA - 28438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMISSÃO
31/03/2025

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demas Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	1.236.380,00	1.236.380,00	835.820,55	-400.559,45
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.236.380,00	1.236.380,00	835.820,55	-400.559,45
DEFICIT	-	-	743.904.067,46	743.904.067,46
TOTAL	1.236.380,00	1.236.380,00	744.439.888,01	743.203.508,01
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	77.801.043,00	-	-77.801.043,00
Supervel. Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Anulação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-
	-	77.801.043,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	784.902.089,00	809.977.567,00	742.149.082,38	607.081.153,22	533.817.708,11	117.828.484,62
Pessoal e Encargos Sociais	655.284.374,00	728.081.976,00	640.940.025,00	528.261.721,94	462.246.332,45	87.141.956,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	151.895.591,00	101.209.062,38	78.819.431,28	71.571.375,66	50.886.538,66
DESPESAS DE CAPITAL	3.934.168,00	6.050.733,00	2.290.805,63	1.152.700,14	1.084.204,55	3.768.927,37
Investimentos	3.934.168,00	6.050.733,00	2.290.805,63	1.152.700,14	1.084.204,55	3.768.927,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	788.436.257,00	866.037.300,00	744.439.888,01	608.233.853,36	534.901.912,66	121.597.411,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	788.436.257,00	866.037.300,00	744.439.888,01	608.233.853,36	534.901.912,66	121.597.411,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AJUTARQUIA - 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMIÇÃO	PÁGINA
31/10/2025	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	788.436.297,00	888.037.300,00	744.438.888,01	608.233.853,36	534.901.912,66	121.597.411,99

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.300.666,59	19.049.190,04	15.592.359,65	15.388.774,01	942.033,11	7.019.009,51
Pessoal e Encargos Sociais	-	305,18	-	-	305,18	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.300.666,59	19.048.884,86	15.592.359,65	15.388.774,01	941.727,93	7.019.009,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.157.324,30	5.245.693,66	4.294.475,29	4.289.208,16	7.390,07	2.106.420,13
Investimentos	1.157.324,30	5.245.693,66	4.294.475,29	4.289.208,16	7.390,07	2.106.420,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.457.991,49	24.294.883,70	19.886.834,94	19.677.982,17	949.423,18	9.125.429,64

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	111.320,03	82.591.248,68	82.460.994,35	-	151.604,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	75.793.124,44	75.793.124,44	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	111.320,03	6.798.124,24	6.667.870,91	-	151.604,36
DESPESAS DE CAPITAL	6.025,71	35.861,24	35.861,24	-	6.025,71
Investimentos	6.025,71	35.861,24	35.861,24	-	6.025,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	117.345,74	82.537.109,92	82.496.825,59	-	157.630,07

Balanco Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/10/2025 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA - AUTARQUIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	837.979,00	968.606,04	Despesas Orçamentárias	748.206.512,75	744.213.684,89
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	652.152.329,86	655.006.965,52
Recursos Vinculados	838.711,17	1.089.925,76	Recursos Vinculados	96.054.182,89	89.206.719,37
Educação	2.158,45	484,54	Educação	1.348.439,89	1.423.646,37
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	94.524.540,00	87.008.400,00
Fundos, Órgãos e Programas	836.552,72	1.089.441,22	Fundos, Órgãos e Programas	181.203,00	774.673,00
() Deduções da Receita Orçamentária	-732,17	-121.319,72			
Transferências Financeiras Recebidas	629.526.667,97	560.459.990,05	Transferências Financeiras Concedidas	456.527,56	1.224.635,60
Resultantes da Execução Orçamentária	577.134.897,28	501.125.021,29	Resultantes da Execução Orçamentária	49.928,60	321.437,17
Repasse Recebido	577.134.897,28	501.125.021,29	Repasse Concedido	49.928,60	-
Independentes da Execução Orçamentária	52.391.770,69	59.334.968,76	Repasse Devolvido	-	321.437,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	27.559.030,19	36.013.936,45	Independentes da Execução Orçamentária	406.598,96	903.198,43
Demais Transferências Recebidas	-	209,80	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.465,99	39.423,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.832.740,50	23.320.822,51	Demais Transferências Concedidas	-	49.800,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	405.132,97	813.974,85
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recbimentos Extraorçamentários	212.681.683,39	278.390.563,14	Pagamentos Extraorçamentários	111.365.306,02	112.134.998,74
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	73.529.473,96	52.059.907,60	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	82.694.508,25	78.808.129,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	137.867.103,03	224.721.491,17	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.837.778,36	32.733.446,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	830.839,41	738.981,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	833.019,41	593.422,65
Outros Recbimentos Extraorçamentários	454.266,99	870.182,92	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	45.658,69	55.826,46			
Arrecadação de Outra Unidade	400.355,82	813.490,31			
Valores para Compensação	4.137,29	-			
Demais Recbimentos	4.115,19	866,15			
Saldo do Exercício Anterior	65.919.625,68	61.768.757,34	Saldo para o Exercício Seguinte	48.937.609,71	44.014.597,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.919.625,68	61.768.757,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.937.609,71	44.014.597,34
TOTAL	908.965.956,04	901.587.916,57	TOTAL	908.965.956,04	901.587.916,57

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST FED DE EDUC, CIENC E TEC DE STA CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/10/2025	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	648.228.111,03	568.002.238,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	485.439,49	731.955,37
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	485.439,49	731.955,37
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	634.851.939,99	561.610.359,64
Transferências Intragovernamentais	629.534.920,45	560.459.990,05
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.317.019,54	1.150.369,59
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.137.254,05	4.609.733,21
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	178,02
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.137.254,05	4.609.555,19
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	753.477,50	1.050.190,04
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST FED DE EDUC, CIENC E TEC DE STA CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/10/2025	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	753.477,50	1.050.190,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	841.528.845,95	593.547.682,18
Pessoal e Encargos	504.770.508,51	429.692.002,29
Remuneração a Pessoal	400.406.262,84	338.513.424,53
Encargos Patronais	73.831.021,98	63.448.598,66
Benefícios a Pessoal	29.821.348,47	26.889.677,98
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	711.875,22	840.301,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	85.352.165,39	74.716.777,62
Aposentadorias e Reformas	73.099.488,20	62.896.078,76
Pensões	8.388.036,42	8.041.778,33
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.864.641,77	3.778.920,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.202.662,20	46.083.517,56
Uso de Material de Consumo	4.053.836,71	5.504.429,09
Serviços	44.651.588,83	40.022.034,96
Depreciação, Amortização e Exaustão	497.236,66	576.395,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	52.383,41	24.588,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	51.801,24	24.539,36
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	582,17	49,06
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	177.478.816,46	13.047.315,08
Transferências Intergovernamentais	456.527,56	1.223.769,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	177.022.288,90	11.823.545,63
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.967.151,39	14.789.103,35
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	62.321,99	203.602,25
Incorporação de Passivos	9.472.471,07	14.462.907,94



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/10/2025	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	432.358,33	122.593,16
Tributárias	283.374,01	308.838,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	189.122,06	196.562,44
Contribuições	94.251,95	112.276,40
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.421.783,58	14.885.539,02
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	13.196.984,22	14.269.159,66
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Contribuição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.224.799,36	616.379,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-193.306.734,92	-25.545.443,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024

Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/10/2025	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-4.330.380,68	-4.046.262,09
INGRESSOS OPERACIONAIS	631.604.094,68	562.981.934,00
Receta Tributária	-	-
Receta de Contribuições	-	-
Receta Patrimonial	3.068,70	4.478,81
Receta Agropecuária	-	-
Receta Industrial	-	-
Receta de Serviços	481.248,52	727.427,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	353.661,78	236.699,73
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	630.766.115,68	562.013.327,96
Ingressos Extraorçamentários	830.839,41	738.981,45
Transferências Financeiras Recebidas	629.526.667,97	560.459.990,05
Anexação de Outra Unidade	400.356,82	813.490,31
Valores para Compensação	4.137,29	-
Demais Recebimentos	4.115,19	866,15
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-635.934.475,36	-567.028.196,09
Personal e Demais Despesas	-572.078.452,09	-504.353.096,52
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-198.971,69
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-517.550,95	-
Assistência Social	-	-
Presidência Social	-	-
Saúde	-78.300.086,43	-68.935.298,05
Trabalho	-	-
Educação	-493.200.860,02	-434.954.261,52
Cultura	-	-200.000,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/10/2025	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA - AUTARQUIA	
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	
	2025	2024
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-105.613,38	-120.391,72
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	45.658,69	55.826,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-62.566.476,30	-68.857.041,32
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-62.566.476,30	-68.857.041,32
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.289.546,97	-1.818.058,25
Despêndos Extraorçamentários	-833.019,41	-593.422,65
Transferências Financeiras Concedidas	-456.527,56	-1.224.635,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.651.635,29	-13.707.897,91
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-12.651.635,29	-13.707.897,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.500.149,49	-13.253.080,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-151.485,80	-454.817,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.982.015,97	-17.754.160,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	65.919.625,68	61.768.757,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	48.937.609,71	44.014.597,34

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação criada através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFSC é composto por uma reitoria, 21 campus e 1 campus avançado distribuídos pelo território catarinense. As demonstrações Contábeis Consolidadas do IFSC compreendem essas unidades.

Os campus do IFSC são dotados de autonomia administrativa e oferta própria de cursos. A instituição possui uma única Unidade Gestora que é gerenciada pela Reitoria. A Reitoria, localizada em Florianópolis, está incumbida da administração, coordenação, planejamento e supervisão de todas as atividades da autarquia, conforme diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico da instituição. Informações adicionais a respeito da estrutura organizacional do IFSC podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do endereço: www.ifsc.edu.br.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSC, usualmente conhecidas por Balanço Geral, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº

101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)²; as instruções descritas na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP referenciadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O Balanço Geral tem o propósito de apresentar aos usuários e à sociedade os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do IFSC. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os ativos e passivos do IFSC;
2. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada do IFSC;
3. Balanço Financeiro (BF) – evidencia o fluxo financeiro do IFSC;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia o resultado patrimonial do IFSC;
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – evidencia as entradas e saídas de caixa do IFSC.

3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, subordinada ao Ministério da Economia.

A Lei Orçamentária Anual – LOA versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, e compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

No que diz respeito à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um salutar destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se destacar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Nesse grupo de ajustes está o reconhecimento de passivo de exercícios anteriores. Segundo o art. 37 da Lei nº 4.320/64, as despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem de arrecadação de receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em outras palavras, pode-se descrever execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou na Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está vinculada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária. (<https://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-e-financeira/>)

Por isso, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossario/>)

Restos a Pagar

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Então, os Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nesse momento são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFSC, como também em demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras - a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa - incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques - compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados

pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo - compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

g) Ajuste para perdas da dívida ativa - os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial. De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) Imobilizado - o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No IFSC, o cálculo e registro não foram iniciados. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Intangíveis - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros

predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos Circulantes e Não Circulantes - as obrigações do IFSC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Orçamentário; Financeiro; e patrimonial.

a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado

não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial - BP

O BP é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Nesse item serão apresentadas as informações relevantes ocorridas no terceiro trimestre de 2025 em comparação ao último trimestre do exercício anterior (set/dez -2024).

4.1 Caixa e equivalente de caixa

Trata-se do valor disponível para saque na Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil – BACEN, a qual registrou uma pequena redução total de 25,76% em relação ao saldo existente em 31/12/2024. A Tabela 1 apresenta os valores de caixa e equivalente de caixa referente nos trimestres analisados.

Tabela 1 - Caixa e equivalente de caixa – Composição (Em Reais)

Caixa e Equivalente de Caixa	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Limite de Saque com Vinculação de Pgto. - OFSS	7.776.615,54	7.750.587,88	0,33
Limite de Saque c/vinc. Pagto - Ordem Pagto - OFSS	41.138.378,85	58.146.422,48	(29,25)
Garantias	22.615,32	22.615,32	0,00
TOTAL	48.937.609,71	65.919.625,68	(25,76)

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Os dados constantes na Tabela 1 correspondem a recursos financeiros disponíveis para utilização imediata ou ainda sujeitos à autorização do ordenador de despesa e do gestor financeiro para execução, por meio da emissão de Ordem Bancária (OB). A tabela também inclui montantes referentes a depósitos de garantias contratuais. Observa-se, ainda, que os limites de saque vinculados a pagamentos apresentaram valores expressivos em ambos os períodos analisados.

Os valores apresentados à título de Limite de Saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento OFSS são recursos destinados à folha de pagamento, portanto, neste conceito está explicado os valores expressivos. Também

decorre do recebimento de recursos financeiros no último dia útil de cada mês, desse modo, as ordens bancárias destinadas ao pagamento da folha dos servidores são geradas apenas no dia seguinte, assim, no ato de encerramento dos períodos analisados a conta caixa e equivalente possuía saldo financeiro para honrar com os compromissos relacionados à folha de pagamento de pessoal.

4.2 Créditos a curto prazo

Essa conta é composta por valores decorrentes de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a exemplo, os adiantamentos concedidos a pessoal, adiantamentos concedidos à supridos, depósitos judiciais, valores a receber provenientes de devolução de despesa e adiantamentos relacionados à Termos de Execução Descentralizada (TED). A Tabela a seguir apresenta a composição da conta.

Tabela 2 – Créditos a curto prazo – composição (Em Reais)

Créditos a curto prazo	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Adiantamentos concedidos a pessoal (Salários e ordenados)	34.326,41	1.874.837,53	(98,17)
Depósitos Judiciais	1.575,92	1.575,92	0,00
Valores a receber por devolução de despesa	6.633,74	5.632,59	17,77
Adiantamentos TED	791.646,34	791.646,34	0,00
Adiantamento Concedido Suprimento de Fundos	57.864,29	1.575,92	3571,78
TOTAL	892.046,70	10.667.036,35	(91,64)

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Observa-se redução acentuada no item Adiantamentos Concedidos a Pessoal registrou redução de 98,17%, concretamente explicado por conta dos períodos analisados. Ao final do ano (como em 31/12/2024), há muitos valores registrados em adiantamentos por conta de férias e 13º agendados, o que não ocorre de forma acentuada nos demais meses do ano.

Já o item Adiantamento Concedido por Suprimento de Fundos apresentou uma expansão de 3.571,78%, com valor absoluto aumentado em R\$ 56.288,37 e esta diferença entre os períodos analisados se dá também por conta da sazonalidade analisada. Esse acréscimo está se deve por conta de que no último trimestre do ano, quando ocorre o fechamento do exercício, as contas de suprimento de fundos normalmente os controles apurados e as contas encerradas. O que não ocorre no terceiro trimestre de 2025, uma vez que os processos de suprimento de fundos estão em pleno funcionamento.

Os saldos de Depósitos judiciais mantiveram-se estáveis no decorrer dos dois trimestres analisados e precisam passar por verificações quanto à manutenção dos respectivos valores.

4.3 Estoques

Os valores apresentados na conta de estoques se referem a mercadorias que se destinam ao consumo interno das unidades, empregados na prestação de serviços de ensino e de suporte às atividades de ensino, bem como das atividades-meio/administrativas. Em 30/09/2025 o estoque do IFSC contemplava valores na conta materiais de consumo totalizando R\$ 1.411.166,40, uma redução expressiva de 17% se comparado ao último trimestre de 2024.

Percebe-se que os grupos com maiores valores se mantêm os mesmos ao longo do tempo, entretanto, há uma redução do estoque em todos os grupos. A Tabela a seguir apresenta a composição da conta materiais de consumo com ênfase nos saldos das contas-correntes mais expressivas.

Tabela 3 – Materiais de Consumo – Por Conta-Corrente (Em Reais)

Conta Corrente	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
16 - Material de expediente	575.781,8 2	732.894, 49	(21,44)
17 - Material de Tecnologia da Informação	235.204,5 6	270.072, 35	(12,91)

26 - Material elétrico e eletrônico	124.335,2 4	171.151, 83	(27,35)
21 - Material para copa e cozinha	123.382,2 3	124.722, 81	(1,07)
24 - Material para manutenção de bens imóveis/instalações	82.252,76	93.012,7 3	(11,57)
07 - Gêneros de Alimentação	62.342,70	81.832,4 3	(23,82)
22 - Material de limpeza e produtos de higienização	49.966,04	57.888,4 1	(13,69)
28 - Material de proteção e segurança	25.178,85	31.751,2 1	(20,70)
Demais contas	1.278.444,2	1.563.326,26	(6,95)
99 - Outros Materiais de Consumo	0,00	225.598,49	(100,00)
TOTAL	1.411.166,40	1.931.566,68	(17,28)

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Destaca-se, ainda, a conta 'Outros Materiais de Consumo', que ao final do último trimestre de 2024 apresentava saldo expressivo. Esse montante teve origem em valores remanescentes do exercício anterior, decorrentes de um processo de reclassificação contábil relacionado ao reaproveitamento de bens em processo de

desfazimento, destinados a atividades didáticas em um Campus da instituição. Durante o segundo trimestre de 2025, esse saldo passou por regularização contábil, e, considerando o valor, foi a principal responsável pela redução do saldo global.

Por fim, ressalta-se que os oito grupos destacados representam, em conjunto, mais de 90% do total registrado, para ambos os trimestres analisados.

4.4 Imobilizado

O imobilizado do IFSC é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial desses bens ocorre com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, segundo a legislação, estes itens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em 30/09/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$ 634.890.075,75 relacionados ao imobilizado total (descontada a depreciação/amortização/exaustão acumulada), o que representa quase 92% do total do Ativo, divididos em 63,24% relativo a bens imóveis e o restante a bens móveis. Como pode ser observado, houve uma redução no valor total do imobilizado.

Observa-se que há uma redução no valor total dos bens imóveis. Mesmo ocorrendo uma aquisição de terreno para a construção do Campus São Lourenço do Oeste em fevereiro/2025 na conta 123210413 (terrenos), em setembro/2025 ocorreu a devolução de uma cessão de bens à Superintendência do Patrimônio da União (SPU) no valor de R\$ 172.070.060,00 (conta 123210107) referente ao Campus Florianópolis. Esse fato ocorreu para que no futuro breve, este bem seja remetido ao IFSC novamente, mas será como doação permanente.

Tabela 4 – Composição do Imobilizado
Reais)

(Em

Imobilizado	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Bens Móveis	233.390.830,56	223.408.148,89	4,47
(+) Valor Bruto Contábil	233.391.105,58	223.408.423,91	4,47
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(275,02)	(275,02)	0,00%

Bens Imóveis	401.499.245,19	571.532.911,98	-29,75
(+) Valor Bruto Contábil	404.513.348,34	574.049.778,47	-29,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(3.014.103,15)	(2.516.866,49)	19,76
Total	634.890.075,75	794.941.060,87	(19,76)

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Em relação à depreciação dos bens móveis, o IFSC está com uma situação bastante peculiar. No último trimestre de 2024 ainda não se executava a depreciação e o reconhecimento contábil, em decorrência da inexistência dessa sistemática nos sistemas de controle patrimonial da instituição.

Entretanto, no mês de setembro de 2025, em decorrência uma força tarefa e colaborativa entre os setores da Diretoria de Administração, o Departamento de TI e a Contabilidade, foi possível a realização de customizações no sistema de controle patrimonial que abarca todos os Campus da Instituição (exceto Reitoria); e a partir de então, a depreciação está sendo apurada neste sistema patrimonial.

A contabilização do reconhecimento da depreciação agora apurada ainda não foi executada no SIAFI por conta da necessidade de criação de relatórios adicionais sistêmicos, que permitam a demonstração deste valor em nível organizacional; o que se espera que seja alcançado no último trimestre do exercício de 2025.

A depreciação dos bens imóveis sofreu alteração com aumento de 19,76% entre os períodos analisados. Esta rubrica será mais bem detalhada quanto à alteração na seção específica.

4.4.1 Bens Móveis

Em 30/09/2025, os bens móveis do IFSC totalizavam R\$ 233.391.105,58 (descontada a depreciação acumulada), um pequeno aumento de 4,47% nesse período em comparação ao último trimestre de 2024, de R\$ 223.408.423,91. Como pode ser observado, o grupo de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação é a conta com maior valor em ambos os períodos analisados - e a sequência das contas com valor mais expressivo praticamente não se alterou dentre os períodos.

Conforme já mencionado anteriormente, o valor da depreciação acumulada dos bens móveis não se alterou por conta de a Instituição está em processo de criação e customização de um relatório que sirva de documento basilar para os devidos registros contábeis no SIAFI.

Tabela 5 – Composição dos Bens Móveis

(Em Reais)

Bens Móveis	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
1.2.3.1.1.02.01 EQUIP DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	73.330.950,69	68.018.481,03	7,81
1.2.3.1.1.03.03 MOBILIÁRIO EM GERAL	28.995.040,33	28.994.512,49	0,00
1.2.3.1.1.01.09 MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	20.924.233,85	20.687.515,98	1,14
1.2.3.1.1.01.01 APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	17.806.778,95	17.506.686,11	1,71
1.2.3.1.1.03.01 APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	12.029.788,07	11.517.187,64	4,45
1.2.3.1.1.01.03 EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLOGIA	10.821.269,06	10.687.685,66	1,25
1.2.3.1.1.04.05 EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	9.766.907,87	9.450.976,08	3,34
1.2.3.1.1.01.06 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	9.742.381,27	7.824.037,23	24,52
1.2.3.1.1.04.02 COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	9.618.416,71	9.302.807,42	3,39

1.2.3.1.1.01.07 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	8.552.431,85	7.814.064,76	9,45
1.2.3.1.1.05.03 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	6.555.961,38	6.593.961,38	(0,58)
DEMAIS BENS MÓVEIS	25.246.945,55	25.010.508,13	0,95
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(275,02)	(275,02)	0,00
Total	233.391.105,58	223.408.423,91	4,47

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Assim, observa-se que a composição dos bens móveis registrados no IFSC não apresentaram grandes diferenças; com destaque para Máquinas e Equipamentos Industriais com aumento de 24,52% e a única redução foi na conta Veículos de tração mecânica por conta de desfazimento entre os períodos analisados.

Neste ranking (constante no grupo em “Demais Bens Móveis”) constam duas questões atípicas: o valor constante na conta Bens Móveis em Almoxarifado em 30/09/2025 de R\$ 16.036,00 - conta vigência desde 18/02/2025, representa registro de bens móveis no SIAFI para atender à IN nº 205/88, independentemente de onde o material será destinado, o registro de entrada do material será sempre no Almoxarifado. Então, o valor de “Bens Móveis em Almoxarifado”, relativamente à conta contábil 123110801 se refere a registro de bens no SIAFI, sem a correspondente classificação para a conta contábil adequada. Esse montante foi regularizado no mês seguinte.

A outra situação que merece destaque se refere ao valor constante na conta Bens Móveis em Trânsito - relativamente a bens recebidos ou doados via SIAFI, e que ainda estão pendentes de regularização (recebimento via SIAFI). Em 31/12/2024 o valor era de R\$29.706,99 e em 30/09/2025 o valor era de R\$63.908,34. Nas situações em que a pendência é de responsabilidade do IFSC, em teoria é de fácil resolução; entretanto, quando a pendência do recebimento é devido pela outro órgão que recebeu a doação do IFSC, a resolução não depende do IFSC - inclusive há uma situação pendente de resolução desde dezembro/2024, em que já foi solicitada a regularização por diversas vezes via e-mail, contatos com diversos setores, e ainda não se obteve êxito quanto à situação.

Por fim, cabe ressaltar que a gestão está ciente da importância e necessidade de prioridade quanto ao controle dos bens móveis, neste sentido, está sendo

providenciado curso acerca da gestão dos bens móveis que será destinado especialmente para os gestores patrimoniais e contadores dos Campus e Reitoria. A intenção é melhorar a normatização e os procedimentos operacionais para num futuro próximo, fazer a adesão ao SIADS.

4.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFSC somavam um montante líquido total, em 30/09/2025, de R\$ 401.499.245,19 sendo que os bens de uso especial, ou seja, aqueles registrados no sistema gerencial de controle dos bens imóveis - SPIUnet, correspondem à maior proporção deste valor, correspondendo a 66% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão neste período.

Os bens móveis de Uso Especial apresentaram uma queda em decorrência da devolução de cessão do prédio do Campus Florianópolis à SPU, baixa total no valor de R\$ 172.70,060,00. Como já mencionado anteriormente, esta cessão precisou ser formalizada para que nos próximos meses, este edifício seja doado em efetivo ao IFSC.

Por outro lado, houve aumento na conta de Bens Dominicais, em decorrência da aquisição de um terreno para a construção do Campus São Lourenço do Oeste, no valor de R\$ 2.269.000,00 em fevereiro de 2025.

Como o valor da baixa da cessão foi expressivamente maior do que o valor da aquisição, por consequência se verificou uma redução no valor total do imobilizado, de 29,75%.

Tabela 6 – Composição dos Bens Imóveis

(Em Reais)

Bens Imóveis	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Bens de Uso Especial	263.015.058,63	438.338.166,44	(40,00)
Bens Dominicais	5.562.000,00	3.293.000,00	68,90
Bens Imóveis em Andamento	111.899.536,71	108.381.859,03	3,25
Instalações	24.036.753,00	24.036.753,00	0,00

Deprec./Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(3.014.103,15)	(2.516.866,49)	19,76
Total	401.499.245,19	571.532.911,98	(29,75)

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

O saldo da conta de Bens Imóveis em Andamento apresentou pequena evolução em decorrência de obras em andamento considerando os períodos analisados. Cabe destacar que esta conta precisa de análise e baixa dos valores que não são mais devidos - em decorrência das obras finalizadas.

4.4.3 Depreciação acumulada

Conforme mencionado no item 4.4, em relação à depreciação dos bens móveis, o IFSC está com uma situação bastante peculiar e promissora. No último trimestre de 2024 ainda não se executava a depreciação e nem o reconhecimento contábil, em decorrência da inexistência dessa sistemática nos sistemas de controle patrimonial da instituição.

Entretanto, no mês de setembro de 2025, em decorrência de uma força tarefa e colaborativa entre setor de gestão e setores técnicos, foi possível a realização de melhorias no sistema de controle patrimonial que abarca todos os Campus da Instituição (exceto Reitoria); e desde então, a depreciação é apurada no sistema patrimonial; mas, ainda precisando e trabalhando na criação de alguns relatórios que permitam registrar a depreciação no sistema SIAFI. Esse procedimento será de grande valia para demonstrar valor mais próximo da realidade em relação ao efetivo valor dos bens móveis na Instituição.

A depreciação dos bens imóveis sofreu alteração com aumento de 19,76% entre os períodos analisados. Esta rubrica será mais bem detalhada quanto à alteração na seção específica. Ainda, cabe salientar que a depreciação dos bens imóveis é realizada com base nas informações advindas do sistema SPIUnet, e é registrada diretamente pela STN.

4.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 30/09/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$5.537.779,75 relacionados ao intangível. Deste valor, quase 90% ainda corresponde a softwares com vida útil definida, entretanto, a evolução na conta foi de apenas 1,59% entre o terceiro trimestre de 2025 e o último de 2024.

Por outro lado, a conta de softwares com vida útil indefinida atualmente compreende quase 11% do total de intangíveis, mas, vem apresentando um aumento ao longo dos trimestres, e a evolução positiva entre os períodos analisados agora é de 14,06%. Assim, observa-se aquisições mais recorrentes em softwares com vida útil indefinida, conforme pode ser observado por meio da Tabela 7.

Tabela 7 – Composição dos Intangíveis (Em Reais)

Intangíveis	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Software com Vida Útil Definida	4.939.450,93	4.862.069,41	1,59
Software com Vida Útil Indefinida	604.619,82	530.067,80	14,06
Amortização Acumulada	(6.291,00)	(6.291,00)	0,00
TOTAL	5.537.779,75	5.385.846,21	2,82

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à amortização acumulada, para a qual se mantém, ao longo de 2025, a ausência de registros contábeis, em decorrência da ausência de sistema que execute a apropriação desta categoria. Tal situação decorre da limitação dos sistemas de controle patrimonial atualmente utilizados, os quais não possuem funcionalidade para o reconhecimento da amortização de bens intangíveis. Em razão disso, não foram efetuados lançamentos contábeis relacionados a esse tipo de despesa no período analisado.

Entretanto, temos perspectivas de, similar à customização do sistema ocorrida para a parte de gestão de bens móveis, que será feita em breve customizações para a parte de controle de intangíveis.

4.6 Obrigações

Os saldos a seguir representam os valores correspondentes ao passivo circulante do IFSC e se resumem às obrigações com a folha de pagamento,

fornecedores e credores nacionais a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo e demais obrigações. A tabela 8 apresenta a composição das obrigações do IFSC.

Tabela 8 – Composição das Obrigações (Passivo Circulante) (Em Reais)

Obrigações	30/09/2025	31/12/2024
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	72.942.763,32	55.501.041,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.412.526,8	1.800.611,37
Taxa de Fiscalização de Poder de Polícia	103,03	199,28
Demais Obrigações a Curto Prazo	96.919.757,91	99.893.232,08
Total	172.275.298,91	157.195.232,49

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

As obrigações a curto prazo do IFSC mais representativas são as Demais Obrigações contemplando a maior parte do Passivo Circulante (PC) em ambos os períodos analisados. No terceiro trimestre de 2025 representou 56,25% do total do PC e ao final do último trimestre de 2024 correspondia a pouco mais de 63%; portanto, percebe-se uma pequena redução, ocasionada por maiores valores relativos a folha sempre ao final dos exercícios financeiros.

O segundo item mais expressivo dentro do Passivo Circulante consiste nas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar, representando quase 42% e 35%. respectivamente para os períodos analisados de 2025 e 2024. Este valor refere-se especialmente ao montante de salários, remunerações e benefícios, também com remuneração de férias, além do que, a execução dos passivos trabalhistas, previdenciárias e de assistência ocorre sempre no início de cada mês, mas são contabilizadas no final do mês anterior, justificando assim, os saldos a pagar ao final de cada mês.

4.6.1 Fornecedores e Credores

Em 30/09/2025, o IFSC apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.649.058,59 relacionados com fornecedores e contas a pagar representando uma redução de mais de 8,81% quando comparado ao saldo de 31/12/2024. Essa redução demonstra o compromisso cumprido junto a fornecedores, tendo como cenário positivo maior na situação atual. A seguir, apresenta-se a tabela com o detalhamento dos valores em curto prazo e fornecedores nacionais.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição (Em Reais)

	30/09/2025	31/12/2024
Curto Prazo – Fornecedores/Credores - Nacionais	1.641.866,64	1.800.535,68
Curto Prazo – Fornecedores/Credores – Inter Municipais	7.191,95	75,69
Total	1.649.058,59	1.800.611,37

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Entretanto, quando analisados os saldos de valores devidos a órgãos e entidades, observa-se que a situação de 31/12/2024 estava bem mais satisfatória, pois havia apenas R\$ 75,69 a recolher para os cofres públicos municipais.

Em 30/09/2025, o valor constante a credores de curto prazo compreende valores devidos à taxa de serviço de água municipal, às prefeituras (referente ao Imposto Sobre Serviços).

Cabe destacar que a maior parte do valor se refere a este exercício, mas alguns pequenos valores que compõem esta conta remete a exercício anterior e precisa ser regularizado.

Em relação aos fornecedores, ainda, destaca-se que grande parte são empresas que firmaram contratos de prestação de serviços continuados com a instituição. A tabela 10 contempla os fornecedores do IFSC com valores mais expressivos a receber em 30/09/2025.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor - Set/2025 (Em Reais)

Fornecedores/Credores	30/09/2025
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	181.692,64
EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIÁRIOS LTDA.	167.000,00
VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA	145.796,63
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	132.436,70
ATL SERVICOS ESPECIALIZADOS DE CONSTRUCAO E MANUTENCAO	102.333,58
INVIOSAT SEGURANCA LTDA FALIDO	88.683,42
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN	71.938,45
BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	70.527,93
CONTROLE SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	65.590,06
METTA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	48.452,03
DEMAIS FORNECEDORES	574.607,15
Total	1.649.058,59

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Observa-se que os dez primeiros credores compõem valores expressivos de crédito junto ao IFSC, juntos somam a quantia de R\$ 1.074.451,44, correspondendo a 65,16% do valor total.

4.7 Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais do IFSC apresentaram um aumento de 31,54% considerando o valor total do último trimestre de 2024 em relação ao terceiro do exercício de 2025. Essa evolução se deve basicamente a todos os itens, que apresentaram evolução em alguma medida, com destaque para o item Serviços que apresentou um aumento de pouco mais de 30%.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição (Em Reais)

Obrigações Contratuais	30/09/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Alugueis	1.183.041,84	1.004.743,71	17,74
Fornecimento de Bens	18.899.249,47	13.513.734,84	39,85
Seguros	614.388,65	529.458,73	16,04
Serviços	119.721.517,73	91.698.146,83	30,56
Total	140.418.197,69	106.746.084,11	31,54

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Também é perceptível o montante do item Serviços na composição geral das obrigações, representando pouco mais de 85% nos dois trimestres analisados.

4.8 Precatórios

Em 30/09/2025 o IFSC possuía o valor de R\$ 1.160.042,00 no Passivo a Longo Prazo e este valor se refere na sua totalidade a precatório, abrangido pela conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Longo Prazo – mesma situação verificada em dezembro/2024.

Tabela 12 – Valor de precatórios – Composição de Passivo de Longo Prazo

(Em Reais)

	30/06/2025	31/03/2025
Passivo Não Circulante	1.160.042	1.160.042
Precatórios de Pessoal	1.160.042	1.160.042
Total	1.160.042	1.160.042

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Este valor se refere a precatórios de pessoal e advém de saldo registrado no exercício de 2003 decorrente de cancelamento de RP inscritos em 2001, bem como de exercícios anteriores, não pagos até 31/12/2002 (instrução conforme Decreto 4526/2002).

4.9 Provisões

Em 30/09/2025 o IFSC não possui nenhum valor registrado a título de provisões de curto ou de longo prazo.

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

O Balanço Orçamentário (BO) é a demonstração contábil que registra tanto as receitas previstas e efetivamente arrecadadas quanto as despesas autorizadas e realizadas. Abaixo, apresentam-se as informações significativas relativas ao terceiro trimestre de 2025.

As receitas efetivamente realizadas totalizaram R\$835.820,55 (10,59% acima do previsto), enquanto as despesas empenhadas, incluindo as correntes e de capital, alcançaram R\$744.439.888,01 (85,96% da dotação), conforme pode ser observado nos totais de Despesas Orçamentárias. Esse cenário resultou em um déficit orçamentário de R\$743.604.067,46, conforme pode ser observado na tabela a seguir. Em relação às receitas realizadas **vide Tabela 17 (Total de Ingressos) e Tabela 21 (Fluxo de caixa das atividades operacionais)**.

Tabela 13 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica

(Em Reais)

Balanco Orçamentário	Realizadas
Receitas Correntes	835.820,55
Receitas de Capital	-
Total das Receitas	835.820,55
Despesas Correntes Empenhadas	742.149.082,38
Despesas de Capital Empenhadas	2.290.805,63
Total das Despesas	744.439.888,01
Superávit/(Déficit)	(743.604.067,46)

Fonte: SIAFI (2025).

Essa disparidade se justifica porque a coluna das Receitas Realizadas inclui apenas os valores das receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, excluindo os créditos orçamentários recebidos que correspondem às despesas previstas na Dotação Atualizada.

No que tange às despesas empenhadas, a maior parte está concentrada em despesas de pessoal e encargos sociais, que representam 86,10% do total. Por outro lado, as despesas de capital compõem apenas 0,30% do total das despesas empenhadas.

Tabela 14 – Despesas Empenhadas até o Terceiro Trimestre de 2025

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Análise Horizontal
Despesas Correntes	784.502.089,00	742.149.082,38	742.149.082,38	86,30%
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	728.081.976,00	640.940.020,00	88,03%
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	131.895.591,00	101.209.062,38	76,73%
Despesas De Capital	3.934.168,00	6.059.733,00	2.290.805,63	37,80%
Investimentos	3.934.168,00	5.661.947,00	2.290.805,63	37,80%
Total	788.436.257,00	866.037.300,00	744.439.888,01	85,96%

Fonte: SIAFI (2025).

As despesas empenhadas no terceiro trimestre para Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$640.940.020,00 representam 88,03% da dotação atualizada. Esse percentual elevado reflete a natureza essencial e obrigatória destes gastos.

O grupo das Outras Despesas Correntes inclui despesas não obrigatórias destinadas ao funcionamento da instituição. Até o segundo trimestre, foram empenhados recursos no valor de R\$101.209.062,38, que correspondem a 76,73% da dotação atualizada. A menor proporção de despesas empenhadas nesta categoria sugere a possibilidade de ajustes orçamentários ao longo do ano, conforme as necessidades operacionais emergirem. As despesas de capital empenhadas até o terceiro trimestre somaram R\$2.290.805,63, cujo montante representa 37,80% da dotação anual prevista.

5.1 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar são despesas que foram regularmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente. Eles são classificados em duas categorias: Restos a Pagar não Processados (RPNP), que correspondem a despesas ainda a serem liquidadas ou em processo de liquidação; e Restos a Pagar Processados (RPP), que se referem a despesas já liquidadas. A seguir, o quadro detalha a execução dos RPNP até o terceiro trimestre do ano de 2025.

Tabela 15 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	4.300.666,59	19.049.150,04	15.592.359,65	15.388.774,01	942.033,11	7.019.009,51
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	300,18	-
Outras Despesas Correntes	4.300.666,59	19.048.849,86	15.592.359,65	15.388.774,01	941.732,93	7.019.009,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.157.324,90	5.245.693,66	4.294.475,29	4.289.208,36	7.390,07	2.106.420,13
Investimentos	1.157.324,90	5.245.693,66	4.294.475,29	4.289.208,36	7.390,07	2.106.420,13
TOTAL	5.457.991,49	24.294.843,70	19.886.834,94	19.677.982,37	949.423,18	9.125.429,64

Fonte: SIAFI (2025).

No encerramento do terceiro trimestre de 2025, o IFSC apresentou um total de R\$24.294.843,70 em restos a pagar não processados inscritos até 31 de dezembro

do exercício anterior, além de R\$5.457.991,49 inscritos em exercícios anteriores. Desse montante total de R\$29.752.835,19, foram liquidados R\$19.886.834,94, o que representa 66,84% dos valores inscritos.

Dentre as despesas correntes, observa-se que a maior parte dos valores inscritos refere-se a outras despesas correntes, com R\$19.048.849,86 inscritos ao final de 2024 e R\$4.300.666,59 de exercícios anteriores. Foram liquidados R\$15.592.359,65 e pagos R\$15.388.744,01, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente 98,69% dos valores liquidados, sinalizando bom desempenho na conclusão desses compromissos.

No que diz respeito às despesas de capital, destaca-se um total inscrito de R\$5.245.693,66 no fim de 2024, acrescido de R\$1.157.324,90 de exercícios anteriores. Desse montante, R\$4.294.475,29 foram liquidados e R\$4.289.208,36 foram pagos, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente 99,87% dos valores liquidados, evidenciando um bom grau de execução financeira. O saldo remanescente de R\$9.125.429,64 evidencia a necessidade de atenção na execução dos restos a pagar ao longo do último trimestre.

6. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Tabelas 17 e 18 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no terceiro trimestre de 2025.

Tabela 17 – Total dos Ingressos

(Em Reais)

INGRESSOS	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receitas Orçamentárias	837.979,00	968.606,04	(13,49)	0,09
Transferências Financ. Recebidas	629.526.667,97	560.459.990,05	12,32	69,26
Recebimentos Extra-Orc.	212.681.683,39	278.390.563,14	(23,60)	23,40
Saldo do Exercício	65.919.625,68	61.768.757,34	6,72	7,25
TOTAL	908.965.956,04	901.587.916,57	0,82	100

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Os ingressos tratam de recursos de repasses recebidos e destinados aos pagamentos de restos a pagar.

Com relação aos ingressos, no terceiro trimestre de 2025, observa-se que para as receitas orçamentárias houve um decréscimo de 13,49% em relação ao mesmo período de 2024. As receitas orçamentárias correspondem a 0,09% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras recebidas houve um acréscimo de 12,32% em relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras recebidas correspondem a 69,26% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que para os recebimentos extra-orçamentários houve um decréscimo de 23,60% em relação ao mesmo período de 2024. Os recebimentos extra-orçamentários correspondem a 23,40% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que para o saldo do exercício houve um acréscimo de 6,72% em relação ao mesmo período de 2024. O saldo do exercício corresponde a 7,25% do total dos ingressos.

Tabela 18 – Total dos Dispêndios

(Em Reais)

DISPÊNDIOS	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Despesas Orçamentárias	748.206.512,75	744.213.684,89	0,54	82,31
Transferências Financ. Concedida	456.527,56	1.224.635,60	(62,72)	0,05
Pagamentos Extra-Orçam.	111.365.306,02	112.134.998,74	(0,69)	12,25
Saldo para o Exercício	48.937.609,71	44.014.597,34	11,18	5,38
TOTAL	908.965.956,04	901.587.916,57	0,82	100,00

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Os dispêndios tratam-se de despesas, basicamente, relativas à seguridade social, previdência social e manutenção das atividades de educação.

Com relação aos dispêndios, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que para as despesas orçamentárias houve um acréscimo de 0,54% em relação ao mesmo período de 2024. As despesas orçamentárias correspondem a 82,31% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras concedidas houve um decréscimo de 62,72% em

relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras correspondem a 0,05% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que para os pagamentos extra-orçamentários houve um decréscimo de 0,69% em relação ao mesmo período de 2024. Os pagamentos extra-orçamentários correspondem a 12,25% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se que quanto ao saldo para o exercício houve um acréscimo de 11,18% em relação ao mesmo período de 2024. Os saldos para o exercício correspondem a 5,38% do total dos dispêndios.

Ao analisar a evolução dos totais dos ingressos do terceiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 0,82%. Já, ao analisar os dispêndios do terceiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 0,82%.

O resultado financeiro do período pode ser obtido mediante a aplicação de 2 métodos. O primeiro, pela soma dos ingressos, exceto caixa, deduzindo-se os dispêndios, exceto caixa. O segundo método consiste na dedução do saldo de caixa para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Para o final do terceiro trimestre de 2025 foi identificado um resultado negativo de aproximadamente R\$ 16,9 milhões.

7. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas

(Em Reais)

VPA	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito	485.439,49	731.955,37	(33,68)	0,07

Transferência e delegações recebidas	634.851.939,99	561.610.359,64	13,04	97,93
Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.137.254,05	4.609.733,21	163,29	1,87
Outras variações patrimoniais aumentativas	753.477,50	1.050.190,04	(28,25)	0,11
Totais	648.228.111,03	568.002.238,26	14,12	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, a Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito no terceiro trimestre tiveram um decréscimo de 33,68% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,07% do total da VPA.

Com relação às Transferências e Delegações Recebidas no terceiro trimestre de 2025 houve um acréscimo de 13,04% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 97,93% da VPA.

Com relação a Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos no terceiro trimestre de 2025 houve um acréscimo de 163,29% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,87% da VPA.

Com relação a Outras Variações Patrimoniais no terceiro trimestre de 2025 houve um decréscimo de 28,25% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,11% da VPA.

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas

(Em Reais)

VPD	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
------------	-------------------	-------------------	---------------------------	-------------------------

Pessoal e encargos	504.770.508,51	429.692.002,29	17,47	59,98
Benefícios previdenciários e assistenciais	85.352.166,39	74.716.777,62	14,23	10,14
Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.202.662,20	46.083.517,56	6,76	5,84
Variações patrimoniais diminutivas Financeiras	52.383,41	24.588,42	113,04	0,006
Transferência e delegações concedidas	177.478.816,46	13.047.315,08	1.260,27	21,09
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	9.967.151,39	14.789.103,35	(32,65)	1,18
Tributárias	283.374,01	308.838,84	(8,25)	0,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.421.783,58	14.885.539,02	(3,12)	1,71
Totais	841.528.845,95	593.547.682,18	41,77	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas variações Patrimoniais Diminutivas, Pessoal e Encargos no terceiro trimestre houve um acréscimo de 17,47% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 59,98% do total da VPD.

Com relação aos Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no terceiro trimestre houve um acréscimo de 14,23% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 10,14% do total da VPD.

Com relação ao Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, no terceiro trimestre houve um acréscimo de 6,76% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 5,84% do total da VPD.

Com relação às Variações patrimoniais diminutivas Financeiras, no terceiro trimestre houve um acréscimo de 113,04% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,006% do total da VPD.

Com relação a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no terceiro trimestre houve um decréscimo de 32,65% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,18% do total da VPD.

Com relação às tributárias, no terceiro trimestre houve um decréscimo de 8,98% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,03% do total da VPD.

Com relação às Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no terceiro trimestre houve um decréscimo de 3,21% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,71% do total da VPD.

Ainda, quanto às Transferência e delegações concedidas, no terceiro trimestre de 2025, o acréscimo de 1.260,27% observado em relação ao mesmo período de 2024, é refletido pelas seguintes contas:

VPD	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Transferências Intragovernamentais	456.527,56	1.223.769,45	(62,69)	0,25
Outras Transferências e Delegações Concedidas	177.022.288,90	11.823.545,63	1.397,201	99,74

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

8. Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

O fluxo de caixa é dividido em 3 partes: fluxo das atividades operacionais, fluxo das atividades de investimento e fluxo das atividades de financiamento.

Sendo que 100% dos ingressos do fluxo de caixa foram efetuados através do fluxo de caixa das atividades operacionais, já na parte de desembolsos observa-se que 98,04% ocorreram nas atividades operacionais e 1,95% nas atividades de investimento.

No fluxo de caixa das atividades operacionais, a receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas pertencente a Outros Ingressos Operacionais, com aproximadamente R\$629,5 milhões que representam 99,67% dos ingressos das atividades operacionais e um acréscimo de 12,32% em relação ao mesmo período do ano de 2024.

Tabela 21 – Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

INGRESSOS	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receita Patrimonial	3.068,70	4.478,81	(31,48)	0,00
Receita de Serviços	481.248,52	727.427,50	(33,82)	0,07
Outras Receitas Derivadas e Originárias	353.661,78	236.699,73	49,41	0,05
Ingressos extraorçamentários	830.839,41	738.981,45	12,43	0,13
Transferências financeiras recebidas	629.526.667,97	560.459.990,05	12,32	99,67
Arrecadação de outra unidade	400.355,82	813.490,31	(50,78)	0,06
Valores para Compensação	4.137,29	0,00	N/A	0,00

Demais Recebimentos	4.115,19	866,15	375,11	0,00
Totais	631.604.094,68	562.981.934,00	12,18	100,00

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Quanto aos desembolsos, a maior parte, aprox. R\$572 milhões é vinculada à rubrica Pessoal e Demais Despesas, que corresponde a 89,95% do total, com acréscimo de 13,42% em relação ao mesmo período de 2024. Esta conta contábil representa o somatório de: Em primeiro lugar o item relativo à Educação, de aprox. 493 milhões, corresponde a 77,55% do total e um acréscimo de 13,39% em relação ao mesmo período de 2024. Em segundo lugar, Previdência Social, com aprox. 78 milhões, correspondendo a 12,31% do total e um acréscimo de 13,58% em relação ao mesmo período de 2024. Em terceiro lugar, destaca-se Transferências Concedidas – Intragovernamentais, com aprox. 62 milhões, correspondendo a 9,83% do total e um acréscimo de 2,80% em relação ao mesmo período de 2024

Tabela 22 - Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Administração	0,00	(198.971,69)	(100,00)	0,00
Segurança Pública	(517.550,95)	0,00	N/A	0,08
Previdência Social	(78.300.086,43)	(68.935.298,05)	13,58	12,31
Educação	(493.200.860,02)	(434.954.261,52)	13,39	77,55
Cultura	0,00	(200.000,00)	100	0,00

Encargos especiais	(105.613,38)	(120.391,72)	(12,28)	0,01
Ordens Bancárias não sacadas	(45.658,69)	(55.826,46)	(18,21)	0,007
Transferências Concedidas - Intragovernamentais	(62.566.476,30)	(60.857.041,32)	2,80	9,83
Dispêndios Extra-orçamentário	(833.019,41)	(593.422,65)	40,37	0,13
Transferências Financeiras Concedidas	(456.527,56)	(1.224.635,60)	(62,72)	0,07
Totais	(635.934.475,36)	(567.028.196,09)	12,15	100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. Não houve receita neste grupo e a despesa mais representativa foi a Aquisição de Ativo não Circulante, com aproximadamente R\$12,5 milhões que representa 98,80% do total e um decréscimo de 5,68% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, outros desembolsos e investimentos em 2025 somam aprox. R\$151,5 mil, o que representa 1,19% do total e decréscimo de 66,69%.

Tabela 23 – Fluxo de caixa das atividades de investimento

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	30/09/2025	30/09/2024	Análise Horizontal	Análise Vertical
Aquisição de Ativo Não Circulante	(12.500.149,49)	(13.253.080,42)	(5,68)	98,80

Outros Desembolsos e Investimentos	(151.485,80)	(454.817,49)	(66,69)	1,19
Totais	(12.651.635,29)	(13.707.897,91)	(7,71)	100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Os desembolsos nas atividades de investimento são compostos por aquisições de ativo não circulante.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. No primeiro trimestre de 2025 não houve ingressos, tão pouco desembolsos no âmbito do IFSC.

.: RELATÓRIO CONTÁBIL DO 4º TRIMESTRE DE 2025 E SUAS NOTAS EXPLICATIVAS

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA - IFSC**

RELATÓRIO CONTÁBIL

4º TRIMESTRE 2025

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESTRIÇÃO

ÓRGÃO 26438 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas do quarto trimestre de 2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo imobilizado da entidade está superavaliado devido ao não reconhecimento da depreciação dos bens móveis da instituição.
2. As variações patrimoniais diminutivas (VPD's) estão subavaliadas. Esse fato decorre da ausência de registros decorrente da depreciação mensal dos bens móveis que não estão sendo registradas no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIEL ELIAS BECKER
Data: 03/02/2026 19:07:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Daniel Elias Becker
Contador Responsável

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria
UG/Gestão 158516/26438

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	86.653.833,79	78.574.010,63	PASSIVO CIRCULANTE	181.913.464,04	157.195.285,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	72.392.269,73	65.919.625,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	73.174.527,22	55.501.041,91
Créditos a Curto Prazo	13.067.981,25	10.667.036,35	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.382.485,25	1.800.611,37
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	206,06	252,08
Demais Créditos e Valores	13.067.981,25	10.667.036,35	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	13.067.981,25	10.667.036,35	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	107.356.097,66	99.893.232,08
Estoque a Curto Prazo	1.191.476,98	1.931.566,68			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.105,83	55.781,92			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.992.583,39	800.554.328,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.160.042,00	1.160.042,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	267.271,59	227.421,81	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.160.042,00	1.160.042,00
Créditos a Longo Prazo	267.271,59	227.421,81	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	267.271,59	227.421,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	267.271,59	227.421,81	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoque a Longo Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	183.073.506,04	158.355.327,29
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	2.113.552,78	2.113.552,78
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	685.168.642,26	794.941.060,87	Demais Reservas	120.176.529,34	70.475.550,72
Bens Móveis	235.264.928,16	223.408.148,89	Resultados Acumulados	472.282.829,02	648.183.908,73
Bens Móveis	235.265.203,18	223.408.423,91	Resultado do Exercício	-167.713.602,44	-3.891.659,39
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-275,02	-275,02	Resultados de Exercícios Anteriores	648.183.908,73	652.162.640,53
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.187.477,27	-87.072,41
Bens Imóveis	449.903.714,10	571.532.911,98	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	453.080.604,46	574.049.778,47	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	594.572.911,14	720.773.012,23
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.176.890,36	-2.516.866,49			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	5.556.669,54	5.385.846,21			
Softwares	5.556.669,54	5.385.846,21			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Softwares	5.562.960,54	5.392.137,21			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-6.291,00	-6.291,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	777.646.417,18	879.128.339,52	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	777.646.417,18	879.128.339,52

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	72.392.269,73	65.923.762,97	PASSIVO FINANCEIRO	145.396.234,28	124.609.680,45
ATIVO PERMANENTE	705.254.147,45	813.204.576,55	PASSIVO PERMANENTE	73.341.501,40	75.244.107,00
			SALDO PATRIMONIAL	558.908.681,50	679.274.552,07

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	33.642.000,05	39.666.926,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	139.282.561,22	106.924.080,19
Atos Potenciais Ativos	33.642.000,05	39.666.926,14	Atos Potenciais Passivos	139.282.561,22	106.924.080,19
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	33.642.000,05	39.666.926,14	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	2.454,84	177.996,08
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	139.280.106,38	106.746.084,11
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	33.642.000,05	39.666.926,14	TOTAL	139.282.561,22	106.924.080,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-1.226.407,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26438 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Vinculados	-1.777.556,84
Educação	-1.995.912,57
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.900,25
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	523.232,06
Fundos, Órgãos e Programas	-309.776,58
TOTAL	-71.003.964,55

Balço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	755.752,00	755.752,00	936.993,64	181.241,64
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	123.252,00	123.252,00	4.715,85	-118.536,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	123.252,00	123.252,00	4.715,85	-118.536,15
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demaís Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	632.500,00	632.500,00	481.248,52	-151.251,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	632.500,00	632.500,00	481.248,52	-151.251,48
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	451.029,27	451.029,27
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	451.029,27	451.029,27
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demaís Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Móveis	480.628,00	480.628,00	-	-480.628,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
R remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Ressgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demaís Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	1.236.380,00	1.236.380,00	936.993,64	-299.386,36
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.236.380,00	1.236.380,00	936.993,64	-299.386,36
DÉFICIT	-	-	916.025.027,36	916.025.027,36
TOTAL	1.236.380,00	1.236.380,00	916.962.021,02	915.725.641,02
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	123.165.866,00	-	-123.165.866,00
Supervivência Financeira	-	-	-	-
Excesso de Anotação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	123.165.866,00	-	-123.165.866,00

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	784.502.089,00	903.479.110,00	906.043.843,48	885.360.796,34	776.258.839,37	-2.584.533,48
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	770.595.917,00	769.277.774,74	769.277.774,74	665.958.890,08	1.318.142,26
Juros e Encargos de Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	132.883.193,00	136.766.068,74	116.083.021,60	110.300.149,29	-3.882.675,74
DESPESAS DE CAPITAL	3.934.168,00	8.123.013,00	10.918.377,54	3.107.006,92	3.060.352,71	-2.795.364,54
Investimentos	3.934.168,00	8.123.013,00	10.918.377,54	3.107.006,92	3.060.352,71	-2.795.364,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	788.436.257,00	911.602.123,00	916.962.021,02	888.467.803,26	779.319.192,08	-5.359.898,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	788.436.257,00	911.602.123,00	916.962.021,02	888.467.803,26	779.319.192,08	-5.359.898,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2025

PERÍODO

4º TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO

30/01/2026

PAGINA

3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	788.438.257,00	911.802.123,00	916.982.021,02	888.467.603,26	779.319.192,08	-5.359.898,02

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,08	20.488.132,77	18.095.470,42	18.071.667,19	3.342.629,94	3.528.492,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	300,18	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.444.657,08	20.487.832,59	18.095.470,42	18.071.667,19	3.342.329,76	3.528.492,72
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.922.681,19	12.664.173,60	12.531.569,72	221.872,02	3.822.715,27
Investimentos	1.653.475,82	14.922.681,19	12.664.173,60	12.531.569,72	221.872,02	3.822.715,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.098.132,90	35.420.813,96	30.759.644,02	30.603.236,91	3.564.501,96	7.351.207,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	150.747,94	82.560.160,53	82.519.816,20	-	191.092,27
Pessoal e Encargos Sociais	-	75.793.124,44	75.793.124,44	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	150.747,94	8.767.036,09	8.726.691,76	-	191.092,27
DESPESAS DE CAPITAL	15.556,93	209.823,06	174.692,05	-	50.687,94
Investimentos	15.556,93	209.823,06	174.692,05	-	50.687,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	166.304,87	82.769.983,59	82.694.508,25	-	241.780,21

Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2025

PERÍODO

4º TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO

30/01/2026

PAGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2025	2024		2025	2024
Receitas Orçamentárias	936.993,64	1.571.616,81	Despesas Orçamentárias	916.982.021,02	790.425.231,01
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	811.050.309,31	684.166.160,81
Recursos Vinculados	943.411,18	1.692.936,53	Recursos Vinculados	105.911.711,71	106.259.070,20
Educação	2.158,45	484,54	Educação	2.752.032,51	8.727.262,59
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	807.301,46
Fundos, Órgãos e Programas	941.252,73	1.692.451,99	Previdência Social (RPPS)	100.653.423,99	92.756.496,43
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.417,54	-121.319,72	Fundos, Órgãos e Programas	2.506.255,21	3.968.009,72
Transferências Financeiras Recebidas	898.377.823,50	790.014.835,73	Transferências Financeiras Concedidas	810.060,06	1.560.914,20
Resultantes da Execução Orçamentária	843.553.454,52	726.768.047,75	Resultantes da Execução Orçamentária	234.159,76	524.459,01
Repasse Recebido	843.553.454,52	726.768.047,75	Repasse Concedido	234.159,76	203.021,94
Independentes da Execução Orçamentária	54.824.368,98	63.246.787,98	Repasse Devolvido	-	321.437,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	29.960.911,87	39.848.833,34	Independentes da Execução Orçamentária	575.900,30	1.036.455,19
Demais Transferências Recebidas	-	482,10	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.984,00	39.423,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.863.457,11	23.397.472,54	Demais Transferências Concedidas	-	49.800,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	573.916,24	947.231,61
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recbimentos Extraorçamentários	139.337.266,75	119.834.786,27	Recbimentos Extraorçamentários	114.407.358,76	118.284.205,26
Inscrição de Restos a Pagar Processados	109.148.611,18	82.447.180,42	Pagamento de Restos a Pagar Processados	82.694.508,25	78.810.677,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	28.494.217,76	35.420.813,96	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	30.603.236,91	35.593.234,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.105.932,60	1.012.947,02	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.109.613,60	876.256,22
Outros Recbimentos Extraorçamentários	588.505,21	953.824,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	4.137,29
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.863,72	-	Valores Compensados	-	4.137,29
Arrecadação de Outra Unidade	566.462,43	946.747,07			
Valores para Compensação	4.137,29	-			
Demais Recbimentos	16.041,77	7.077,80			
Saldo do Exercício Anterior	65.919.625,68	61.768.757,34	Saldo para o Exercício Seguinte	72.392.269,73	65.919.625,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.919.625,68	61.768.757,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.392.269,73	65.919.625,68
TOTAL	1.104.571.709,57	973.189.976,15	TOTAL	1.104.571.709,57	973.189.976,15

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	919.793.700,86	802.243.278,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	487.792,52	1.131.708,78
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	487.792,52	1.131.708,78
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	904.253.583,82	794.506.576,39
Transferências Intragovernamentais	698.386.075,98	790.014.835,73
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.867.507,54	4.491.740,66
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14.030.393,73	5.218.154,11
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	230.077,28	175.719,26
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.800.316,45	5.042.434,85
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.021.931,09	1.386.839,16
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.021.931,09	1.386.639,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.087.507.303,30	806.134.937,83
Pessoal e Encargos	692.220.725,02	589.917.235,35
Remuneração a Pessoal	542.208.904,71	459.238.720,33
Encargos Patronais	108.124.514,60	92.567.088,27
Benefícios a Pessoal	40.843.679,10	37.009.034,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.046.626,61	1.102.392,68
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	113.116.581,64	100.171.625,16
Aposentadorias e Reformas	96.882.431,22	84.414.721,05
Pensões	11.149.032,27	10.590.902,85
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.075.118,15	5.166.001,26
67.348.718,80	63.843.041,48	
Uso de Material de Consumo	5.744.198,82	7.266.896,60
Serviços	60.938.958,98	55.826.746,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	666.561,00	749.398,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	140.265,69	42.120,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	133.998,15	42.071,36
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.267,54	49,06
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	180.600.674,33	13.479.088,48
Transferências Intragovernamentais	810.060,06	1.557.976,69
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	179.790.614,27	11.921.115,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.765.572,70	16.615.115,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	64.144,23	209.339,77
Incorporação de Passivos	12.263.542,84	16.281.902,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	437.885,63	123.874,00
Tributárias	387.886,64	413.999,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	244.297,77	228.936,61
Contribuições	143.588,87	184.463,19
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.925.878,48	21.653.310,31
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	18.852.386,93	20.675.439,76
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.073.491,55	977.870,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERIODO	-167.713.602,44	-3.891.659,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024

Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.239.258,53	19.617.558,01
INGRESSOS OPERACIONAIS	901.007.391,23	793.553.224,43
Recetta Tributária	-	-
Recetta de Contribuições	-	-
Recetta Patrimonial	4.715,85	5.796,06
Recetta Agropecuária	-	-
Recetta Industrial	-	-
Recetta de Serviços	481.248,52	1.125.863,66
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Recetas Derivadas e Originárias	451.029,27	439.957,09
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	900.070.397,59	791.981.607,62
Ingressos Extraorçamentários	1.105.932,60	1.012.947,02
Transferências Financeiras Recebidas	898.377.823,50	790.014.835,73
Arrecadação de Outra Unidade	566.462,43	946.747,07
Valores para Compensação	4.137,29	-
Demais Recebimentos	16.041,77	7.077,80
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-878.768.132,70	-773.935.666,42
Pessoal e Demais Despesas	-782.300.144,83	-682.815.835,53
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-202.724,33	-323.943,14
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-669.750,95	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-108.245.430,14	-94.702.110,42
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-672.975.541,53	-587.467.690,25
Cultura	-99.999,05	-200.000,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-108.562,55	-122.091,72
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.863,72	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-94.548.314,21	-88.678.523,18
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-94.548.314,21	-88.678.523,18
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.919.673,66	-2.441.307,71
Dispêndios Extraorçamentários	-1.109.613,60	-876.256,22
Transferências Financeiras Concedidas	-810.060,06	-1.560.914,29
Valores Compensados	-	-4.137,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.766.614,48	-15.466.689,67
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-15.766.614,48	-15.466.689,67
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-15.609.890,37	-14.988.441,33
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-156.724,11	-478.248,34
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.472.644,05	4.150.868,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	65.919.625,68	61.768.757,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	72.392.269,73	65.919.625,68

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação criada através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFSC é composto por uma reitoria, 21 campus e 1 campus avançado distribuídos pelo território catarinense. As demonstrações Contábeis Consolidadas do IFSC compreendem essas unidades.

Os campus do IFSC são dotados de autonomia administrativa e oferta própria de cursos. A instituição possui uma única Unidade Gestora que é gerenciada pela Reitoria. A Reitoria, localizada em Florianópolis, está incumbida da administração, coordenação, planejamento e supervisão de todas as atividades da autarquia, conforme diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico da instituição. Informações adicionais a respeito da estrutura organizacional do IFSC podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do endereço: www.ifsc.edu.br.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSC, usualmente conhecidas por Balanço Geral, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)²; as instruções descritas na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP referenciadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O Balanço Geral tem o propósito de apresentar aos usuários e à sociedade os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do IFSC. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os ativos e passivos do IFSC;
2. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada do IFSC;

3. Balanço Financeiro (BF) – evidencia o fluxo financeiro do IFSC;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia o resultado patrimonial do IFSC;
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – evidencia as entradas e saídas de caixa do IFSC.

3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, subordinada ao Ministério da Economia.

A Lei Orçamentária Anual – LOA versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, e compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

No que diz respeito à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um salutar destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às

operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se destacar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Nesse grupo de ajustes está o reconhecimento de passivo de exercícios anteriores. Segundo o art. 37 da Lei nº 4.320/64, as despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem de arrecadação de receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em outras palavras, pode-se descrever execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou na Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está vinculada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária. (<https://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-e-financeira/>)

Por isso, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<https://portaldatransparencia.gov.br/glossario/>)

Restos a Pagar

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Então, os Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nesse momento são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFSC, como também em demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras - a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A

única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa - incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques - compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo - compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

g) Ajuste para perdas da dívida ativa - os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial. De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os

critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) Imobilizado - o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No IFSC, o cálculo e registro não foram iniciados. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Intangíveis - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos Circulantes e Não Circulantes - as obrigações do IFSC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Orçamentário; Financeiro; e patrimonial.

a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial - BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Nesse item serão apresentadas as informações relevantes ocorridas no quarto trimestre de 2025 em comparação ao último trimestre do exercício anterior.

4.1 Caixa e equivalente de caixa

Trata-se do valor disponível para saque na Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil – BACEN, a qual registrou uma redução total de 14,48% em relação ao saldo existente em 31/12/2024. A Tabela 1 apresenta os valores de caixa e equivalente de caixa referente nos trimestres analisados.

Tabela 1 - Caixa e equivalente de caixa – Composição (Em Reais)

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Limite de Saque com Vinculação de Pgto. - OFSS	5.459.854,00	7.750.587,88	-29,56
Limite de Saque c/vinc. Pagto - Ordem Pagto - OFSS	66.909.800,41	58.146.422,48	15,07
Garantias	22.615,32	22.615,32	0,00
TOTAL	72.392.269,73	65.919.625,68	-14,48

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Os dados constantes na Tabela 1 correspondem a recursos financeiros disponíveis para utilização imediata ou ainda sujeitos à autorização do ordenador de despesa e do gestor financeiro para execução, por meio da emissão de Ordem Bancária (OB). A tabela também inclui montantes referentes a depósitos de garantias contratuais. Observa-se, ainda, que os limites de saque vinculados a pagamentos apresentaram altos valores em ambos os períodos analisados.

Os valores apresentados à título de Limite de Saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento OFSS são recursos destinados à folha de pagamento, portanto, neste conceito está explicado os valores expressivos. Também decorre do recebimento de recursos financeiros no último dia útil de cada mês, desse modo, as ordens bancárias destinadas ao pagamento da folha dos servidores são geradas apenas no dia seguinte, assim, no ato de encerramento dos períodos analisados a conta caixa e equivalente possuía saldo financeiro para honrar com os compromissos relacionados à folha de pagamento de pessoal.

Ainda, se observa que a evolução total foi negativa em decorrência da redução de quase 30% no Limite de Saque com vinculação de pagamento.

4.2 Créditos a curto prazo

Essa conta é composta por valores decorrentes de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a exemplo, os adiantamentos concedidos a pessoal, adiantamentos concedidos à supridos, depósitos judiciais, valores a receber

provenientes de devolução de despesa e adiantamentos relacionados à Termos de Execução Descentralizada (TED). A Tabela a seguir apresenta a composição da conta.

Tabela 2 – Créditos a curto prazo – composição (Em Reais)

Créditos a curto prazo	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Adiantamentos concedidos a pessoal (Salários e ordenados)	2.243.886,76	1.874.837,53	19,68
Depósitos Judiciais	1.575,92	1.575,92	0,00
Valores a receber por devolução de despesa	5.632,59	5.632,59	0,00
Adiantamentos TED	967.187,58	791.646,34	22,17
Adiantamento Concedido Suprimento de Fundos	9.000,00	-	100,00
TOTAL	3.227.282,85	2.673.692,38	20,71

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

O item que mais se destaca numa comparação entre os períodos analisados é o de Adiantamento a título de Concessão de Suprimento de Fundos, que consta no valor de R\$ 9.000,00 ao final de 2025, o que denota uma evolução de 100% em relação ao final do exercício anterior. A situação ideal é que não houvesse valor neste item ao final do período, situação que deve ser corrigida e que demanda mais controle para que não ocorra em outros períodos.

Os saldos de “Depósitos Judiciais” e de “Valores a receber por devolução de despesa” mantiveram-se estáveis no decorrer dos dois trimestres analisados e precisam passar por verificações quanto à manutenção dos respectivos valores.

4.3 Estoques

Os valores apresentados na conta de estoques se referem a mercadorias que se destinam ao consumo interno das unidades, empregados na prestação de serviços de ensino e de suporte às atividades de ensino, bem como das atividades-meio/administrativas. Em 31/12/2025 o estoque do IFSC contemplava valores na conta materiais de consumo totalizando R\$ 1.191.476,98, uma redução significativa de 38,31% quando comparado ao quarto trimestre de 2024.

Percebe-se que os grupos com maiores valores se mantêm os mesmos ao longo do tempo, entretanto, há uma redução do estoque em todos os grupos. A Tabela a seguir apresenta a composição da conta materiais de consumo com ênfase nos saldos das contas-correntes mais expressivas.

Tabela 3 – Materiais de Consumo – Por Conta-Corrente (Em Reais)

Conta Corrente	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Material de expediente	432.779,99	732.894,49	-40,95
Material de Tecnologia da Informação	231.274,34	270.072,35	-14,37
Material para copa e cozinha	140.169,30	124.722,81	12,38
Material elétrico e eletrônico	99.317,63	171.151,83	-41,97
Material para manutenção de			

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Destaca-se, ainda, a conta 'Outros Materiais de Consumo', que ao final do último trimestre de 2024 apresentava saldo. Esse montante teve origem em valores remanescentes do exercício anterior, decorrentes de um processo de reclassificação contábil relacionado ao reaproveitamento de bens em processo de desfazimento, destinados a atividades didáticas em um Campus da instituição. Durante o segundo trimestre de 2025, esse saldo passou por regularização contábil, e, considerando o valor, foi a principal responsável pela redução do saldo global.

Se observa também que a maior parte dos grupos com valor mais expressivo sofreu redução quando comparado os períodos - essa redução se deu especialmente por conta da adesão ao serviço de Almojarifado Virtual Nacional, vigente na instituição desde março/2025.

4.4 Imobilizado

O imobilizado do IFSC é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial desses bens ocorre com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, segundo a legislação, estes itens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em 31/12/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$ 691.522.422,98 relacionados ao imobilizado total (descontada a depreciação/amortização/exaustão acumulada), o que representa quase 90% do total do Ativo, divididos em 66% relativo a bens imóveis e o restante a bens móveis. Como pode ser observado, houve uma pequena redução de 13% no valor total do imobilizado.

As alterações no item de bens imóveis compreende uma sucessão de eventos ao longo do exercício de 2025, como aquisição de terreno para a construção do Campus São Lourenço do Oeste, redução na conta 123210413 (terrenos) devido a devolução de uma cessão de bens à Superintendência do Patrimônio da União (SPU) no valor de R\$ 172.070.060,00 (conta 123210107) referente ao Campus Florianópolis. Esse fato ocorreu para que no futuro breve, este bem seja remetido ao IFSC novamente.

Tabela 4 – Composição do Imobilizado

(Em Reais)

Imobilizado	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Bens Móveis	235.264.928,16	223.408.148,89	5,31
(+) Valor Bruto Contábil	235.265.203,18	223.408.423,91	5,31
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	-275,02	-275,02	0,00
Bens Imóveis	456.257.494,82	571.532.911,98	-20,17
(+) Valor Bruto Contábil	453.080.604,46	574.049.778,47	-21,07
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	3.176.890,36	-2.516.866,49	-226,22
Total	691.522.422,98	794.941.060,87	-13,01

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Em relação à depreciação dos bens móveis, o IFSC está passando por um processo de customização do sistema de controle patrimonial, e a partir de então, a depreciação está sendo apurada neste sistema patrimonial para que em um breve momento futuro seja possível a contabilização desse valor.

A depreciação dos bens imóveis sofreu alteração com aumento de 226,22% entre os períodos analisados, especialmente por conta de diversas análises de avaliação que estavam pendentes de regularização. Esta rubrica será mais bem detalhada quanto à alteração na seção específica.

4.4.1 Bens Móveis

Em 31/12/2025, os bens móveis do IFSC totalizavam R\$ 235.265.203,18, um pequeno aumento de 5,31% nesse período em comparação ao último trimestre de 2024, de R\$ 223.408.423,91. Como pode ser observado, o grupo de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação é a conta com maior valor em ambos os períodos analisados - e a sequência das contas com valor mais expressivo não se alterou dentre os períodos para os primeiros itens analisados.

Conforme já mencionado anteriormente, o valor da depreciação acumulada dos bens móveis não se alterou por conta de a Instituição está em processo de criação e customização de um relatório que sirva de documento basilar para os devidos registros contábeis no SIAFI.

Tabela 5 – Composição dos Bens Móveis

(Em Reais)

Bens Móveis	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
EQUIP DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	74.200.527,24	68.018.481,03	9,09
MOBILIÁRIO EM GERAL	29.132.642,03	28.994.512,49	0,48
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	20.972.571,15	20.687.515,98	1,38
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	17.838.723,31	17.506.686,11	1,90
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	12.175.116,85	11.517.187,64	5,71
EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLOGIA	10.835.713,79	10.687.685,66	1,39
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO	29.706,99	29.706,99	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	70.080.201,82	65.966.648,01	6,24
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-275,02	-275,02	0,00
Total	235.265.203,18	223.408.423,91	5,31

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

A composição dos bens móveis registrados no IFSC não apresentaram grandes evoluções nos valores; com destaque para Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação com aumento de 9,09% e no item Aparelhos e Utensílios Domésticos com 5,71%; e nenhuma redução analisada por meio da Tabela 5.

A outra situação que merece destaque se refere ao valor constante na conta Bens Móveis em Trânsito - relativamente a bens doados via SIAFI, e que ainda estão pendentes de regularização, no valor de R\$ 29.706,99. O valor pendente se refere à pendência do recebimento por parte de outro órgão que recebeu a doação do IFSC desde dezembro/2024. Já foi solicitada a regularização por diversas vezes via e-mail, contatos com diversos setores, e ainda não se obteve êxito quanto à situação.

Por fim, cabe ressaltar que a gestão administrativa está ciente da importância e necessidade de prioridade quanto ao controle dos bens móveis, e, neste sentido, concretizou-se uma capacitação acerca da gestão dos bens móveis em dezembro/2025 contando com a participação de gestores patrimoniais e contadores dos Campus e Reitoria.

4.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFSC somavam um montante líquido total, em 31/12/2025, de R\$ 449.903.714,10 sendo que os bens de uso especial, ou seja,

aqueles registrados no sistema gerencial de controle dos bens imóveis - SPIUnet, correspondem à maior proporção deste valor, correspondendo a 69% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão neste período.

Os bens móveis de Uso Especial apresentaram uma queda em decorrência da devolução de cessão do prédio do Campus Florianópolis à SPU, baixa total no valor de R\$172.070.060,00. Como já mencionado anteriormente, esta cessão precisou ser formalizada para posterior inclusão como bem doado ao IFSC.

Por outro lado, houve aumento na conta de Bens Dominicais (68,90%), em decorrência da aquisição de um terreno para a construção do Campus São Lourenço do Oeste, no valor de R\$ 2.269.000,00 no início do exercício de 2025.

Como o valor da baixa da cessão foi expressivamente maior do que o valor da aquisição, por consequência se verificou uma redução no valor total do imobilizado, de 21,28%.

Tabela 6 – Composição dos Bens Imóveis (Em Reais)

Bens Imóveis	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Bens de Uso Especial	310.152.265,96	438.338.166,44	-29,24
Bens Dominicais	5.562.000,00	3.293.000,00	68,90
Bens Imóveis em Andamento	113.329.585,50	108.381.859,03	4,57
Instalações	24.036.753,00	24.036.753,00	0,00
Deprec./Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-3.176.890,36	-2.516.866,49	26,22
Total	449.903.714,10	571.532.911,98	-21,28

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

O saldo da conta de Bens Imóveis em Andamento apresentou pequena evolução em decorrência de obras em andamento considerando os períodos analisados. Cabe destacar que esta conta precisa de análise e baixa dos valores que não são mais devidos - em decorrência das obras finalizadas.

4.4.3 Depreciação acumulada

Conforme mencionado no item 4.4, em relação à depreciação dos bens móveis, o IFSC está com uma situação bastante peculiar e promissora. No último trimestre de 2024 ainda não se executava a depreciação e nem o reconhecimento contábil, em decorrência da inexistência dessa sistemática nos sistemas de controle patrimonial da instituição.

Entretanto, no mês de setembro de 2025, em decorrência de uma força tarefa e colaborativa entre setor de gestão e setores técnicos, foi possível a realização de melhorias no sistema de controle patrimonial que abarca todos os Campus da

Instituição (exceto Reitoria); e desde então, a depreciação é apurada no sistema patrimonial; mas, ainda precisando e trabalhando na criação de alguns relatórios que permitam registrar a depreciação no sistema SIAFI. Esse procedimento será de grande valia para demonstrar valor mais próximo da realidade em relação ao efetivo valor dos bens móveis na Instituição.

Neste sentido, cabe ressaltar que a depreciação dos bens móveis ainda não se encontra viabilizada para fins de registros contábeis devidos. A perspectiva é que haja um trabalho em conjunto com as áreas estratégicas no início do exercício de 2026 para resolução dessa demanda.

Já em relação à depreciação dos bens imóveis, esta sofreu alteração com aumento de 26,22% entre os períodos analisados. Esta rubrica será mais bem detalhada quanto à alteração na seção específica. Ainda, cabe salientar que a depreciação dos bens imóveis é realizada com base nas informações advindas do sistema SPIUnet, e é registrada diretamente pela STN; ou em caso de transferência de depreciação de imóvel baixado contabilmente, como no caso da devolução de cessão do Campus Florianópolis.

4.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (para os de vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 31/12/2025, o IFSC apresentou um saldo de R\$5.556.669,54 relacionados ao intangível. Deste valor, 88,90% corresponde a softwares com vida útil definida, entretanto, a evolução na conta durante os períodos analisados foi de apenas 1,60% entre o último trimestre de 2025 e o último de 2024.

Por outro lado, a conta de softwares com vida útil indefinida compreende quase 11,21% do total de intangíveis, mas, vem apresentando um aumento ao longo dos trimestres, e a evolução positiva entre os períodos analisados foi de 17,55%. Assim, observa-se aquisições mais recorrentes em softwares com vida útil indefinida, conforme pode ser observado por meio da Tabela 7.

Tabela 7 – Composição dos Intangíveis

(Em Reais)

Intangíveis	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Software com Vida Útil Definida	4.939.854,72	4.862.069,41	1,60
Software com Vida Útil Indefinida	623.105,82	530.067,80	17,55
Amortização Acumulada	-6.291,00	-6.291,00	0,00
TOTAL	5.556.669,54	5.385.846,21	3,17

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à amortização acumulada, para a qual se mantém, ao longo de todo o período analisado devido à ausência de registros contábeis, uma vez que o sistema de controle patrimonial atualmente não conta com a apropriação da amortização. Tal situação decorre da limitação dos sistemas de controle patrimonial atualmente utilizados, os quais não possuem funcionalidade para o reconhecimento da amortização de bens intangíveis. Em razão disso, não foram efetuados lançamentos contábeis relacionados a esse tipo de despesa no período analisado.

Entretanto, temos perspectivas de, similar à customização do sistema ocorrida para a parte de gestão de bens móveis, que será feita em breve customizações para a parte de controle de intangíveis.

4.6 Obrigações

Os saldos a seguir representam os valores correspondentes ao passivo circulante do IFSC e se resumem às obrigações com a folha de pagamento, fornecedores e credores nacionais a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo e demais obrigações. A tabela 8 apresenta a composição das obrigações do IFSC.

Tabela 8 – Composição das Obrigações (Passivo Circulante) (Em Reais)

Obrigações	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	73.174.527,22	55.501.041,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	147,85	147,85
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.382.485,25	1.800.611,37
Taxa de Fiscalização de Poder de Polícia	206,06	199,28
Demais Obrigações a Curto Prazo	107.356.097,66	99.893.232,08
Total	181.913.464,04	157.195.232,49

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

As obrigações a curto prazo do IFSC mais representativas são as Demais Obrigações contemplando a maior parte do Passivo Circulante (PC) em ambos os períodos analisados. No quarto trimestre de 2025 representou 59% do total do PC e ao final do último trimestre de 2024 correspondia a pouco mais de 63%; portanto, percebe-se uma pequena redução, ocasionada por maiores valores relativos a folha sempre ao final dos exercícios financeiros.

O segundo item mais expressivo dentro do Passivo Circulante consiste nas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar, representando 40% e 35%. respectivamente para os períodos analisados de 2025 e 2024. Este valor refere-se especialmente ao montante de salários, remunerações e benefícios, também com remuneração de férias, além do que, a execução dos passivos trabalhistas, previdenciárias e de assistência ocorre sempre no início de cada mês, mas são contabilizadas no final do mês anterior, justificando assim, os saldos a pagar ao final de cada mês.

Fazendo uma análise comparativa entre os períodos analisados, se observa que ao final do exercício de 2025, a instituição conseguiu honrar os compromissos com os fornecedores de maneira mais satisfatória do que no mesmo período do exercício anterior, representado por uma queda de 23,22% neste item. A variação total dos itens de Obrigações, conforme a Tabela 8, foi de pouco mais de 15%, alavancado especialmente pelas Obrigações trabalhistas.

4.6.1 Fornecedores e Credores

Em 31/12/2025, o IFSC apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.382.485,25 relacionados com fornecedores e contas a pagar representando uma redução de mais de 23% quando comparado ao saldo de 31/12/2024. Essa redução demonstra o compromisso cumprido junto a fornecedores, tendo como cenário positivo maior na situação atual. A seguir, apresenta-se a tabela com o detalhamento dos valores em curto prazo e fornecedores nacionais.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

(Em Reais)

Fornecedores / Credores	31/12/2025	31/12/2024
Curto Prazo – Fornecedores/Credores - Nacionais	1.377.874,43	1.800.535,68
Curto Prazo – Fornecedores/Credores – Inter Municipais	4.610,82	75,69
Total	1.382.485,25	1.800.611,37

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Quando analisados os saldos de valores devidos a órgãos e entidades, observa-se que a situação de 31/12/2024 estava bem mais satisfatória, pois havia apenas R\$ 75,69 a recolher para os cofres públicos municipais, tendo este valor elevado em 5.991% em decorrência do valor em aberto junto a órgãos públicos municipais no valor de R\$ 4.610,82.

Todo este valor precisa ser regularizado, inclusive e especialmente se houver algo relativo ao exercício de 2024.

Em relação aos fornecedores, ainda, destaca-se que grande parte são empresas que firmaram contratos de prestação de serviços continuados com a instituição. A tabela 10 contempla os fornecedores do IFSC com valores mais expressivos a receber em 31/12/2025.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor - Dez/2025 (Em Reais)

Fornecedores/Credores	31/12/2025
CELESC DISTRIBUICAO S.A	301.801,69
EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIARIOS LTDA.	167.000,00
VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	109.194,36
INVIOSAT SEGURANCA LTDA FALIDO	88.683,42
FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	76.175,18
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	75.566,54
MJA&A EDIFICACOES LTDA	68.936,91
COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN	65.529,79
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	54.354,62
MARIAS PADARIA, CONFEITARIA E RESTAURANTE LTDA	40.037,40
DEMAIS FORNECEDORES	335.205,34
Total	1.382.485,25

Fonte: SIAFI (2025).

Observa-se que os dez primeiros credores compõem valores expressivos de crédito junto ao IFSC, juntos somam a quantia de R\$ 1.047.279,91, correspondendo a 76% do valor total.

4.7 Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais do IFSC apresentaram um aumento de pouco mais de 30% considerando o valor total do último trimestre de 2024 em relação ao quarto exercício de 2025. Essa evolução se deve basicamente a todos os itens, que apresentaram evolução em alguma medida, com destaque para os itens de Aluguéis e Serviços que apresentaram aumento de 37,35% e 30,71%, respectivamente.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição

(Em Reais)

Obrigações Contratuais	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal %
Aluguéis	1.380.041,13	1.004.743,71	37,35
Fornecimento de Bens	17.442.152,58	13.513.734,84	29,07
Seguros	596.911,40	529.458,73	12,74
Serviços	119.861.001,27	91.698.146,83	30,71
Total	139.280.106,38	106.746.084,11	30,48

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

4.8 Precatórios

Em 31/12/2025 o IFSC possuía o valor de R\$ 1.160.042,00 no Passivo a Longo Prazo e este valor se refere na sua totalidade a precatório, abrangido pela conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Longo Prazo – mesma situação verificada em dezembro/2024.

Tabela 12 – Valor de precatórios – Composição de Passivo de Longo Prazo

(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Não Circulante	1.160.042	1.160.042
Precatórios de Pessoal	1.160.042	1.160.042
Total	1.160.042	1.160.042

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Este valor se refere a precatórios de pessoal e advém de saldo registrado no exercício de 2003 decorrente de cancelamento de RP inscritos em 2001, bem como de exercícios anteriores, não pagos até 31/12/2002 (instrução conforme Decreto 4526/2002).

4.9 Provisões

Em 31/12/2025 o IFSC não possui nenhum valor registrado a título de provisões de curto ou de longo prazo.

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

O Balanço Orçamentário (BO) é a demonstração contábil que registra tanto as receitas previstas e efetivamente arrecadadas quanto as despesas autorizadas e realizadas. A seguir, apresentam-se as informações pertinentes relativas ao quarto trimestre de 2025.

As receitas efetivamente realizadas totalizaram R\$936.993,64, enquanto as despesas empenhadas, incluindo as correntes e de capital, alcançaram R\$916.962.021,02, conforme pode ser observado nos totais de Despesas Orçamentárias. Esse cenário resultou em um déficit orçamentário de R\$ 916.025.027,38, conforme pode ser observado na tabela a seguir. Em relação às receitas realizadas **vide Tabela 17 (Total de Ingressos) e Tabela 21 (Fluxo de caixa das atividades operacionais)**.

Tabela 13 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica

(Em Reais)

Balanço Orçamentário	Realizadas
Receitas Correntes	936.993,64
Receitas de Capital	-
Total das Receitas	936.993,64
Despesas Correntes Empenhadas	906.043.643,48
Despesas de Capital Empenhadas	10.918.377,54
Total das Despesas	916.962.021,02

Superávit/(Déficit)	(916.025.027,38)
----------------------------	--------------------------

Fonte: SIAFI (2025).

Essa diferença se justifica porque a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas, inclui apenas os valores das receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, excluindo os créditos orçamentários recebidos que correspondem às despesas previstas na Dotação Atualizada.

Quanto às despesas empenhadas, a maior parte está concentrada em despesas de pessoal e encargos sociais, que representam 83,90% do total. Enquanto as despesas de capital compõem apenas 1,19% do total das despesas empenhadas.

Tabela 14 – Dotação Atualizada por Ação de Governo

(Em Reais)

Ação Governo		Dotação Atualizada 3T	Dotação Atualizada 4T	Variação	%
0181	Aposentadorias e pensões civis da união	107.797.203	110.136.674	2.339.471	2,17%
09HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações	94.134.909	99.872.561	5.737.652	6,10%
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis	7.162.968	7.162.968	0	0%
20TP	Ativos civis da união	526.136.864	560.573.682	34.436.818	6,55%
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis	41.007.874	41.496.209	488.335	1,19%
216H	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia	110.495	93.207	-17.288	-15,65%
4572	Capacitação de servidores públicos federais	438.172	387.016	-51.156	-11,67%
4641	Publicidade de utilidade pública	594.247	577.576	-16.671	-2,81%
00S6	Benefício especial - lei n. 12.618, de 2012	13.000,00	13.000,00	0	0,00%
00PW	Contribuições regulares a entidades ou organismos nacionais	146.553	110.791	-35.762	-24,40%
20RG	Reestruturação e modernização das instituições	480.628	480.628	0	0%
20RL	Funcionamento das instituições	68.548.787	71.240.953	2.692.166	3,93%
21B3	Fomento as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação	1.200.000	1.191.492	-8.508	-0,71%
2994	Assistência aos estudantes das instituições	18.265.600	18.265.366	-234	0,00%
Total		866.037.300	911.602.123	45.564.826	5,26%

Fonte: (SIAFI, 2025).

A Tabela 14 evidencia uma variação total de R\$ 45.564.826 (5,26%) entre o 3º e o 4º trimestres de 2025, indicando ajustes no orçamento geral. Dentre as ações com maior impacto positivo, destaca-se a 20TP (Ativos civis da união), com um aumento de 6,55%. Por outro lado, a 4572 (Capacitação de servidores públicos federais) teve a maior redução absoluta, com menos R\$ 51.156 (-11,67%).

Tabela 15 – Despesas Empenhadas até o Quarto Trimestre de 2025

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Análise Horizontal
Despesas Correntes	784.502.089,00	903.479.110,00	906.043.643,48	100,28%
Pessoal e Encargos Sociais	655.294.374,00	770.595.917,00	769.277.774,74	99,83%
Outras Despesas Correntes	129.207.715,00	132.883.193,00	136.765.868,74	102,92%
Despesas De Capital	3.934.168,00	8.123.013,00	10.918.377,54	134,41%
Investimentos	3.934.168,00	8.123.013,00	10.918.377,54	134,41%
Total	788.436.257,00	911.602.123,00	916.962.021,02	100,59%

Fonte: SIAFI (2025).

As despesas empenhadas até o quarto trimestre para Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$769.277.774,74 representam 99,83% da dotação atualizada. Esse percentual elevado reflete a natureza essencial e obrigatória destes gastos.

O grupo das Outras Despesas Correntes inclui despesas não obrigatórias destinadas ao funcionamento da instituição. Até o encerramento do exercício de 2025 foram empenhados recursos no valor de R\$136.765.868,74, que correspondem a 102,92% da dotação atualizada. As despesas de capital empenhadas até o quarto trimestre somaram R\$10.918.377,54, cujo montante representa 134,41% da dotação atualizada.

5.1 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar são despesas que foram regularmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente. São classificados em duas categorias: Restos a Pagar não Processados (RPNP), que correspondem a despesas ainda a serem liquidadas ou em processo de liquidação; e Restos a Pagar Processados (RPP), que se referem a despesas já liquidadas. A seguir, o quadro detalha a execução dos RPNP até o quarto trimestre do ano de 2025.

Tabela 16 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

(Em Reais)

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	4.444.657,08	20.498.132,77	18.095.470,42	18.071.667,19	3.342.629,94	3.528.492,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,18	-	-	300,18	-
Outras Despesas Correntes	4.444.657,08	20.497.832,59	18.095.470,42	18.071.667,19	3.342.329,76	3.528.492,72
DESPESAS DE CAPITAL	1.653.475,82	14.922.681,19	12.664.173,60	12.531.569,72	221.872,02	3.822.715,27
Investimentos	1.653.475,82	14.922.681,19	12.664.173,60	12.531.569,72	221.872,02	3.822.715,27
TOTAL	6.098.132,90	35.420.813,96	30.759.644,02	30.603.236,91	3.564.501,96	7.351.207,99

Fonte: SIAFI (2025).

No encerramento do quarto trimestre de 2025, o IFSC apresentou um total de R\$35.420.813,96 em restos a pagar não processados inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, além de R\$6.098.132,90 inscritos em exercícios anteriores. Desse montante total de R\$41.518.946,86, foram liquidados R\$30.759.644,02, o que representa 74,09% dos valores inscritos.

Dentre as despesas correntes, observa-se que a maior parte dos valores inscritos refere-se a outras despesas correntes, com R\$20.497.832,59 inscritos ao final de 2025 e R\$4.444.657,08 de exercícios anteriores. Foram liquidados R\$18.095.470,42 e pagos R\$18.071.667,19, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente 99,87% dos valores liquidados, sinalizando bom desempenho na conclusão desses compromissos.

No que diz respeito às despesas de capital, destaca-se um total inscrito de R\$14.922.681,19 no fim de 2025, acrescido de R\$ 1.653.475,82 de exercícios anteriores. Desse montante, R\$ 12.664.173,60 foram liquidados e R\$ 12.531.569,72 foram pagos, o que representa uma taxa de pagamento de aproximadamente 98,95% dos valores liquidados, evidenciando um bom grau de execução financeira.

6. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Tabelas 17 e 18 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no quarto trimestre de 2025.

Tabela 17 – Total dos Ingressos

(Em Reais)

INGRESSOS	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal (%)	Análise Vertical (%)
Receitas Orçamentárias	936.993,64	1.571.616,81	(40,38)	0,08
Transferências Financ. Recebidas	898.377.823,50	790.014.835,73	13,72	81,33
Recebimentos Extra-Orc.	139.337.266,75	119.834.766,27	16,27	12,61
Saldo do Exercício	65.919.625,68	61.768.757,34	6,72	5,97
TOTAL	1.104.571.709,57	973.189.976,15	13,50	100

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Os ingressos tratam de recursos de repasses recebidos e destinados aos pagamentos de restos a pagar.

Com relação aos ingressos, no quarto trimestre de 2025, observa-se que para as receitas orçamentárias houve um decréscimo de 40,38% em relação ao mesmo período de 2024. As receitas orçamentárias correspondem a 0,08% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras recebidas houve um acréscimo de 13,72% em

relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras recebidas correspondem a 81,33% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que para os recebimentos extra-orçamentários houve um acréscimo de 16,27% em relação ao mesmo período de 2024. Os recebimentos extra-orçamentários correspondem a 12,61% do total dos ingressos.

Com relação aos ingressos, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que para o saldo do exercício houve um acréscimo de 6,72% em relação ao mesmo período de 2024. O saldo do exercício corresponde a 5,97% do total dos ingressos.

Tabela 18 – Total dos Dispêndios

(Em Reais)

DISPÊNDIOS	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal (%)	Análise Vertical(%)
Despesas Orçamentárias	916.962.021,02	790.425.231,01	16,01	83,02
Transferências Financ.Concedida	810.060,06	1.560.914,20	(48,10)	0,07
Pagamentos Extra-Orça	114.407.358,76	115.284.205,26	(0,76)	10,36
Saldo para o Exercício	72.392.269,73	65.919.625,68	9,82	6,55

TOTAL	1.104.571.709,57	973.189.976,15	13,49	100,00

Fonte: (SIAFI, 2025; 2024).

Os dispêndios tratam-se de despesas, basicamente, relativas à seguridade social, previdência social e manutenção das atividades de educação.

Com relação aos dispêndios, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que para as despesas orçamentárias houve um acréscimo de 16,01% em relação ao mesmo período de 2024. As despesas orçamentárias correspondem a 83,02% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que para as transferências financeiras concedidas houve um decréscimo de 48,10% em relação ao mesmo período de 2024. As transferências financeiras correspondem a 0,07% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que para os pagamentos extra-orçamentários houve um decréscimo de 0,76% em relação ao mesmo período de 2024. Os pagamentos extra-orçamentários correspondem a 10,36% do total dos dispêndios.

Com relação aos dispêndios, no quarto trimestre de 2025, verifica-se que quanto ao saldo para o exercício houve um acréscimo de 9,82% em relação ao mesmo período de 2024. Os saldos para o exercício correspondem a 6,55% do total dos dispêndios.

Ao analisar a evolução dos totais dos ingressos do quarto trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 13,49%. Já, ao analisar os dispêndios do quarto trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, verifica-se que houve um acréscimo de 13,49%.

O resultado financeiro no quarto trimestre pode ser obtido mediante a aplicação de 2 métodos. O primeiro, pela soma dos ingressos, exceto caixa, deduzindo-se os dispêndios, exceto caixa. O segundo método consiste na dedução do saldo de caixa para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Para

o final do quarto trimestre de 2025 foi identificado um resultado positivo de aproximadamente R\$ 6,5 milhões.

7. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas

(Em Reais)

VPA	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal (%)	Análise Vertical (%)
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito	487.792,52	1.131.708,78	(56,89)	0,05
Transferência e delegações recebidas	904.253.583,52	794.506.576,39	13,81	98,31
Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	14.030.393,73	5.218.154,11	168,88	1,53
Outras variações patrimoniais aumentativas	1.021.931,09	1.386.839,16	(26,31)	0,11
Totais	919.793.700,86	802.243.278,44	14,65	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, a Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direito no quarto trimestre tiveram um decréscimo de 56,89% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,05% do total da VPA.

Com relação às Transferências e Delegações Recebidas no quarto trimestre de 2025 houve um acréscimo de 13,81% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 98,31% do total da VPA.

Com relação a Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos no quarto trimestre de 2025 houve um acréscimo de 168,88% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,53% do total da VPA.

Com relação a Outras Variações Patrimoniais no quarto trimestre de 2025 houve um decréscimo de 26,31% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,11% do total da VPA.

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas

(Em Reais)

VPD	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal(%)	Análise Vertical(%)
Pessoal e encargos	692.220.725,02	589.917.235,35	17,34	63,65
Benefícios previdenciários e assistenciais	113.116.581,64	100.171.625,16	12,92	10,40
Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	67.349.718,80	63.843.041,48	5,49	6,19
Variações patrimoniais diminutivas Financeiras	140.265,69	42.120,42	233,01	0,01

Transferência e delegações concedidas	180.600.674,33	13.479.089,48	1.239,96	16,61
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	12.765.572,70	16.615.115,83	(23,17)	1,17
Tributárias	387.886,64	413.399,80	(6,17)	0,04
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.925.878,48	21.653.310,31	(3,36)	1,92
Totais	1.087.507.303,30	806.134.937,83	34,91	100,00

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

Nas variações Patrimoniais Diminutivas, Pessoal e Encargos no quarto trimestre houve um acréscimo de 17,34% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 63,65% do total da VPD.

Com relação aos Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no quarto trimestre houve um acréscimo de 12,92% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 10,40% do total da VPD.

Com relação ao Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, no quarto trimestre houve um acréscimo de 5,49% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 6,19% do total da VPD.

Com relação às Variações patrimoniais diminutivas Financeiras, no quarto trimestre houve um acréscimo de 233,01% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,01% do total da VPD.

Com relação a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no quarto trimestre houve um decréscimo de 23,17% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,17% do total da VPD.

Com relação às tributárias, no quarto trimestre houve um decréscimo de 6,17% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 0,04% do total da VPD.

Com relação às Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no quarto trimestre houve um decréscimo de 3,36% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, representa 1,92% do total da VPD.

Ainda, quanto às Transferência e delegações concedidas, no quarto trimestre de 2025, o acréscimo de 1.239,96% observado em relação ao mesmo período de 2024, é refletido pelas seguintes contas:

Tabela 21 - Transferência e delegações concedidas

(Em reais)

VPD	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal(%)	Análise Vertical(%)
Transferências Intragovernamentais	810.060,06	1.557.973,69	(48,00)	0,45
Outras Transferências e Delegações Concedidas	179.790.614,27	11.921.115,79	1.408,39	99,55

Fonte: SIAFI (2025, 2024).

8. Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

O fluxo de caixa é dividido em 3 partes: fluxo das atividades operacionais, fluxo das atividades de investimento e fluxo das atividades de financiamento.

Sendo que 100% dos ingressos do fluxo de caixa foram efetuados através do fluxo de caixa das atividades operacionais, já na parte de desembolsos observa-se que 98,21% ocorreram nas atividades operacionais e 1,95% nas atividades de investimento.

No fluxo de caixa das atividades operacionais, a receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas pertencente a Outros Ingressos Operacionais, com aproximadamente R\$898,4 milhões que representam 99,71% dos ingressos das atividades operacionais e um acréscimo de 13,72% em relação ao mesmo período do ano de 2024.

Em segundo lugar, destaca-se a Receita de Serviços, com aproximadamente R\$481,2 mil que representam 0,05% dos ingressos das atividades operacionais e um decréscimo de 57,26% em relação ao mesmo período de 2024.

Em terceiro lugar, as Outras Receitas Derivadas e Originárias, com aproximadamente R\$451,0 mil que representam 0,05% dos ingressos das atividades operacionais e um acréscimo de 2,51% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 22 – Fluxo de caixa das atividades operacionais

(Em Reais)

INGRESSOS	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal(%)	Análise Vertical(%)
Receita Patrimonial	4.715,85	5.796,06	(18,64)	0,00
Receita de Serviços	481.248,52	1.125.863,66	(57,26)	0,05
Outras Receitas Derivadas e Originárias	451.029,27	439.957,09	2,51	0,05
Ingressos extraorçamentários	1.105.932,60	1.012.947,02	9,18	0,12
Transferencias financeiras recebidas	898.377.823,50	790.014.835,73	13,72	99,71
Arrecadação de outra unidade	566.462,43	946.747,07	(40,17)	0,06

Valores para Compensação	4.137,29	-	N/A	0,00
Demais Recebimentos	16.041,77	7.077,80	126,64	0,00
Totais	901.007.391,23	793.553.224,43	13,54	100,00

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Quanto aos desembolsos, a maior parte, aprox. R\$ 782,3 milhões é vinculada à rubrica Pessoal e Demais Despesas, que corresponde a 89,02% do total, com acréscimo de 14,57% em relação ao mesmo período de 2024.

Esta conta contábil representa o somatório de: Em primeiro lugar o item relativo à Educação, de aprox. 673,0 milhões, corresponde a 76,59% do total e um acréscimo de 14,55% em relação ao mesmo período de 2024. Em segundo lugar, Previdência Social, com aprox. 108,2 milhões, correspondendo a 12,32% do total e um acréscimo de 14,30% em relação ao mesmo período de 2024. Em terceiro lugar, destaca-se Transferências Concedidas – Intragovernamentais, com aprox. 94,5 milhões, correspondendo a 10,76% do total e um acréscimo de 6,62% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 23 - Fluxo de caixa das atividades operacionais - Pessoal e Demais Despesas

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal (%)	Análise Vertical (%)
Pessoal e Demais Despesas	(782.300.144,83)	(682.815.835,53)	14,57	89,02

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Tabela 24 - Fluxo de caixa das atividades operacionais - Demais contas

(Em reais)

DESEMBOLSOS	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal(%)	Análise Vertical(%)
Administração	(202.724,33)	(323.943,14)	(37,41)	0,02
Segurança Pública	(669.750,95)	-	N/A	0,08
Previdência Social	(108.245.430,14)	(94.702.110,42)	14,30	12,32
Educação	(672.975.541,53)	(587.467.690,25)	14,55	76,59
Cultura	(99.999,05)	(200.000,00)	(50,00)	0,01
Encargos especiais	(108.562,55)	(122.091,72)	(11,08)	0,01
Ordens Bancárias não sacadas	1.863,72	-	N/A	(0,00)
Transferências Concedidas - Intragovernamentais	(94.548.314,21)	(88.678.523,18)	6,62	10,76
Dispendios Extra-orçamentário	(1.109.613,60)	(876.256,22)	26,63	0,13
Transferencias Financeiras Concedidas	(810.060,06)	(1.560.914,20)	(48,10)	0,09

Totais	(878.768.132,70)	(773.935.666,42)	13,55	100,00
---------------	-------------------------	-------------------------	--------------	---------------

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. Não houve receita neste grupo e a despesa mais representativa foi a Aquisição de Ativo não Circulante, com aproximadamente R\$ 15,6 milhões que representa 99,01% do total e um acréscimo de 4,15% em relação ao mesmo período de 2024. Ainda, outros desembolsos de investimentos em 2025 somam aprox. R\$ 156,7 mil, o que representa 0,99% do total e decréscimo de 67,23% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 25 – Fluxo de caixa das atividades de investimento

(Em Reais)

DESEMBOLSOS	31/12/2025	31/12/2024	Análise Horizontal(%)	Análise Vertical(%)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(15.609.890,37)	(14.988.441,33)	4,15	99,01
Outros Desembolsos e Investimentos	(156.724,11)	(478.248,34)	(67,23)	0,99
Totais	(15.766.614,48)	(15.466.689,67)	1,94	100

Fonte: SIAFI (2025; 2024).

Os desembolsos nas atividades de investimento são compostos por aquisições de ativos não circulantes.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o

refinanciamento da dívida. No quarto trimestre de 2025 não houve ingressos, tão pouco desembolsos no âmbito do IFSC.

Prestação de Contas
**Demonstrações Contábeis
e Notas Explicativas**
2025

**Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC**

Rua 14 de Julho, 150, Coqueiros,
CEP: 88075-010, Florianópolis-SC

IFSC.EDU.BR